

Revista

(RE)DEFINIÇÕES DAS FRONTEIRAS

ISSN 2965-2901

ISSN 2965-2987



Expediente v. 3, n. 12 – 2025.

Editor-chefe:

Dr. Luciano Stremel Barros (IDESF)

Conselho Editorial:

Dr. Alexandre Luiz Götz Weiler (ESIC Brasil)

Me. Admar Luciano Filho (PRF)

Me. Alex Jorge das Neves (PM - Goiás)

Dr. Antônio César Bochenek (UEPG/ENFAM)

Dr. Camilo Pereira Carneiro Filho (UFG)

Dra. Daniela Nascimento (Universidade de Coimbra)

Dra. Eloiza Dal Pozzo (UNILA/IDESF)

Me. Fabiano Bordignon (UNIOESTE/UDC/IDESF)

Me. Geórgia Renata Sanchez Diogo (Madruga BTW)

Dr. Ítalo Beltrão Spósito (UFT)

Me. Javert Ribeiro da Fonseca Neto (IDESF)

Dr. Juan Santos Vara (Universidade de Salamanca)

Me. Laura Cristina Feindt Urrejola Silveira (IREL/UnB)

Dra. Licínia Maria dos Santos Simão (Universidade de Coimbra)

Dr. Luis Miguel da Vinha (Flinders University)

Dr. Pery Francisco Assis Shikida (UNIOESTE)

Dra. Rita de Cassia Pereira de Carvalho

Dr. Rodrigo Kraemer (PRF)

Dr. Tássio Franchi (ECEME)

Dr. Tomaz Espósito Neto (UFGD)

Dr. Vicente Giaccaglini Ferraro Junior (UNESP)

A revisão e conteúdo dos artigos são de total responsabilidade dos autores e autoras e não expressam a opinião do Conselho Editorial.

É autorizada a reprodução do conteúdo publicado, desde que não se altere seu conteúdo e seja citada a fonte.

FICHA TÉCNICA

Diagramação e projeto gráfico: IDESF.

Editoração: Eloiza Dal Pozzo.

CONTATO

Revista (Re)Definições das Fronteiras.

Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF).

Travessa Cristiano Weirich, 91. Edifício Metrópole, sala 308, Centro.

CEP: 85851- 140. Foz do Iguaçu/PR, Brasil. **E-mail:** revistaredefinicoes@idesf.org.br

SUMÁRIO

FRONTEIRAS E DIREITOS: A VIOLÊNCIA EM FOZ DO IGUAÇU E A PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS	4
<i>Anderson Frigo</i>	
<i>Lislei Teresinha Preuss</i>	
CÃES DE DETECÇÃO: A FUNÇÃO DO FARO DE CIGARROS NA REGIÃO DE FRONTEIRA DO PR	42
<i>Daiani Neunfeld Kiessler</i>	
<i>Douglas Lopes Caldeira da Silva</i>	
O PRIMEIRO <i>FUSION CENTER</i> BRASILEIRO: DESAFIOS E CONQUISTAS NA SEGURANÇA PÚBLICA DA TRÍPLICE FRONTEIRA	53
<i>Adriano Krul Bini</i>	
<i>José Carlos dos Santos</i>	
ENTREVISTA COM LIA OSÓRIO MACHADO	88
<i>Camilo Pereira Carneiro</i>	
<i>Eloiza Dal Pozzo</i>	
<i>Laura Beatriz Silva Leal</i>	
<i>Luciano Stremel Barros</i>	
GABINETES DE GESTÃO INTEGRADA DE FRONTEIRAS (GGIF): INTEGRAÇÃO E GOVERNANÇA NA FAIXA DE FRONTEIRA	106
<i>Antônio César Bochenek</i>	
<i>Eloiza Dal Pozzo</i>	
<i>Luciano Stremel Barros</i>	

FRONTEIRAS E DIREITOS: A VIOLÊNCIA EM FOZ DO IGUAÇU E A PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS

Anderson Frigo¹

Lislei Teresinha Preuss²

RESUMO

Este artigo analisa a evolução dos homicídios em Foz do Iguaçu, Paraná, entre os anos de 1989 e 2022, a partir de uma perspectiva de direitos humanos tendo como fonte de pesquisa os dados do Atlas da Violência. Observa-se que os homens representam 92,04% das vítimas, tendo o ano de 2006 como o mais violento da história da cidade. O estudo revela a predominância do uso de armas de fogo, em 94,69% dos homicídios registrados. Através da análise de dados do Atlas da Violência, a pesquisa examina o contexto geopolítico da cidade, situada em uma região fronteira com o Paraguai, onde o crime organizado e o tráfico de armas e drogas se intensificam, impactando diretamente a segurança local. A análise dos homicídios de adolescentes e jovens revela que 61,26% das mortes no período se concentram nessa faixa etária, evidenciando uma crise que exige políticas públicas eficazes. As considerações finais enfatizam a urgência de uma abordagem integrada que una segurança pública e promoção dos direitos humanos, além da necessidade de uma mudança estrutural nas políticas de combate à violência. O artigo conclui que, para enfrentar essa problemática, é fundamental a colaboração entre o Estado e a sociedade civil, visando à construção de um ambiente mais seguro e equitativo para todos os cidadãos.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Fronteira; Homicídios; Violência; Foz do Iguaçu.

ABSTRACT

This article analyzes the evolution of homicides in Foz do Iguaçu, Paraná, between 1989 and 2022, from a human rights perspective, using data from the Atlas of Violence as the research source. It is observed that men represent 92.04% of the victims, with 2006 being the most violent year in the city's history. The study reveals the predominance of firearms, used in 94.69% of the recorded homicides.

¹ Doutorando em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
E-mail: andersonfrigo@udc.edu.br

² Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).
E-mail: ltpreuss@uepg.br.

Through the analysis of data from the Atlas of Violence, the research examines the geopolitical context of the city, situated in a border region with Paraguay, where organized crime and the trafficking of weapons and drugs are intensifying, directly affecting local security.

The analysis of homicides among adolescents and young people shows that 61.26% of deaths in the period are concentrated in this age group, highlighting a crisis that demands effective public policies. The final considerations emphasize the urgency of an integrated approach that combines public security with the promotion of human rights, as well as the need for structural changes in violence prevention policies. The article concludes that, in order to address this issue, collaboration between the state and civil society is essential to create a safer and more equitable environment for all citizens.

Keywords: Human Rights; Border; Homicides; Violence; Foz do Iguaçu.

INTRODUÇÃO

A análise das fronteiras exige avançar por um território complexo e cheio de nuances. Para tal, é imprescindível considerar, além dos seus aspectos de delimitação, também o seu papel como pontos de contato e interação entre sociedades diversas. Mais do que simples linhas no mapa, as fronteiras são carregadas de significados políticos, econômicos, sociais e culturais. No que tange a jurisdição, essas demarcações delineiam os limites territoriais entre diferentes nações e regiões e promovem interações entre países, estados e municípios.

Indiscutivelmente, retratar os conceitos de fronteira, demanda múltiplos olhares interdisciplinares. Afinal, as demarcações fronteiriças são locais de complexidade social e desafios únicos. São capazes de moldar a pluralidade das relações sociais e, frequentemente, constroem cenários de intercâmbios e conflitos. Sendo assim, onde as fronteiras internacionais se entrelaçam, a complexidade dessas interações se intensifica, revelando como as divisões físicas podem influenciar profundamente as condições de vida e os desafios enfrentados pela população dessas localidades.

Para compreender o papel multifacetado das fronteiras no cenário atual, é importante olhar além do simples aspecto jurídico ou territorial. Consonante a isso, Santos (2016) oferece uma perspectiva de análise acerca da natureza das fronteiras argumentando que vai além de ser um simples instrumento ou convenção jurídica,

seja a fronteira respaldada por força ou não. Ela, na verdade, define o contorno que delimita espaços políticos e culturais e também desempenha um papel na preservação das diversas culturas.

As áreas fronteiriças têm impacto direto na dinâmica, na segurança pública e nos direitos humanos. O campo em estudo, a fronteira de Foz do Iguaçu, é fértil para as interações complexas entre as nações vizinhas e as comunidades locais. Ademais, essa divisão geográfica também exemplifica a complexa relação entre violência e direitos humanos em áreas de intensa mobilidade e interação internacional.

A responsabilidade na proteção dos direitos humanos não pode recair apenas sobre os Estados nacionais, deve ser uma responsabilidade compartilhada por toda a comunidade internacional. A luta jurídica, na visão de Joaquín Herrera Flores (2009), é muito importante para uma efetiva implementação dos direitos e segue defendendo que os direitos são algo que já temos pelo fato de sermos seres humanos absolutamente à margem de qualquer condição ou característica social.

À luz do exposto, imergir no campo dos Direitos Humanos, é caminhar por um espaço pavimentado pelas construções sociais, econômicas, políticas e culturais que nos desafiam por suas complexidades emaranhadas. Herrera Flores (2009) aponta que o resultado desses direitos é sempre provisório das lutas que os seres humanos colocam em prática para ter acesso aos bens necessários para a vida. Por isso, é fundamental a participação global para assegurar os direitos a todos, independentemente de qual lado da fronteira esteja.

As fronteiras compreendem particularidades tendo o protagonismo dos contextos políticos e sociais, responsáveis por encenarem um ambiente que vilaniza os direitos dos indivíduos, tanto pelas manifestações de violência quanto pela ausência de sistemas efetivos de proteção social. Reconhecer e compreender o papel do Estado neste contexto, contribui para o desenvolvimento de estratégias e ações que não só abrangem as estatísticas de violências, mas também promovam e garantam os direitos humanos para todos os residentes da região, não importando a sua nacionalidade.

A proximidade com outros países e a presença de atividades transnacionais muitas vezes exacerbam as condições de insegurança e criam desafios adicionais para a proteção dos direitos básicos.

Entender como essas realidades se entrelaçam e impactam a vida dos indivíduos, auxilia na identificação das lacunas na proteção dos Direitos Humanos e permite propor soluções efetivas para a mitigação da violência e o fomento de uma cultura da paz. Por isso, examinar os padrões de violência e suas implicações para esses direitos, facilita no entendimento das dinâmicas nas fronteiras e contribui em abordagens que fomentem tanto a segurança quanto a dignidade dos indivíduos.

Visto a significativa importância de debater direitos humanos em faixas fronteiriças, delineamos a estrutura deste artigo, a fim de explorar a complexa dinâmica entre fronteiras, violência e Direitos Humanos, com foco na região de Foz do Iguaçu. O ponto de partida é uma abordagem sobre os conceitos básicos de fronteira para compreender a influência deles nas interações locais e no fenômeno da criminalidade. Na sequência, se faz uma análise da violência e das implicações para os Direitos Humanos na área de fronteira, examinando como esses fatores se entrelaçam e afetam a vida dos residentes.

Em um terceiro momento, analisam-se dados sobre os homicídios e evidencia-se também o impacto dos crimes na população mais jovem, no período de 1989 e 2022, utilizando dados do Atlas da Violência como referência. Esta análise ampara-se à luz dos estudos de Direitos Humanos, contribuindo com uma visão crítica sobre como os assassinatos se relacionam com a (des)proteção desses direitos em Foz do Iguaçu.

METODOLOGIA

Para realização deste artigo, foi necessária uma abordagem quantitativa e qualitativa para analisar a criminalidade em Foz do Iguaçu e sua relação com os Direitos Humanos. O estudo está calcado em dados secundários, coletados no Atlas da Violência, que fornece um panorama dos índices de homicídios na cidade desde 1989.

Tanto a análise quanto a contextualização destas informações são feitas por meio de técnicas estatísticas, com o objetivo de identificar tendências, padrões e particularidades relacionados aos homicídios, incluindo variáveis como gênero, faixa etária e raça das vítimas.

A metodologia contempla uma revisão bibliográfica detalhada sobre os conceitos de fronteiras, as dinâmicas de violência nessas regiões, com destaque para os estudos de Direitos Humanos. A revisão foi realizada em artigos acadêmicos, relatórios de organizações não governamentais e documentos oficiais que discutem a relação entre criminalidade, desigualdade social e a eficácia das políticas públicas na proteção dos direitos. Essa fundamentação teórica permitiu situar os dados empíricos dentro de um contexto mais amplo de análise.

Ademais, a pesquisa considera o contexto sociopolítico da região da tríplice fronteira, integrando uma análise qualitativa sobre como as características geográficas e sociais influenciam as taxas de homicídio. Essa abordagem permite a identificação de fatores contextuais que agravam a violência, como a presença de grupos criminosos, as fragilidades institucionais e as desigualdades socioeconômicas.

Por fim, os resultados da análise contribuem, não apenas para compreender o fenômeno da criminalidade em Foz do Iguaçu, mas também para o fortalecimento dos Direitos Humanos na região, impactando em ações que visem à redução da violência e à promoção da equidade social.

REFERENCIAL TEÓRICO

Do Físico Ao Simbólico: As Fronteiras Como Espaços De Transformação

As fronteiras não são apenas dinâmicas no contexto físico, mas também trazem pluralidade em seus conceitos, sendo eles, responsáveis por apresentarem estudos peculiares e características variadas. O termo fronteira, na teoria de Sherrer e Chiappini (2024), carrega em si forte noção de território e territorialidade.

Em adição, a conceitualização dessa temática é abordada por diversas disciplinas, perpassando no campo da história, geografia e fincando análises densas na política e nas relações internacionais.

Neste contexto, esta seção do artigo ambiciona, não aprofundar, mas revisar, os conceitos dinâmicos de fronteira, baseando-se nos estudos e nas contribuições de diversos autores, ademais, analisando a complexidade e a pluralidade dessas delimitações, não só geográficas, mas também social, jurídica, cultural e política.

Com isso, primeiramente, resgata-se as fronteiras a partir de uma perspectiva histórica. Não obstante, a fronteira assume uma visão pragmática, criando a ótica de tratar-se de uma linha rígida que constrói uma delimitação territorial e provoca a separação de nações. Tanto é, que na análise de Simões (2017), essa perspectiva se consolidou ao longo dos anos, tornando-se inflexível e tendo a finalidade principal de demarcar território e separar soberanias. Como resultado, esse olhar tradicional transforma a fronteira como um marcador estático, um artefato da geopolítica que assegura a integridade territorial e a separação de entidades políticas. Sánchez (1992), assiste as divisões territoriais como “todo los espacios-territorio actuales son espacios fuertemente historizados, en los cuales puede reconocerse, en mayor o menor grado, según la capacidad destructiva posterior, el paso de pueblos, culturas, sistemas sociales y económicos”.

Entendendo a compreensão complexa e profunda dos espaços territoriais contemporâneos, é imprescindível considerar os processos geográficos. Para eles, as fronteiras são ilustradas por traços no mapa que segregam áreas dos mais diversos Estados ou regiões. Como menciona Almeida (2019), a zona de fronteira se constitui pelos municípios que estão situados geograficamente a 150 km da linha que demarca os limites do Estado.

No Brasil, 15.719 km emolduram a faixa de fronteira, limitando-se a dez países da América do Sul. Neste cenário, as demarcações podem respeitar as condições naturais, como montanhas e rios, ou podem ser sinalizadas artificialmente, ignorando as características físicas do espaço. A população, nestes territórios, de acordo com o Censo Demográfico de 2022, representa 4,6% da somatória nacional.

Ou seja, quase mais de 11,6 milhões de habitantes que estão divididos em 588 municípios brasileiros situados em onze estados, como figurado no mapa a seguir:

Figura 01 – Censo 2022 nos Municípios da Faixa de Fronteira.



Fonte: Censo/2022 – IBGE.

Almeida aborda ainda em seus estudos:

As regiões fronteiriças, também chamadas de transfronteiriças, são zonas de circulação entre países ou Estados que, ao longo do tempo, constituem, a partir das desigualdades socioculturais, níveis de cooperação e interação social, tanto no campo simbólico, como no campo político e econômico (ALMEIDA, 2019, p.31).

Nas considerações de Ferrari (2014), a fronteira geográfica faz parte do processo de construção socioespacial humana. Consonante a isso, consideramos que o espaço geográfico das fronteiras interfere, desde a infraestrutura até o acesso aos recursos naturais. Olhar o campo de estudo geograficamente é oferecer a compreensão de como essas demarcações impactam na economia, no desenvolvimento e no bem-estar das comunidades dessas regiões.

De fato, não há como negar que a pluralidade permeia os estudos relacionados a conceituação de fronteira que deve ser compreendida da mesma forma que a sua geografia física. Em aporte a isso, Silva e Tourinho (2017) lembram que essas faixas demarcadas não são apenas uma linha mapeada cartograficamente e descrita em seus marcos geodésicos com a finalidade de separar duas ou mais unidades espaciais. Se assim fossem, as inúmeras mazelas nestes territórios não seriam tão densas e desafiadoras.

Na esfera política, são as fronteiras responsáveis pela definição da soberania de um Estado e das leis que cerceiam determinado território. Por isso, cabem aos tratados, acordos ou conflitos históricos estabelecerem a legislação que vigorará e, com isso, promover a organização da política mundial. Diante de tal análise, afirmamos que esses espaços territoriais impactam as relações diplomáticas e a cooperação internacional, além dessa interação gerar tensões e desafios para a segurança e a estabilidade regional.

Moraes (2005) contribui avaliando o Estado como principal agente na produção do espaço. Deste modo, o autor traz para reflexão de que as fronteiras, além de exercerem um papel de linhas geográficas, interferem também nas construções sociais determinadas pela ação estatal. A partir dessa abordagem, é sugestivo dizer que as delimitações fronteiriças são geradas e preservadas através de processos sociais e políticos, ajuizando as dinâmicas de poder e controle.

Em seus estudos, Sherma (2012) evoca as constantes modificações pelas quais, historicamente, vivenciaram as fronteiras. Nesse processo, elas refletem as mudanças que carregam os interesses e as estratégias dos Estados.

Seguindo a linha de raciocínio do autor, as fronteiras, concebem uma região delicada para o Estado que, enquanto os neoliberais as enxergam como barreiras que as redes globais ignoram, essas linhas ainda desempenham um papel fundamental no desenvolvimento dos países.

A busca pela análise abrangente das regiões fronteiriças, também transita pelo âmbito jurídico. De acordo com Miyamoto (1995), a Lei n. 6.634/79 da Constituição de 1891 define a extensão da faixa de fronteira como um território de 150 km a partir da linha limítrofe. Nacionalmente e internacionalmente as legislações decretam os direitos e deveres dos Estados em relação às suas delimitações territoriais. Permeiam neste contexto, por exemplo, os regramentos de acesso, a segurança dessas linhas demarcadoras e a proteção dos transeuntes.

No contexto da teoria de Sherma (2012), somente os Estados possuem a prerrogativa legal para agir em suas fronteiras domésticas. Na dinâmica da fronteira, onde as jurisdições podem se sobrepor, existe uma complexa aplicação da lei e dos direitos humanos, forçando uma gestão eficaz entre os múltiplos sistemas jurídicos para garantir a proteção e a justiça para todos os envolvidos.

É crucial trazer para este debate, o papel da era da globalização na formação dos inúmeros campos dos conceitos de fronteiras. A visão de Agier (2016), segue uma linha contemporânea quando o estudioso afirma que a globalização não suprimiu as fronteiras, mas transformou-as, deslocando-as e multiplicando-as.

À medida que as fronteiras se tornam mais frágeis e incertas, novas formas de delimitação vão se estabelecendo. A partir disso, enquanto as relações sociais se consolidam, as estruturas de poder se desenvolvem e trazem como resultado hierarquias entre os habitantes de uma região e os indivíduos que chegam externamente.

É notável, que na mesma proporção em que as fronteiras vivem suas modificações, há um aumento nas complexidades e nas interações, evidenciando a adaptabilidade e demonstrando como as mesmas estão sujeitas a mudanças no cenário da globalização. Agier (2016), ainda corrobora sugerindo que as fronteiras transcendem a função de linhas de separação. Para ele, elas são locais de interações profundas e densas.

De fato, são essas conexões que edificam o que chamamos de construções sociais. Para contextualizar essa discussão, é útil considerar as abordagens de Souza (2018) e Frigo e Max (2021) que tratam as fronteiras como construções sociais e espaços compartilhados. Assim, ao reconhecê-las como fomento de interações entre diferentes povos, podemos abordar de forma mais efetiva os desafios e as oportunidades que elas simbolizam no cenário global moderno.

Enquanto Souza (2018), observa que regionalismos e fronteiras são entrelaçados, e a fronteira é compreendida em termos de separação, mas também de interpenetração e interação cultural, o ponto de vista de Frigo e Max (2021) sugere que a fronteira é uma região de conflitos e representações plurissignificativas.

De acordo com a definição estabelecida por eles, a construção da vida nas zonas de fronteira resulta das experiências e relações históricas dos habitantes dessas áreas. Mediante tal análise, podemos afirmar que as fronteiras ultrapassam os limites físicos, e por isso, devem ser vistas como áreas ricas em cultura e etnia, além de abstrusas e enigmáticas.

No campo cultural, os caminhos fronteiriços pavimentam encontros e interações entre os mais diversos povos. Essa multiculturalidade pode oferecer um campo vibrante e rico de etnicidade ou resultar em desafios conexos à identidade, integração e convivência. Na concepção de Meira Mattos (1990), as fronteiras servem de interpenetração de culturas, interesses e objetivos diferentes. De fato, ao mesmo tempo que representam locais de diversidade, tornam-se ambientes de conflitos e tensões.

Frigo e Max (2021) também discutem a interseccionalidade social e cultural quando verbalizam que a construção da vida em fronteira vem dos aspectos herdados através das relações, experiências e sobrevivência vividas ao longo do processo histórico por aqueles que nela habitam. Ademais, as fronteiras culturais impactam nas condutas sociais, no sentimento de pertencimento e nos vínculos entre grupos. Com isso, essas linhas limítrofes também conduzem a dinâmica social e os hábitos culturais das comunidades que residem nessas regiões.

Explorar as mais diversas visões dos conceitos de fronteiras, multidimensiona a compreensão atual sobre os impactos que essas faixas territoriais influenciam nos movimentos regionais.

As fronteiras assumem uma mediação de trocas e definem as relações entre sistemas sociais e seus ambientes. No campo das Ciências Sociais, a análise das fronteiras e regiões transfronteiriças também desempenha um papel proeminente. Cardin e Albuquerque (2018) contribuem com outras questões fundamentais:

Pesquisar as fronteiras é abordar o mundo por meio da janela fronteira do conhecimento, ou seja, abrir um horizonte de investigação onde possamos construir outros caminhos teóricos e metodológicos e pensar os grandes temas das Ciências Sociais — Estado-Nação, nacionalismo, soberania, alteridade, território, sociedade e cultura, entre outros, a partir de situações fronteiriças específicas [...]. Nesse sentido, a reflexão sobre as regiões transfronteiriças pode incorporar essas análises críticas ao denominado nacionalismo metodológico a partir das experiências cotidianas dos moradores que vivem em regiões situadas entre Estados nacionais.

Diante do complexo jeito de pensar fronteiras, também ingressam no debate as dimensões simbólicas. Santos (2016) argumenta que essas delimitações territoriais são mais do que marcos físicos, porque tracejam as linhas do espaço político e das extensões culturais. Para ele, não devem ser entendidas apenas em termos econômicos, políticos ou militares, mas também como elementos que preservam e definem diferentes culturas. Esse enfoque é suplementado por Carvalho (2012), que vê as fronteiras como construções de sentido que estabelecem classificações, hierarquias e limites.

Esse reconhecimento projeta que as fronteiras são influenciadas por percepções e simbolismos que vão além da simples demarcação espacial.

Contudo, os conceitos simbólicos, de certo modo, afetam profundamente as vidas das pessoas que residem nessas áreas. As fronteiras são delimitações complexas que transcendem tradicionais campos de estudo. Pontes Filho (2011) e Meira Mattos (1990) afirmam que as fronteiras podem ser locais de tensão e de aproximação, isso há de depender das conjunturas. Além disso, o conceito de fronteira como epiderme do Estado, ilustra a função das fronteiras como receptores e transmissores das manifestações de poder estatal.

Refletir acerca dos conceitos perenes de fronteira, corrobora com a análise das problemáticas que margeiam o campo de pesquisa deste estudo. As reflexões supracitadas, alertam para uma necessidade de avaliação além da concepção tradicional, sendo fundamental considerar as relações múltiplas de poder determinadas neste espaço.

Sob essas condições, Foz do Iguaçu está em uma jurisdição onde a demarcação das fronteiras separa territórios, mas a dinâmica trinacional se aproxima. Nessa confluência entre Brasil, Paraguai e Argentina as dimensões geográficas, culturais e sociais devem ser contempladas individualmente, para assim, compreender a natureza e as implicações da violência e os entraves à garantia dos Direitos Humanos.

Na Foz dos crimes: a (des)proteção dos Direitos Humanos

Não se pode estudar as fronteiras e ignorar as suas porosidades. Isso porque, além de limites e divisas, essa faixa de território cadênciava uma complexa interação de fatores econômicos, políticos, sociais e culturais. Além disso, essas regiões complexas são conhecidas pelas mais variadas sociabilidades, sejam elas conflitivas ou não, pelos encontros e desencontros e pelos demais múltiplos fatores.

Faisting (2019), articula, nessa discussão, um tipo de caracterização da fronteira que tem sido comum entre profissionais e pesquisadores: a ideia de fronteira como um espaço-problema.

Independentemente se, falsa ou não, essa ideia concebe o imaginário popular e interfere nas condutas sociais, sendo a segurança pública uma das mais impactadas. Acerca dessa reflexão, as características específicas das regiões fronteiriças podem amplificar a violência e comprometer a proteção dos Direitos Humanos.

Este artigo contempla uma reflexão mais sensível sobre os impactos da criminalidade na cidade de Foz do Iguaçu e a condução da garantia dos direitos aos indivíduos. O município está localizado na ponta oeste do Paraná, na linha final do estado paranaense e no início dos territórios do Paraguai e da Argentina. Nesta geografia, Foz do Iguaçu (BR), Ciudad Del Este (PY) e Puerto Iguazú (AR) formam as cidades gêmeas.

A tríplice-fronteira supracitada que carrega uma densidade demográfica e importância nas relações internacionais do Brasil, abrange uma população de cerca de 900 mil habitantes. Enquanto o censo demográfico do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, confirma 285.415 habitantes em Foz do Iguaçu (IBGE,2022), o Instituto Nacional de Estadística (INE) do Paraguay, levanta uma população de 415.748 moradores em Ciudad Del Este (INE, 2022) e o Instituto Nacional de Estadística y Censos da Argentina aponta 99.013 pessoas vivendo em Puerto Iguazú (INDEC, 2022).

Não só uma proximidade com os países vizinhos, essa relação também contribui com os frenéticos fluxos migratórios, além de pavimentar um ambiente ideal para a atuação do crime organizado e interações conflituosas. Inclusive, os estudos de Zsögön (2023); Cardin e Fiorotti (2018); Kosmynka (2020); Heyman (2021) e Ceballos (2018) estão convergidos nessa análise ao discutirem que essa região fronteiriça é delineada pela pobreza e pela desigualdade, tornando um território fértil para as práticas ilícitas e a prosperidade do crime organizado. Os autores também enaltecem que a presença do Estado, muitas vezes, não é suficiente para evitar uma série de atividades ilegais. Além disso, há um consenso sobre a necessidade de compreender essas práticas não apenas como crime, mas como parte de um sistema mais amplo que envolve mobilidade, comércio e a luta por sobrevivência em um contexto de vulnerabilidade.

Outros estudos também dão luz às fronteiras e destacam que a violência nessas áreas pode ser mais acirrada por elementos como ausência de controle fronteiriço efetivo e a presença de grupos criminosos transnacionais. Os reflexos desses fatores estão retratados nas estatísticas da criminalidade, estratificadas nas últimas décadas. Salla *et al.* (2014), recorda que a elevação nas taxas de homicídio em muitas cidades brasileiras, desde o início da década de 1990, vem sendo associada ao crescimento do tráfico de drogas e das disputas dele decorrentes. Em regiões fronteiriças, o tráfico de armas e o contrabando incorporam a lista de economias ilegais e podem influenciar nas taxas de assassinatos.

Discutiremos, subsequentemente, o comportamento das taxas de homicídio em Foz do Iguaçu, estabelecendo uma análise do perfil das vítimas, das taxas em comparação ao país, de modo a refletir os Direitos Humanos. No Brasil, a sua população está amparada pela lei de homicídios.

Os estudos de Herring (2018), discutem que a legislação tem uma importância simbólica significativa tanto em termos políticos quanto legais, com categorias como homicídio, homicídio culposo, infanticídio e causa morte ao dirigir sendo discutidas.

Ao discorrer sobre a violência em regiões fronteiriças, o debate deve avançar para o campo dos Direitos Humanos que, por muitas vezes, sofre um impacto direto e devastador. Nesta contextualização, não é incomum que a violação de direitos como à segurança, à vida, por exemplo, ocorra em cenários de alta violência, como a fronteira oeste do Paraná. A violência pode resultar em abusos sistemáticos, impactando desigualmente os grupos mais vulneráveis, como os jovens e as minorias. Sendo assim, a ausência da proteção social, dos direitos e a impunidade somam para a (re)alimentação do ciclo da violência.

Na fronteira, a resposta institucional em relação à criminalidade carrega desafios expressivos porque este campo, composto pelas mais diversas autoridades nacionais e locais, influencia na organização e no gerenciamento. Assim, pode debilitar a efetividade das medidas de segurança e proteção dos Direitos Humanos.

É necessário que haja uma abordagem integrada que envolva cooperação internacional, desenvolvimento de políticas públicas inclusivas e fortalecimento das instituições de justiça e segurança. Contudo, a aplicação dessas iniciativas costuma ser obstaculizada por fatores enraizados na sociedade, como a corrupção, recursos escassos e barreiras políticas.

Análise dos homicídios em Foz do Iguaçu à luz dos estudos de Direitos Humanos

Como já vimos, as regiões de fronteira, como a de Foz do Iguaçu, vivem desafios únicos que vão muito além da geografia. Em cada território há costumes e comportamentos distintos, além de jurisdições que conflituam.

Estar próximo de outros países pode corroborar com o aumento da violência e uma maior dificuldade no zelo da proteção dos Direitos Humanos. São nestes cenários densos que as dinâmicas locais e as desigualdades sociais e econômicas podem favorecer a escalada da violência. Investigar casos de homicídio também auxilia a salvaguardar o direito à vida e à saúde dos cidadãos. À medida que debruçamos nos índices da criminalidade e, analisamos como as instituições estão respondendo nessas áreas, conseguimos entender de qual forma as violações dos Direitos Humanos acontecem.

Rocha e Souza (2016), em seus estudos, nutrem que a teoria crítica dos Direitos Humanos de Herrera Flores ajuda a entender os obstáculos que dificultam a eficácia do Sistema Interamericano de Direitos Humanos ao se concentrar em elementos contextuais inerentes aos direitos. Insta salientar, o direito penal também protagoniza um papel fundamental na garantia dos Direitos Humanos.

Shuyun (2020), inclui as proteções do direito à vida e de homicídios intencionais com base na responsabilidade moral e legal. Essa perspectiva evidencia a necessidade de existir um sistema penal que não apenas penalize a violência, mas que force uma responsabilidade ética e legal dos indivíduos, para que haja a edificação de uma sociedade mais justa e segura.

Para compreender a dinâmica da violência na região da fronteira de Foz do Iguaçu, analisamos a seguir os dados publicados pelo Atlas da Violência (1989-2022), responsável pelo monitoramento e acompanhamento dos indicadores dos crimes no Brasil.

Alimentada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a ferramenta apresenta as disparidades regionais e socioeconômicas que impactam diretamente nas taxas de crimes. Essas estatísticas permitem discutir a problemática a partir dos estudos de Direitos Humanos e evidenciar a necessidade de ações mais eficientes e integrativas.³

Consideramos que a nossa perspectiva pode embasar os debates entre pesquisadores, formuladores de políticas sociais e da sociedade civil, na busca por soluções que almejam à redução da violência e à promoção dos Direitos Humanos nos territórios transfronteiriços, uma vez que os direitos não podem ser vistos com subjetividade.

Como lembra Herrera Flores (2009), os seres humanos têm todos os direitos reconhecidos nos textos internacionais pelo mero fato de haver nascido. Porém, na prática, o que se observa é precipício entre a letra da lei e a realidade enfrentada por milhões de indivíduos. De fato, há leis que garantam os direitos humanos, mas existe um descompasso entre os discursos de proteção e as práticas cotidianas das instituições públicas e privadas.

É bem verdade que os índices de violência no Brasil vêm apresentando queda nos últimos anos. Houve um pico em 2017, de 30,9 mortes violentas intencionais para cada 100 mil habitantes, mas após isso, foi iniciada uma tendência de redução dessas mortes, conforme o Atlas da Violência (2022), que mapeia os dados da segurança pública brasileira e acompanha essa oscilação dos índices de assassinatos. Em 2021, a taxa atingiu 22,3 mortes para cada 100 mil habitantes, apresentando uma redução de 6,5% em relação aos índices de 2020, por exemplo.

³ O Atlas da Violência e os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública podem ser acessados pelo site <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/atlas-da-violencia/>

Contudo, é necessário cautela ao avaliar os números de homicídios na região da fronteira de Foz do Iguaçu (BR) com Cidade do Leste (PY). Importante ressaltar, esta região apresenta uma dinâmica com características bem peculiares e desafiadoras no contexto da violência e, apesar de explorada em pesquisas científicas a partir de várias perspectivas, percebe-se ainda uma carência de abordagens da compreensão do comportamento dos crimes na fronteira onde localiza-se Foz do Iguaçu e da relação às práticas dos operadores da segurança pública e da justiça criminal que atuam nessas regiões.

Este artigo, não objetiva aprofundar, mas transitar pelos dados de homicídios registrados em Foz do Iguaçu nas últimas três décadas a fim de compreender a conjuntura ao qual as vítimas de homicídios estavam inseridas e refletir sobre o perfil delas. A partir das estatísticas apuradas, relaciona-se a mitigação dos Direitos Humanos. O ano de largada para iniciar a análise está embasado no período em que o Atlas da Violência começou a estratificar os números nas cidades brasileiras.

Gráfico 01 - Números totais de homicídios registrados em Foz do Iguaçu, entre os anos de 1989 a 2022.



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados disponíveis no site do Atlas da Violência (2022).

No que se refere aos assassinatos na região da tríplice fronteira, o município de Foz do Iguaçu contabiliza 4.996 entre os anos de 1989 e 2022. As estatísticas mais alarmantes de violência apontam o primeiro crescimento expressivo em 1998, quando 192 pessoas foram mortas. O número é 44,27% maior que o ano anterior, 1997, quando foram notificados 107 homicídios.

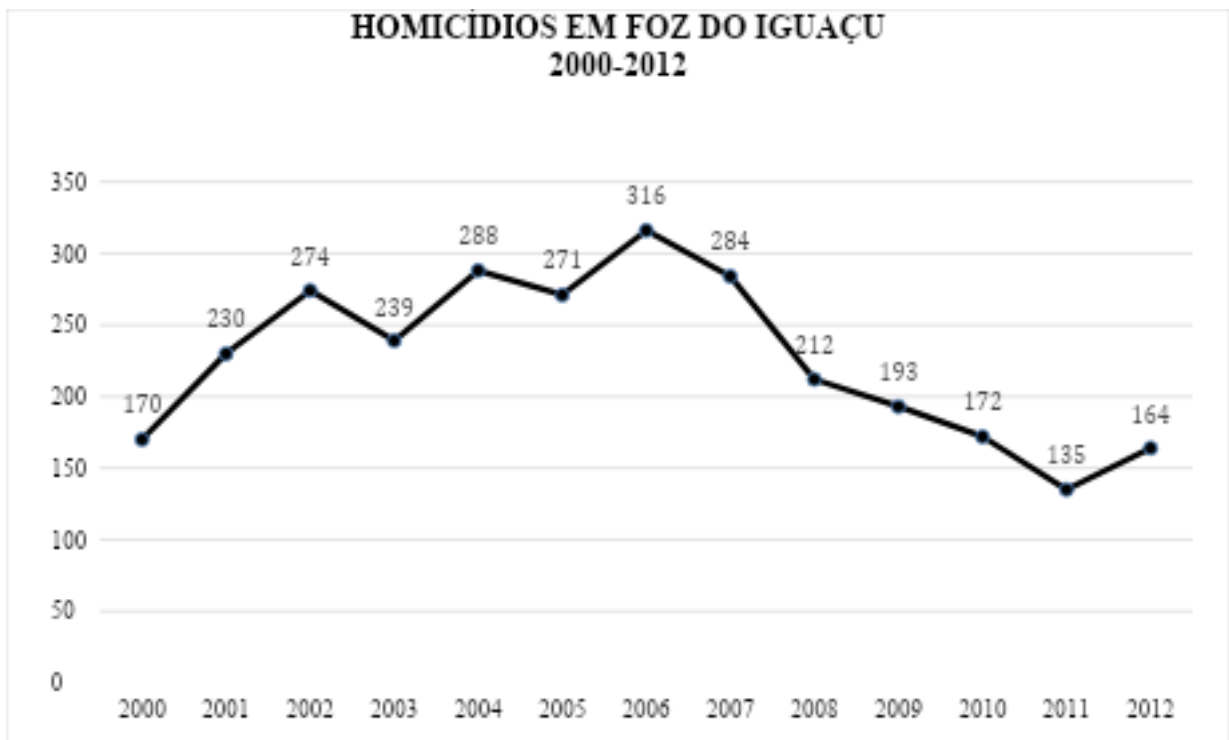
Para contribuir a essa discussão, Arellano (2013), observa que a região fronteiriça entre Paraguai, Brasil e Argentina, contribui para a ilegalidade devido à sua infraestrutura física e de serviços desenvolvidos, localização geográfica e fragilidade institucional e estatal.

Neste cenário, a mitigação dos Direitos Humanos torna-se mais fragilizada, tanto é que Cardia, Adorno e Poletto (2003) lembram que as violações dos direitos podem desencadear conflitos internos e evidenciar que o acesso precário aos direitos sociais e econômicos em áreas urbanas no Brasil contribui para o aumento das taxas de homicídio.

Em um contexto onde persiste a violência, a discussão sobre proteção legal se torna vital. Mesmo com as leis em vigor, é fundamental fortalecer essas medidas para intimidar e prevenir a ação dos perpetradores.

Isso nos leva a refletir que, para enfrentar a violência, não basta apenas criar leis, é necessário abarcar as desigualdades que (re)alimentam esse quadro crítico, destacando soluções mais integradas e eficazes. Retornando à análise do histórico de homicídios em Foz do Iguaçu, é evidente que a partir dos anos 2000 o cenário de violência entra em uma escalada agressiva de violência, como estratificado no gráfico abaixo.

Gráfico 02 - Números totais de homicídios registrados em Foz do Iguaçu, entre os anos de 2000 a 2012.



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados disponíveis no site do Atlas da Violência (2022).

Considerando os números totais de homicídios (4.996), 2.948 foram cometidos entre os anos de 2000 e 2012, ou seja, 59%. Nestes treze anos, a média de homicídios chega a cerca de 226 por ano. O gráfico 02 mensura a evolução da quantidade desse tipo de crime neste recorte temporal analisado. O ano de 2001 dá a largada para uma disparada de crimes contra a vida na cidade brasileira fronteiriça com o registro de 230 mortes. Em 2002, houve um crescimento de 16,05%, com 274 mortes. O ano de 2003, com 239 assassinatos, traz uma leve queda de 12,77%.

A taxa de homicídios voltou a disparar em 2004, com 288 crimes, e caiu em 2005, com 17 crimes a menos que o ano anterior. Em 2006, Foz do Iguaçu atingiu um marco nos dados da violência. Os 316 homicídios representam o maior número histórico de assassinatos na cidade. A partir de 2007, observamos um declínio consistente nas taxas. Quando comparamos 2006 com 2011, maior e menor índices neste período, os índices de mortes caem 57,27%.

A violência na região de fronteira revela uma complexa rede de fatores que impulsionam os altos índices em Foz do Iguaçu. Os homicídios, de acordo com Wanzinack, Signorelli e Reis (2018), estão associados a variáveis como baixa escolaridade, desigualdade social, desemprego e tráfico de drogas, sendo a educação um fator de proteção social. Tal afirmação, demonstra que para a garantia dos Direitos Humanos é fundamental integrar no enfrentamento a criminalidade, a promoção da educação e a redução das desigualdades sociais como mecanismos eficientes de prevenção.

Em contrapartida, o Brasil reduziria o custo social dos homicídios, que na investigação de Cerqueira e Soares (2016), é de 78% do PIB ou 2,3% ao ano, com heterogeneidade na disposição de pagar, afetando o impacto na saúde do aumento da mortalidade devido à violência.

No Brasil, especialmente em região fronteira, a violência está inserida em um emaranhado de fatores, como raça, religião, filosofia, ética e pode ser influenciada também pelas causas sociais. O desemprego e a desigualdade de renda, segundo Aransiola, Caccato e Justus (2021), afetam os níveis de homicídios, com o desemprego tendo um efeito mais pronunciado.

Lembramos que a criminalidade violenta produz inúmeras externalidades negativas e avança para diversos grupos sociais. Em seguida, comparamos os homicídios cometidos em Foz do Iguaçu contra homens e mulheres.

Gráfico 03 - Homicídios contra homens e mulheres em Foz do Iguaçu, entre os anos de 1989 a 2022.



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados disponíveis no site do Atlas da Violência (2022).

Quanto mais correlacionamos a violência no campo pesquisado, percebemos que as políticas públicas se tornam indispensáveis em todas as esferas sociais. Os estudos de Ceccato, Kahn e Vazquez (2021), já apontavam que os homicídios no Brasil afetam principalmente homens negros, jovens e pobres, mas também afetam mulheres, pessoas LGBTQTI e outros grupos sociais historicamente excluídos.

O gráfico 03 ilustra as mortes totais em Foz do Iguaçu, no período de 1989 a 2022, segmentadas por homens e mulheres. No recorte analisado, pessoas do sexo masculino são as principais vítimas de assassinatos, indicando 92,04% do total. Ou seja, das 4.996 mortes nos 33 anos examinados, 4.628 foram de homens e 368 de mulheres. Mesmo que os homicídios de mulheres ainda sejam menores comparados aos de homens, os números seguem sendo expressivos.

Este estudo reluz sua contribuição na necessidade da construção de políticas sociais voltadas, especificamente, para as mulheres. No contexto de ano com maiores taxas de crimes, 2007 apresentou o maior número de mortes de pessoas do sexo feminino, com 25 casos.

Já 2006, carrega a maior quantidade com 295 crimes contra homens. Os dois grupos estão inseridos no período em que na cidade ocorreu a maior quantidade de assassinatos. Evidenciamos nesta análise, os números correspondentes a 2020, quando foi decretada a pandemia de Covid-19 e o isolamento sanitário. No dia 18 de março do mesmo ano, o governo paraguaio decretou o fechamento de todas as suas fronteiras, conforme o portal de notícias G1⁴. Com isso, a Ponte Internacional da Amizade, principal acesso na região, entre Brasil e Paraguai, ficou bloqueada por quase sete meses. No dia 15 de outubro de 2020, um novo decreto autorizou o início da circulação de veículos, como divulgado pelo G1 Paraná⁵. Neste mesmo ano, foi identificado um aumento de 13,33% no número de homicídios em comparação com o ano anterior. Em 2020, o número de mortes foi de 75, enquanto em 2019 foram 65.

Lembramos que a Ponte da Amizade é apenas uma das rotas de entrada no Brasil, pela região de Foz do Iguaçu. Contrabandistas e traficantes usam embarcações para cruzar os países também pelo Rio Paraná e Lago de Itaipu. Moura (2016) e Luz (2020), compartilham da mesma visão sobre essa interconexão entre as atividades criminosas e a estrutura geográfica que sustenta a região. Para eles, o tráfico de armas e drogas, o acesso a armas ilegais, homicídios e impunidade são alguns dos elementos que compõem essa teia do crime. Além disso, esses territórios oferecem inúmeras rotas que são utilizadas para o cometimento de crimes ligados ao tráfico de armas e narcotráfico.

Nem mesmo a proibição da circulação entre os países no período pandêmico, cessou o crime organizado. Uma reportagem divulgada pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico de Foz do Iguaçu, publicada no dia 25 de maio de 2020⁶, apontou que o contrabando de cigarros aumentou 749% na comparação do primeiro quadrimestre de 2020 com o mesmo período de 2019.

⁴ Reportagem disponível em: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2020/03/18/coronavirus-paraguai-fecha-ponte-da-amizade-em-foz-do-iguacu.ghtml>. Acesso em out. 2024.

⁵ Reportagem disponível em: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2020/10/15/fechada-desde-marco-por-cao-do-coronavirus-ponte-internacional-da-amizade-e-reaberta-em-foz-do-iguacu.ghtml>. Acesso em out. 2024.

⁶ Reportagem disponível em: <https://www.idesf.org.br/2020/05/25/trafico-de-drogas-cresce-mais-de-800-nas-fronteiras-brasileiras/>. Acesso em out. 2024.

É mais uma evidência de que, provavelmente, os criminosos adaptaram suas operações. Uma parcela da mão-de-obra empregada neste serviço ilegal, é composta por homens e mulheres, jovens e adolescentes brasileiros e paraguaios. Por isso, podemos sugerir que esse fenômeno contribuiu para a ocorrência de mortes em Foz do Iguaçu, podendo estar relacionada a acertos de contas entre as organizações criminosas.

Gráfico 04 - Homicídios contra homens e mulheres jovens em Foz do Iguaçu, entre os anos de 1989 a 2022.



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados disponíveis no site do Atlas da Violência (2022).

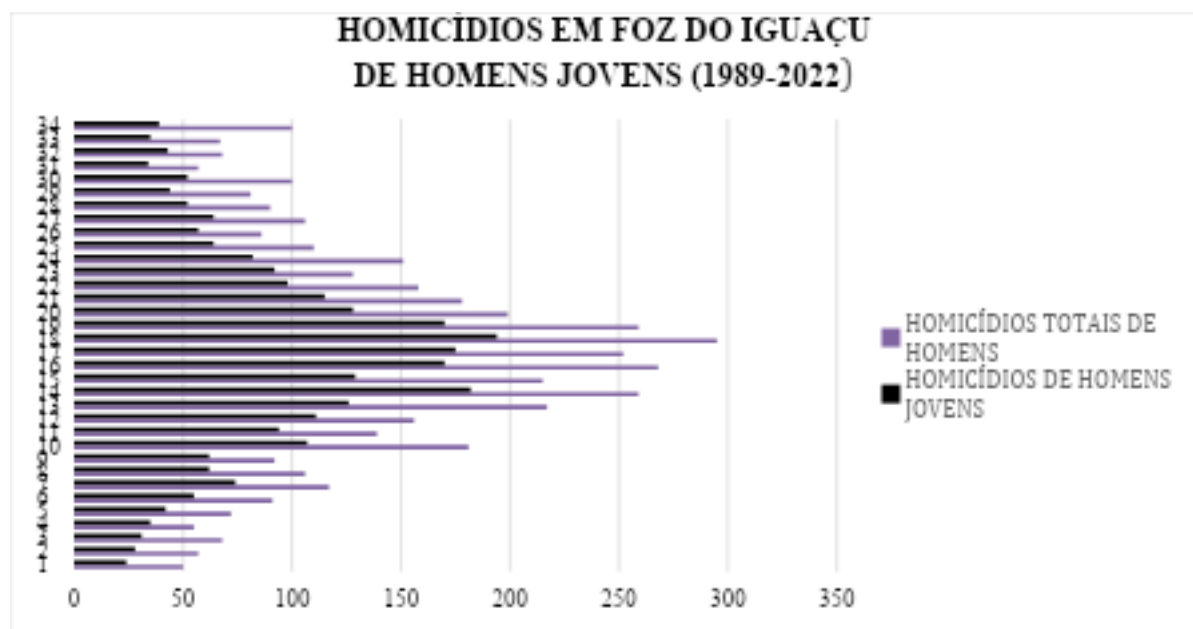
Ao discutir a proteção de jovens, é fundamental considerar o que a Constituição Brasileira de 1988 estabelece no artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. BRASIL, [Constituição (1988)].

No município de Foz do Iguaçu, localizado em faixa de fronteira, os números revelam o descumprimento do Estado com o direito garantido. Os assassinatos contra a faixa etária de 15 a 29 anos, em regiões fronteiriças, emergem como uma questão alarmante e complexa, conjecturando a influência de vários fatores sociais, econômicos, culturais e políticos. O gráfico 04 contextualiza como este campo geográfico ameaça o futuro do grupo inserido nessa faixa etária.

Há anos, muito debate tem sido travado para compreender a evolução de homicídios entre a população mais jovem. Entre 1989 a 2022, 3.061 adolescentes e jovens foram assassinados em Foz do Iguaçu, ou seja, 61,26% das mortes totais registradas no mesmo período. O levantamento também revela que mais da metade das mortes (1.885), ocorreram entre os anos de 2000 e 2012, correspondendo a 61,58%. Os índices, em Foz do Iguaçu, só começam a apresentar queda no quantitativo de assassinatos a partir do ano de 2013. No gráfico a seguir vamos analisar os valores.

Gráfico 05 - Homicídios contra homens jovens em Foz do Iguaçu, entre os anos de 1989 a 2022.



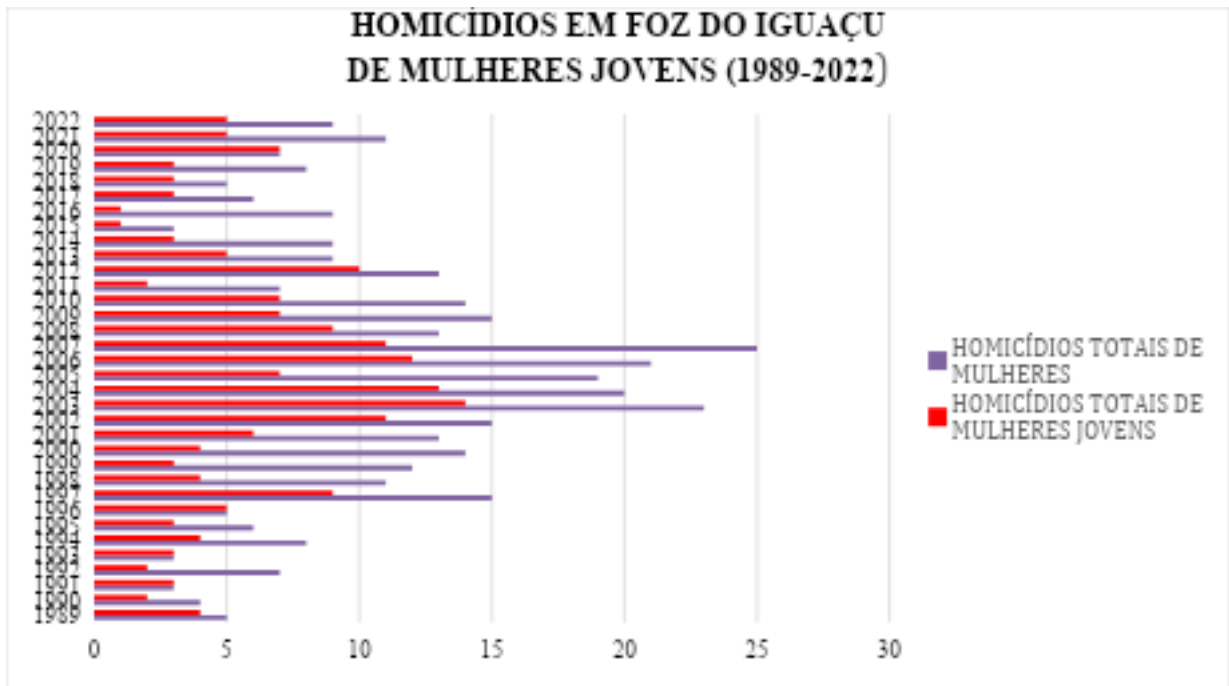
Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados disponíveis no site do Atlas da Violência (2022).

Não é de hoje que a violência nas médias e grandes cidades brasileiras tornou-se preocupante, em especial, entre os jovens, considerado um grupo vulnerável, que enfrenta riscos alarmantes. Além das regiões metropolitanas, Andrade *et. al.* (2011), dizem que as taxas de mortalidade por homicídio entre jovens do sexo masculino no Paraná, também são mais evidentes perto das fronteiras, provavelmente devido ao maior acesso a armas de fogo e drogas ilícitas.

Os dados acompanhados pelo Atlas da Violência (2022), nos levam a confirmar que as principais vítimas de assassinatos em Foz do Iguaçu, são homens jovens e adolescentes, com idades entre 15 e 28 anos. Interessante evocar que eles correspondem a 93,76%, dos 3.061 praticados contra essa população jovem específica. Foram 2.870 casos.

No gráfico 05, conseguimos identificar que o ano mais violento para esse grupo foi 2006, com a contabilização de 194 assassinatos. Para Greene (2018) uma estrutura de direitos humanos pode ajudar a compreender, prevenir e responder à violência juvenil e escolar, promovendo o engajamento participativo, a reflexão crítica e o diálogo significativo entre as partes interessadas.

Gráfico 06 - Homicídios contra mulheres jovens em Foz do Iguaçu, entre os anos de 1989 a 2022.



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados disponíveis no site do Atlas da Violência (2022).

Os números também representam a violência sofrida por adolescentes e mulheres jovens entre 15 e 29 anos. Nessa faixa etária elas correspondem a 6,24% das vítimas de homicídios em Foz do Iguaçu, totalizando 191 mortes. O ano mais violento foi 2003, quando 14 mortes ocorreram. Os assassinatos só voltaram a apresentar queda significativa em 2011, com 2 crimes. Mas no ano seguinte (2012) houve um crescimento de 80%, sendo registradas 10 mortes violentas.

A partir de 2013 os índices seguem uma queda e voltam a ter um pico, com sete casos, em 2020. Conforme Meira al. et. (2023), mulheres mais jovens correm maior risco de morte por homicídios femininos no Brasil, possivelmente devido à ineficiência da rede de proteção e do Estado brasileiro em proteger mulheres vítimas de violência.

Não é de agora que ocorre a análise das taxas de crimes contra adolescentes no Brasil. Em 2009, um relatório do Observatório de Favelas⁷, do Laboratório de Análise da Violência, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, revelou as cidades mais violentas para este grupo.

O Índice de Homicídios na Adolescência (IHA, 2009), mensura o risco de mortalidade por homicídio de adolescentes que residem em um determinado território. Ele foi criado para exemplificar o impacto da violência letal neste grupo social de uma forma simples, sintética e que ajudasse na mobilização das pessoas para a gravidade do problema (IHA, 2009).

Para chegar ao índice de vitimização de adolescentes, de 12 a 18 anos, por homicídios, os pesquisadores se basearam nos números de 2006 e se calçaram em algumas etapas para processar e apresentar os resultados, sendo elas:

1. Estimação do número de vítimas de homicídio residentes na área durante o ano de interesse, por idade;
2. Estimação da população residente na área e ano de interesse, por idade;
3. Cálculo das taxas de homicídio específicas para cada idade;
4. Aplicação iterativa das taxas específicas de homicídio a uma coorte inicial de 1.000 adolescentes de 12 anos, de forma sequencial até eles atingirem os 18 anos;
5. Somatório, idade a idade, do número esperado de adolescentes mortos por causa dos homicídios neste período (7 anos). (IHA, 2009, p 16).

⁷ Relatório disponível em: <https://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2013/12/IHA.pdf>. Acesso em set. 2024.

Tabela 01 – Distribuição dos 20 Municípios segundo o Índice de Homicídios de Adolescentes.

TABELA 1. DISTRIBUIÇÃO DOS 20 MUNICÍPIOS SEGUNDO O ÍNDICE DE HOMICÍDIOS DE ADOLESCENTES(IHA) - BRASIL, 2006.

MUNICÍPIO	ESTADO	IHA (2006)	NÚMERO TOTAL ESPERADO DE MORTES POR HOMICÍDIO ENTRE OS 12 E OS 18 ANOS (NUM PERÍODO DE 7 ANOS)
Foz do Iguaçu	PR	9,7	446
Governador Valadares	MG	8,5	327
Cariacica	ES	7,3	393
Olinda	PE	6,5	353
Linhares	ES	6,2	118
Serra	ES	6,1	375
Duque de Caxias	RJ	6,1	683
Jaboatão dos Guararapes	PE	6,0	578
Maceió	AL	6,0	826
Recife	PE	6,0	1263
Itaboraí	RJ	6,0	175
Vila Velha	ES	5,6	315
Contagem	MG	5,5	460
Pinhais	PR	5,5	93
Luziânia	GO	5,4	149
Cabo Frio	RJ	5,4	121
Ibirité	MG	5,2	133
Marabá	PA	5,2	185
Betim	MG	5,0	304
Ribeirão das Neves	MG	5,0	241

Fonte: LABORATÓRIO DE ANÁLISE DA VIOLÊNCIA - LAV/UFPA - SOBRE DADOS DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE MORTALIDADE - SIM/DATASUS - MINISTÉRIO DA SAÚDE

Fonte: Ministério da Saúde.

Como vemos na tabela acima, extraída do Índice de Homicídios na Adolescência (2009), Foz do Iguaçu assumia, em 2006, a primeira posição do ranking com níveis relativamente altos. O município apresentou o IHA mais elevado entre os municípios brasileiros: 9,7 vidas de adolescentes perdidas. Com o propósito de seguirmos compreendendo os altos índices de violência em Foz do Iguaçu também relacionamos os impactos provocados pela proximidade com outros países, em especial com o Paraguai.

Os estudos de Mena e Gottsbache (2020), sobre Violência na Fronteira na América Latina, demonstram que a criminalidade nessas regiões deixou de ser um espaço nacional e passou a ser um centro de circuitos econômicos mundiais, com o ator central dos mercados ilegais sendo agora um traficante de pessoas, bens e serviços de territórios distantes.

Neste contexto, lembramos que nessas áreas fronteiriças, jovens são garimpados para trabalhar à serviço da ilegalidade, escalados para o contrabando de mercadorias e o tráfico. O acesso a armas, por exemplo, do outro lado da Ponte da Amizade, é facilitado por redes criminosas que agem dos dois lados da fronteira. Silva et. al. (2020), reforça que o Brasil possui 588 municípios compreendidos em fronteiras, o que favorece o tráfico de pessoas, de armas e de drogas. Vista salientar que há um consenso na literatura científica de que o aumento da prevalência de armas de fogo está associado ao aumento das taxas de homicídios.

Gráfico 07 - Homicídios por arma de fogo em Foz do Iguaçu, entre os anos de 1989 a 2022.



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados disponíveis no site do Atlas da Violência (2022).

O acesso facilitado de armas no Paraguai e o crescimento da violência armada permitem um debate pertinente sobre a fragilidade da segurança pública, direitos individuais e a responsabilidade governamental. É certo que a posse de armas está diretamente ligada com taxas expressivas de homicídios. Neste sentido, não se pode ignorar a urgência de políticas públicas eficazes no combate e redução da criminalidade.

Como demonstrado no gráfico 07, das 4.996 mortes, cometidas em Foz do Iguaçu, entre 1989 e 2022, 94,69% foram por arma de fogo. Ou seja, 4.731 casos.

O levantamento também aponta que por duas décadas, entre os anos de 2000 e 2020, todos os homicídios na cidade foram praticados com o uso de armamento. Entre 2001 e 2008, o quantitativo de assassinatos por armas ficou superior a 200 casos em cada ano.

Em 2006, o município atingiu o maior índice de violência, quando todos os 316 crimes registrados foram praticados com armas de fogo. Concaro (2010), discute o tráfico de armas como manifestação do crime organizado e que possui um estreito vínculo com o narcotráfico.

Os estudos de Leite (2018), Camporez (2018) e Luz (2020) compartilham das mesmas considerações em relação ao uso das rotas fronteiriças como alimentadoras do crime organizado. Os autores estabelecem que quase todo o tráfico de armas e munição ocorre em fronteiras terrestres, tendo 95% dos insumos bélicos ingressando no território nacional pelo Paraná ou via Mato Grosso do Sul. Esse tráfico impacta, diretamente, na segurança pública do país, principalmente pelo alto índice de violência empregado nas regiões de fronteira. É o caso dos assassinatos contra adolescentes e jovens adultos. Analisamos a influência das armas nos assassinatos praticados contra este grupo. Dos 3.061 crimes contra pessoas de 15 a 29 anos, 2.732 (89,25%) foram empregados por armas de fogo.

O IHA (2009) também observou este fenômeno e considerou que o risco de morrer vítima de homicídio cometido por armas de fogo é três vezes maior do que o risco de ser assassinado por outros meios. Em Londrina e Foz do Iguaçu, municípios paranaenses, os riscos relativos de morrer por arma de fogo são iguais ou superiores a 5.

Com isso, Foz do Iguaçu representa um exemplo de município com altos valores tanto do IHA quanto do risco relativo. Cardia, Adorno e Poletto (2003), debatem esse ingresso precário aos direitos sociais e econômicos em áreas urbanas no Brasil. Para os autores, o não acesso contribui para o aumento das taxas de homicídio, com outros fatores como exposição à violência, baixo capital social e uso abusivo da força pelas autoridades também desempenhando um papel.

Gráfico 08 - Homicídios de pessoas negras em Foz do Iguaçu, entre os anos de 2000-2022.



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados disponíveis no site do Atlas da Violência (2022).

As práticas sociais e as narrativas que perpetuam as concepções sobre racismo no Brasil, denominam os mecanismos que embasam a discriminação contra pessoas negras. A compreensão do racismo no cenário brasileiro tem raízes fincadas em sua formação histórica. Mesmo a lei brasileira assegurando a vedação à discriminação e à desigualdade, ancorados pelos olhares críticos, Cerqueira e Coelho (2017), manifestam que um dos sinais que questionam essa ideia e mostram que a exclusão tem uma dimensão racial são os dados sobre a violência contra pessoas negras.

Consideramos necessário citar os números de pessoas negras mortas em Foz do Iguaçu, mesmo que o Atlas da Violência (2022) tenha segregado a identificação dessas vítimas, em seus relatórios, a partir do ano de 2000. Lizzi et. al. (2021), perceberam em suas pesquisas que as taxas de homicídio de pessoas negras no Brasil aumentaram linearmente ao longo do tempo, com menor longevidade e baixa renda correlacionadas a um maior risco de homicídio.

Entre os anos de 2000 a 2022, a vitimização de pessoas negras em registros de homicídios correspondeu a 31,37% do total dos casos registrados em Foz do Iguaçu. Totalizando 1.220 dos 3.889 representados no gráfico 08. Também é possível observar na figura, que em 2005 e 2020, a maioria das vítimas foram pessoas negras. Em 2005, 141 (52,02%) dos 271 homicídios, foram contra homens e mulheres negros. Já no ano de 2020, 40 (53,33%) dos 75 assassinatos vitimaram negros. Apesar de 2006 ser o ano histórico de homicídios na cidade, as vítimas negras somaram 33,22%. Por cinco anos, os índices estiveram próximos da metade dos casos: 2008 (47,64%), 2009 (45,07%), 2012 (42,68%), 2019 (40%) e 2021 (43,58%). Nestes anos, dos 712 assassinatos registrados, 318 vitimaram negros.

Os dados apontados neste artigo evidenciam a importância de um diálogo mais profundo sobre a necessidade de mudanças estruturais e de uma verdadeira equidade racial. Herrera Flores (2012) diz que os Direitos Humanos e sua relação com os direitos fundamentais são cruciais para compreender e implementar seus fundamentos no século XXI, promovendo a democracia e a paz. O autor evoca que as lutas sociais impulsionam a criação de novas teorias de direitos humanos e, inclusive, as normas jurídicas internacionais que vão mudando de rumo. Em meio a esse cenário, Reichenheim (2011) reconhece que o Brasil avançou na legislação e nos planos de ação para combater a violência e as lesões, mas precisa avaliar esses avanços para identificar e dar continuidade às políticas bem-sucedidas. Essa avaliação não apenas permitirá a consolidação das iniciativas eficazes, mas também ajudará a direcionar recursos e esforços para áreas que ainda carecem de atenção, garantindo um futuro mais seguro e justo para toda a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo traz um olhar necessário e crítico sobre os altos índices de crimes em Foz do Iguaçu, escalando as análises de homicídios ao longo das últimas três décadas. O contexto analisado evidencia uma alarmante e complexa realidade, que intersecciona elementos culturais, sociais, econômicos e políticos, especialmente nas interações de uma região fronteiriça.

Os dados observados testemunham que a maioria das vítimas de homicídio é composta por homens jovens, o que não reflete apenas uma crise de segurança pública, mas também uma série de violação dos Direitos Humanos.

A predominância do uso de armas de fogo nos assassinatos revela a urgência em discutir políticas de controle de armamentos, a eficácia das iniciativas de segurança pública na região e as implantações de políticas públicas como forma de prevenção.

Sob uma perspectiva histórica, a violência em Foz do Iguaçu não é um fenômeno isolado, envolve um contexto mais dilatado, que inclui a interconexão com o crime organizado e as dinâmicas de tráfico e contrabando que permeiam a fronteira do Paraná com o Paraguai. Nossas análises indicam que, mesmo em períodos de restrição de circulação, como durante a pandemia de Covid-19, a criminalidade não só se manteve como se adaptou, sugerindo a resiliência das redes criminosas e a fragilidade das respostas institucionais. Com isso, é imprescindível uma abordagem integrada e multidisciplinar para encarar a violência, sendo necessário abarcar a complexidade do problema e os diversos fatores que a (re)alimentam.

Além disso, os números sobre a vitimização de pessoas negras e a análise das taxas de homicídio entre adolescentes demonstram, o quanto as ações que busquem a equidade racial e a proteção dos direitos dos grupos mais vulneráveis, são necessárias. Os dados das altas taxas de homicídio entre jovens exigem atuações efetivas do Estado, como o investimento em programas preventivos e políticas públicas voltadas à inclusão social, educação e geração de trabalho e renda, que possam oferecer alternativas ao envolvimento com atividades ilícitas.

Este artigo contribui para a compreensão da criminalidade em Foz do Iguaçu e suas implicações para os Direitos Humanos, trazendo uma reflexão sobre uma mudança estrutural nas políticas de segurança. Neste caso, o enlace entre o Estado e a sociedade civil, torna-se indispensável no enfrentamento deste cenário. E por fim, destacamos a importância de diretrizes práticas para a construção de uma política pública sem segregação e que não apenas combata a violência, mas também garantam os direitos e a dignidade de cada indivíduo.

REFERÊNCIAS

AGIER, M. NOVA COSMÓPOLIS: As fronteiras como objetos de conflito no mundo contemporâneo. **RBCS**, Vol.31, n.91 junho/2016.

ALBUQUERQUE, J. L. **A Dinâmica das Fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. São Paulo: Annablume Fapesp, 2010.

ANDRADE, S.; SOARES, D.; SOUZA, R.; MATSUO, T.; SOUZA, H. Homicídios entre homens de 15 a 29 anos e fatores relacionados no estado do Paraná, Brasil, 2002/2004. **Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 16, Supl 1, 2011.

ARANSIOLA, T.; CECCATO, V.; JUSTUS, M. O efeito da privação absoluta e relativa nos homicídios no Brasil. **Homicide Studies**, vol. 25, n. 4, 2021.

ARELLANO, D. **A Tríplice Fronteira como polo de atração de atividades ilícitas: Condições endógenas**. Editora: Atena, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. Brasília, 1988**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 3 set. 2024.

CAMPOREZ, P. Prisões e apreensões batem recordes nas fronteiras brasileiras. **O Globo** [05/03/2018]. Disponível em:
<https://oglobo.globo.com/rio/prisoessapreensoes-batem-recorde-nas-fronteiras-brasileiras-22455470>. Acesso em: 14/09/2024.

CARDIA, N.; ADORNO, S.; POLETO, F. Taxas de homicídios e violações de Direitos Humanos em São Paulo, Brasil: 1990 a 2002. **Health and Human Rights**, vol. 6, n. 14, 2003.

CARDIN, E.; ALBUQUERQUE, J. L. C. Fronteiras e Deslocamentos. **Revista Brasileira de Sociologia**, vol. 6, n. 12, jan./abr., 2018.

CARDIN, E.; FIOROTTI, C. Dispositivos estatais, ilegalismos e práticas sociais na fronteira Brasil-Paraguai (1890–2015). **Estudios Fronterizos**, vol. 19. 2018.

CARVALHO, F. O. Foz do Iguaçu e a tríplice fronteira: um debate interdisciplinar entre a história, a cultura e a educação. In: SCHEIDT, Eduardo et al (Org.). **História Social das fronteiras**. Jundiaí: Paco Editoria, 2012.

CEBALLOS, G. O crime foi organizado transnacionalmente como uma ameaça híbrida para a Tríplice Fronteira (Argentina, Paraguai e Brasil). **Revista Científica General José María Córdova**, vol. 16, n. 23, 2018.

CECCATO, V.; KAHN, T.; VAZQUEZ, L. Violência letal no Brasil: uma revisão sistemática da literatura de língua portuguesa de 2000 a 2020. **Criminal Justice Review**, vol. 46, n. 4, 2021.

CERQUEIRA, D.; COELHO, D. Democracia Racial e Homicídios de Jovens Negros na Cidade Partida. Texto para Discussão nº 2267. Brasília: **Ipea**, 2017. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2267.pdf. Acesso em: 05 set. 2024.

CERQUEIRA, D.; SOARES, R. O custo do bem-estar dos homicídios no Brasil: contabilizando a heterogeneidade na disposição de pagar por reduções de mortalidade. **Health Economics**, v. 25, n. 3, 2016.

CONCARO, C. **Una Mirada sobre el tráfico de armas en Latinoamérica**. Instituto Universitario General Gutiérrez – UNED, Madri, 2017.

FAISTING, A. L. Representações da Violência na Fronteira: um estudo a partir das regiões da Grande Dourados (MS) e do Oeste Paranaense (PR). **Revista de Ciências Sociais**, vol. 49, n. 3, 2019.

FERRARI, M. As noções de fronteira em geografia. **Unioeste**, vol. 09, n. 10, 2014.

FRIGO, A.; FERREIRA, M. A. A. “Histórias, mobilidades e territorialidade dos Avá-Guarani na fronteira Brasil –Paraguai”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 5, n. 15, 2021.

GREENE, M. PW 0163: Uma estrutura de direitos humanos para entender, prevenir e responder à violência juvenil e escolar. **Prevenção de Lesões**, vol. 24, 2018.

HERRERA FLORES, Joaquín. **A reinvenção dos direitos humanos**. Tradução de Carlos Roberto Diogo Garcia, Antônio Henrique Graciano Suxberger e Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

HERRING, J. (2018). **Direito Penal: noções básicas**. Londres: Editora Routledge, 2018.

HEYMAN, J. Introdução à Seção Especial: Vozes Latino-Americanas sobre Práticas Ilegais e Marginalmente Legais nas Fronteiras. **Journal of Illicit Economies and Development**, vol. 3, n. 2, 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/sau de/ 22 8 27-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 05/09/2024.

IHA – Índices de Homicídios na Adolescência. **Homicídios na Adolescência no Brasil**. Rio de Janeiro: IHA, 2009. Disponível em <https://atlasdasjuventudes.com.br/biblioteca/in-dice-de-homicidios-na-adolescencia-ih-2009-2010/>. Acesso em 23/08/2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (INE). **Censo Nacional de Población y Viviendas**. Asunción: INE, 2022. Disponível em: <https://www.ine.go.py/censotranspa-rente/planificacion.php>. Acesso em: 05/09/2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS (INDEC). **Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas**. Buenos Aires: INDEC, 2022. Disponível em: <https://censo.gob.ar/>. Acesso em: 05/09/2024.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2022**. Brasília: IPEA, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/244/atlas-2022-infograficos>. Acesso em: 23/08/2024.

KOSMYNKA, S. O problema do crime organizado na área da Tríplice Fronteira Sul-Americana: Paraguai, Brasil e Argentina. Estudos Internacionais. **Revista Interdisciplinar Política e Cultural**, vol. 25, n. 1, 2020.

LEITE, R. L. **Tendências atuais sobre o tráfico internacional de armas na América do Sul: o papel do Brasil** (Monografia do curso de Relações Internacionais). João Pessoa: UFP, 2018.

LIZZI, E.; GARRIDO, M.; XAVIER, L.; MORAES, G. (2021). Homicídios de pessoas negras no Brasil: Um estudo de diferentes regiões, usando modelos de regressão aditiva generalizada - com componente geoespacial. **Saúde Geoespacial**, vol. 16, n.1, 2021.

LUZ, A. J. D. **A segurança na Fronteira: o papel do Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFron) no Estado do Paraná** (Tese de Doutorado em Geografia). Ponta Grossa: UEPG, 2020.

MATTOS, M.C. **Geopolítica e teoria de fronteiras**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.

MEIRA, K.; SIMÕES, T.; GUIMARÃES, R.; SILVA, P.; MENDONÇA, A.; JESUS, J.; COVRE-SUSSAI, M. Homicídios de mulheres no Brasil e suas principais regiões (1980-2019): uma análise dos efeitos de idade, período e coorte. **Violência contra a mulher**, 2023.

MENA, F.; GOTTSBACHER, M. Violência na Fronteira na América Latina. **Oxford Academic**, 2020.

MIYAMOTO, S. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas, Papirus, 1995.

MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005b.

MOURA, R. S. F. de. Controle de armas de fogo no Brasil, criminalidade e autodefesa. **Revista de Direito Setorial e Regulatório**, Brasília, v. 2, n. 2, out/2016.

PONTES FILHO, A. O direito indígena dos Guarani na área da tríplice fronteira: Brasil-Paraguai-Argentina. **Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais**: UNIBRASIL, vol.3, 2011.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática. 1993

REICHENHEIM, M.; SOUZA, E.; MORAES, C.; JORGE, M.; SILVA, C.; MINAYO, M. Violência e lesões no Brasil: o efeito, o progresso feito e os desafios futuros. **The Lancet**, vol. 377, 2011.

ROCHA, F. J. N.; SOUSA, M. T. C. As contribuições da teoria crítica dos direitos humanos de Herrera Flores para a compreensão dos obstáculos à eficácia do sistema interamericano de direitos humanos. **Revista de Direitos Humanos em Perspectiva**, v. 2, n. 1, 2016.

SALLA, F.; ALVAREZ, M. C.; HILDEBRAND OI, A.; ROCHA, T. T. da. Violência e a gestão das fronteiras do Brasil. In: SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 8, 2019.

SÁNCHEZ, J.E. **Geografia política**. Madrid: Editorial Síntesis, 1992.

SANTOS, J.C. Fronteiras Culturais. **Revista da Escola Superior de Guerra**, vol.31, n.62, 2016.

SCHERER, J. C. CHIAPPINI, C. G. Fronteiras culturais: algumas considerações sobre o tema. **Celpcyro**, Porto Alegre, 2024. Disponível em http://www.celpcyro.org.br/joomla/index.php?option=com_content&id=889. Acesso em: 07 ago. 2024.

SCHERMA, M. A. As fronteiras nas Relações Internacionais. **Revista Monções**, vol.1, n.1, 2012.

Segurança, Justiça e Cidadania / Ministério da Justiça. – Ano 4, n. 8, (2014). ALMEIDA, L.N. **O contrabando e a criminalidade na fronteira brasileira: algumas hipóteses sobre o caso Rivera e Sant’Ana do Livramento**. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2014.

SHUYUN, T. Sobre pena pesada para homicídio internacional. **KazNu Bulletinm**, v. 91, n. 5, 2020.

SILVA, C. A.; KJAER, N. A.; MACHADO JUNIOR, R. ANTUNES, G. F. O tráfico e a fragilidade das fronteiras. **Revista Multidisciplinar Pey Keyo**, Amazônia, v. 6, n. 2, 2020.

SILVA, M. L.; TOURINHO, H. L. Z. Território, territorialidade e fronteira: o problema dos limites municipais e seus desdobramentos em Belém/PA. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, vol.9, n. 1, 2017.

SIMÕES, S. O. A concepção de fronteira na perspectiva da política territorial brasileira e as áreas de livre comércio na Amazônia: um aporte baseado no principais instrumentos jurídico-políticos. **Revista Latino-Americana de Estudos Avançados**, vol. 2, n.1, 2017.

SOUZA, G.M. Noções de fronteira na teoria e prática do regionalismo: uma visão crítica. **Civitas**, Porto Alegre, v.18, n.2, 2018.

WANZINACK, C.; SIGNORELLI, M.; REIS, C. Homicídios e determinantes socioambientais da saúde no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. **Cad. de Saúde Pública**, v. 34, n.12, 2018.

ZSÖGÖN, M. Percepções sobre dinâmicas e mobilidades na Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai. **Migração Internacional**, vol. 61, n. 6, 2023.

CÃES DE DETECÇÃO: A FUNÇÃO DO FARO DE CIGARROS NA REGIÃO DE FRONTEIRA DO PR

Daiani Neunfeld Kiessler⁸

Douglas Lopes Caldeira da Silva⁹

RESUMO

Este trabalho apresenta um dos grandes problemas da segurança pública da área de fronteira região oeste do Paraná, o contrabando de cigarros paraguaios e a busca de soluções das forças de segurança para conseguir combater esse ilícito que ainda é visto pela parte da população dessa região como um ilícito sem grandes consequências, porém que trazem consigo vários crimes correlacionados que geram milhões de prejuízos e acarretam estragos muitos maiores que os financeiros para a região. Nesse contexto uma ferramenta que já vem auxiliando as forças de segurança a muito tempo entram nesse combate e vem ainda de forma tímida tomando espaço no trabalho policial o faro de grandes cargas de cigarros contrabandeados pelo cães policiais, desenvolvido e aperfeiçoado por policiais do Batalhão de Polícia de Fronteira o faro de cigarros por cães vem ganhando espaço e auxiliando em apreensões.

Palavras-chave: Detecção; Cães policiais; Faro de cigarros; Fronteira.

INTRODUÇÃO

Após alguns anos desenvolvendo o treino dos cães no faro de cigarros surgiu o interesse de tornar esse trabalho reconhecido, para que possa se tornar um embasamento para que outras instituições possam iniciar o trabalho de faro de cigarros contrabandeados em suas unidades, uma necessidade que vem sendo discutida e percebida com interesse na região de fronteira do Paraná, que possui um elevado número de ocorrências envolvendo carretas, caminhões com cigarros contrabandeados.

⁸ Policial militar, licenciatura em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE.

⁹ Policial militar, graduando em bacharelado em Educação Física pela UniFatecia Centro Universitário, Paranavaí.

A intenção desse estudo é mostrar como esse trabalho foi desenvolvido e como é interessante e importante o auxílio do cão no combate desse crime.

Primeiramente para entendermos a necessidade de ter mais ferramentas para combater o contrabando de cigarros é vermos como esse crime é um grande problema social e financeiro para a região. Segundo Schons 2021, um dos crimes que vem aumentando notavelmente após 1990 na região entre Canindeyú (PY) e o Oeste do Paraná (BR) é o comércio ilegal de cigarros, e essa região é considerada uma das principais portas de entrada do produto ilegal no país, o que gera grandes efeitos econômicos para o Brasil. Estima-se que o prejuízo em arrecadação seja de cerca de 130 bilhões de reais por ano.

Uma das explicações para que essa região seja a principal ponte de entrada desse produto ilegal é a localização das fábricas, que ficam principalmente próxima à região de fronteira com Brasil no lado oeste do Paraná, isso faz com que, logisticamente, o transporte e despacho desses produtos sejam mais fáceis nesses locais. Já no lado brasileiro, o que facilita para os contrabandistas é a ampla região de mata e o lago de Itaipu, na fronteira Brasil Paraguai, formado artificialmente, em 1982, com o fechamento das comportas do canal de desvio da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que ajuda na camuflagem das travessias, pois dificulta em muito as fiscalizações.

As definições culturais da fronteira

As definições de fronteira são variadas, mas nesse contexto regional um elemento chama muito a atenção e que pode ser uma das explicações para esse comércio ilegal ser tão desenvolvido além da localização das fábricas. Ferrari (2014) afirma que a fronteira é também, e pode ser definida como um espaço de construção social. A fronteira traz consigo elementos muito mais fortes do que apenas uma definição geográfica, são povos que têm um governo e leis diferentes, mas que se unem cultural e socialmente.

A fronteira possui duas visões científicas: uma que trata da história política entre Estados nacionais e do limite de soberania de um poder central e a outra, local ou regional, que trata do vivido e das interações entre populações em zonas fronteiriças. Nessas duas visões, fronteira se inscreve hoje dentro de uma ampla problemática tornando-se objeto de pesquisas científicas, com inúmeras possibilidades de estudos, mas a tendência atual parece apontar para um contexto mais humano, social e cultural, capaz de nos oferecer uma apreensão mais justa e real das relações fronteiriças (FERRARI, 2014, p.23).

Apesar de toda dinâmica que se gera em torno da definição de fronteira e suas particularidades, percebe-se que uma das mais importantes seja realmente a interação humana que nela acontece, a relação entre esses dois povos distantes jurídica e politicamente, mas tão interligados pelo que acontece em seu cotidiano, o que acaba sendo muito mais importante que o que acontece em seus países de origem.

Nesse contexto, podemos fazer uma análise histórica da construção da fronteira entre o Brasil e o Paraguai e, com ela, entender muito da dinâmica do que acontece atualmente, e como fica claro como essa interação humana entre os povos dita o andar do cotidiano de uma região de fronteira. Entender como se deu na região oeste do Paraná a implantação da usina de Itaipu faz com que tenhamos uma clara ideia da modificação e da nova definição da relação social que se construiu nessa região após a construção da usina.

“... mega irradiação fronteiriça” causada durante e depois da sua construção. Migrações massivas e a vinda de trabalhadores para erguer essa obra fenomenal acabaram por transpor a fronteira Paraná-Paraguai e ocupar terras férteis da costa oriental paraguaia que se estenderam até à região do Chaco, nos anos subsequentes.

A ocupação desse novo território, da forma como ocorreu, faz ressurgir outra definição de “fronteira” que é a utilizada para caracterizar as “frentes pioneiras” de ocupação num processo de colonização em áreas supostamente vazias de um território. Em grande parte, a costa oriental paraguaia constituía-se em terras devolutas que foram cedidas à colonização brasileira. Acordos políticos durante a ditadura militar nos dois países, a construção de rodovias, a aquisição de terras baratas e a abertura legal à penetração brasileira (ANDERSEN).

Houve uma massiva expansão da região de fronteira paraguaia através de brasileiros que também foram chamados de “brasiguaios”, o que transformou, de forma significativa, essa região.

Todo o conjunto das relações que surgiram a partir desse momento pode ter como reflexo a atual conjuntura da fronteira que temos na região oeste do Paraná e da região de Canindeyú (PY). A região mais desenvolvida do Paraguai acabou sendo a região de fronteira com o Brasil, tendo como sua base da economia a plantação de soja e os royalties da Itaipu.

Nesse sentido, é interessante observar que essa manobra dos países em relação à Itaipu alterou significativamente, não só a economia, mas toda a interação social dessas regiões. Acredito que a maneira como hoje acontece a formulação dos grupos criminosos se dá muito pela aproximação, essa junção de brasiguaios que têm livre circulação e acesso aos dois países, além de conhecimento territorial, o que facilita os crimes de contrabando, tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, evasão de divisas, acúmulo de capital e de poder. A definição de fronteira, como temos hoje, foi criada em 1979, e refere-se a uma faixa com 150 km de largura terrestre.

No Brasil, a legislação que trata da faixa de Fronteira é a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, regulamentada pelo Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980, cujo teor foi ratificado pela Constituição Federal de 1988, no parágrafo segundo do artigo 20.

A faixa, de até 150 quilômetros de largura ao longo das fronteiras terrestres, é considerada "fundamental para a defesa do território nacional"(NETO, 2015).

A defesa desse território sensível é responsabilidade das Forças Armadas, e as fiscalizações são de responsabilidade da Polícia Federal e da Receita Federal. Porém, através do decreto nº 7.496 de 08 de junho de 2011, o Governo Federal criou o Plano Estratégico de Fronteira.

Caracterizando-se oficialmente, pelo planejamento de ações integradas entre órgãos de segurança pública, defesa, fiscalização, estados, municípios e países vizinhos. O referido plano, no âmbito do Governo Federal, é Coordenado pelos Ministros da Justiça, Defesa e Fazenda, e nos Estados, pelos respectivos governadores e secretários de segurança pública, sendo que na época do lançamento, no Ministério da Justiça, o Plano Estratégico de Fronteira envolveu ações e projetos da Secretaria

Nacional de Segurança Pública (SENASP), Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), do Departamento de Polícia Federal (DPF) e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF). As iniciativas desenvolvidas pela SENASP foram constituídas no âmbito do Programa ENAFRON – Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ALVES e LOUREIRO, 2019).

Visando a melhorar a interação com as instituições que atuam nas áreas de fronteira, o Governo Federal criou, em 2019, o Programa Vigia que tem por bases operações integradas, aquisição de equipamentos, capacitações e bases operacionais com interação de sistemas. Dentro do Programa Vigia está inserida a Operação Hórus, que desde então, vem acontecendo na região Oeste do Paraná de que participam, além da Polícia Federal, o Batalhão de Polícia de Fronteira, PRF e Polícia Civil do PR, Receita Federal e Exército Brasileiro. Além do Paraná, outros estados também participam do programa e operação.

Como o cão entra no jogo

Criado em meados de 2012, o Batalhão de Polícia de Fronteira tem uma área de 139 municípios para atuar, municípios que fazem parte dos 150 km de faixa de fronteira paranaense. Inicialmente, Marechal Cândido Rondon foi a sede do Batalhão, sendo que, posteriormente, a cidade de Guaíra e de Santo Antônio do Sudoeste receberam companhias, atualmente Foz do Iguaçu e Umuarama formaram pelotões que atuam nas respectivas regiões. Além do trabalho das companhias do BPFron, que atuam nas estradas rurais e rodovias, também foi criado o pelotão COBRA que atua em áreas de mata e no lago de Itaipu em toda extensão da faixa de fronteira

A necessidade de possuir cães de faro na região de fronteira é de extrema importância, pois os casos de apreensões de drogas, armas e outros ilícitos em fundos falsos e locais de difícil acesso são diários, muitos desses casos somente são possíveis pela destreza dos policiais, porém o uso dos cães rotineiramente facilita, de forma significativa, a excelência das ocorrências. Muitas das apreensões somente são possíveis pelo fato de o cão ser usado de forma preventiva e quando o cão indicar, é possível localizar ilícitos.

Foi nesse contexto que, em 2016, foi iniciado, de forma tímida, o trabalho

com os cães pelo BPFron, com apenas um cão e dois policiais, o que após um período de adaptação e treino do cão começou a apresentar resultados significativos e viu-se a necessidade de aumentar o efetivo e os animais. Toda a versatilidade e dinamismo que os cães trazem para as equipes policiais puderam ser multiplicados. O que refletiu positivamente no aumento significativo das apreensões, não apenas de drogas e armas, mas também de um outro produto que, na região oeste e noroeste do Paraná é muito comum, o cigarro contrabandeado.

Como já mencionado, a região oeste que fica principalmente na região lindeira entre as cidades de Foz do Iguaçu e Guaíra é uma região que possui um intenso fluxo de tráfico de drogas e contrabando. A grande extensão do lago de Itaipu facilita a entrada desses produtos ilícitos e dificulta a apreensão por parte das instituições de segurança e fiscalização. As organizações criminosas se utilizam de inúmeros meios para ludibriar as fiscalizações, tanto nessas regiões de mata como também nas estradas e rodovias. Nos últimos anos, a união das forças de segurança, que se iniciou durante o ENAFRON e continua através do VIGIA e da Operação Hórus, vem apresentando grandes números de apreensões e causando grandes prejuízos para esses grupos criminosos.

O combate ao tráfico de drogas é o carro chefe da maioria das instituições de segurança pública, como não poderia deixar de ser do BPFron, porém foi percebido um outro crime em que o trabalho com os cães poderia ser de grande valia, o contrabando de cigarros. Esse produto chega, em sua grande maioria, a essa região por via fluvial, acondicionado em veículos ou caminhões para os chamados “mocós”, locais em matas, plantações, sítios, locais mais longe da região de lago que geralmente possuem mais policiamento.

Nesses locais, alguns veículos, que são usados para o transporte, já sem bancos e adaptados para levar o maior número de caixas possível, andam basicamente apenas em estradas rurais, com a função de trazer esse ilícito do lago até o “mocó”, deixam as caixas e retornam, nesses locais é feito o transbordo das cargas para veículos mais novos e em condições de seguir viagem pelas rodovias, sem chamar a atenção nas fiscalizações.

Geralmente, veículos muito velozes, muitas vezes roubados ou então

financiados e bloqueados judicialmente, além de carretas e caminhões.

Pensando nesse contexto de caminhões, outro elemento para citar é o grande fluxo de caminhões que circulam nessa região, as BRs 163 e 277 e a PR 272 são rodovias com um grande fluxo de caminhões, cenário perfeito para grandes cargas de cigarros circularem em meio aos veículos sem serem percebidos. Normalmente, essas cargas se camuflam em horários de grande fluxo como amanhecer, momento em que os caminhoneiros saem dos postos onde descansam para seguir viagem, e assim fica praticamente impossível a fiscalização de todos esses veículos.

É nesse sentido que o uso do cão de faro foi pensado, as fiscalizações desses grandes veículos, para facilitar o trabalho dos policiais, pois dinamiza as abordagens, não sendo necessário deslocar uma carreta. Além de vários casos em que as caixas de cigarros ficavam ocultas, com cargas de sementes na parte superior, não sendo possível visualizar o ilícito.

Além da fiscalização nas rodovias com a ajuda do cão, outro local em que o animal pode ser usado são os postos de combustíveis. Também com um grande fluxo de veículos onde os condutores pernoitam, os grupos criminosos camuflam os caminhões esperando o melhor momento para escoar seus ilícitos de forma discreta.

Esses grupos criminosos estão em constante transformação, são muito dinâmicos e estudam os órgãos de segurança para conseguir ludibriar as fiscalizações. Com o cão, como uma ferramenta para auxiliar nesse contexto, seja ele de entorpecente ou cigarros, é algo que fica muito mais difícil de ser camuflado por esses grupos, nada ou quase nada escapa do faro desses animais, se bem treinados.

Visando a melhorar as fiscalizações realizadas pelo BPFron e tendo em vista a capacidade que os cães possuem de reconhecer diversos odores, iniciou-se o trabalho de apresentação do odor cigarro a um dos cães, Guerreiro, cão este que foi o primeiro cão do batalhão e doado com recursos do IDESF (Instituto de Desenvolvimento da Fronteira).

Inicialmente, a apresentação do odor se deu através do fumo, matéria-prima

principal na fabricação dos cigarros. O animal assimilou esse odor de forma muito rápida, pois já possuía toda a dinâmica da busca, por já ser um cão experiente e já conhecer uma grande parte dos entorpecentes que geralmente são apresentados.

Porém, tivemos um problema, esse animal interpretou que todos os odores que tivessem fumo deveriam ser indicados, então qualquer “bituca” ou qualquer cigarro ele apontava para seu condutor, o que acabou não se tornando interessante, pois encontrar cigarros é algo extremamente comum e poderia atrapalhar o trabalho de busca por outros ilícitos.

Diante dessa dificuldade, o cão não foi mais treinado para tal odor. E após um período de estudos de como poderia ser feito esse treino de maneira que fizesse com que o animal não indicasse pequenas quantidades desse produto, chegou-se à conclusão de que o ideal seria treiná-lo apenas com grandes quantidades, que era o que realmente queríamos que ele apontasse.

O cão Guerreiro foi utilizado como precursor deste projeto. Inicialmente, foram utilizados para o treino pacotes de fumo e também o próprio cigarro, de que foram retiradas apenas a parte de filtro e toda parte de papel, deixando apenas o fumo. A dinâmica de faro ele já possuía, então a sua assimilação foi muito rápida. Não foram utilizados discriminadores no primeiro momento. Após um período de duas semanas de treino, foi possível ver resultados positivos, em busca ao bagageiro de um ônibus, foi possível localizar alguns pacotes de cigarros em duas malas.

Além dos treinos serem sempre direcionados para grandes quantidades, o que foi primordial para que o cão não indicasse pequenas quantidades, foram realizados os treinos de discriminação. Os treinos sempre possuíam um discriminador com pequena quantidade e, inicialmente, quando o animal fazia a indicação era feita a negatificação. Quando ele indicava pequena quantidade, não era feito o pagamento, deixando-o até o momento em que ele continuava a busca e localizava e indicava a grande quantidade.

Em situações reais, a negatificação partiu do mesmo pressuposto de que se

em algum momento o cão indicasse qualquer pequena quantidade, alguma carteira ou alguma bituca era negativado, além do não pagamento, com um sutil não é ordenado que continuasse a busca.

A certeza de que os treinos vinham dando resultados positivos veio em uma abordagem, na qual, após realizar a ordem de parada a uma carreta, um dos policiais da equipe foi conversar com o motorista, momento em que já fui passando o cão no caminhão, sempre usamos esse método, para agilizar a abordagem, sendo que logo, no primeiro momento ao fazer uma busca na parte posterior da carroceria, ele sinalizou positivamente para algum ilícito. Fui até o outro policial e o motorista e pedi para o condutor o que havia no caminhão e ele informou que estava vazio, foi solicitado que ele abrisse a parte traseira da carroceria, momento em que foi possível visualizar que estava completamente carregado com cerca de 700 caixas de cigarros contrabandeados.

Após esse resultado positivo, o incentivo para os treinos aumentou, sendo possível em outras situações que envolviam caminhões agilizar as abordagens e ter a confirmação do ilícito.

Foi observado que é preciso manter o treino sempre presente, principalmente em momentos de apreensões onde há grandes quantidades, e principalmente em veículos grandes como caminhões e carretas, que são os alvos focos da busca. Treinar o cão para a realidade faz com que ele assimile com mais veracidade o que precisa buscar e onde precisa buscar. Essa modalidade de busca foi chamada de modalidade de busca por imagem de odor, pois o cão é direcionado para indicar, apontar apenas a quantidade de entorpecente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa teoria da imagem de odor foi desenvolvida através de conversas informais, conclusões essas de situações reais, onde, por exemplo, um cão nunca treinado com uma grande quantidade de entorpecente teve dificuldade de indicação de uma grande quantidade de droga em uma situação real.

Além dos testes realizados através do cigarro, comprovando que sim o animal

tem a condição de discernir uma grande quantidade de odor de uma pequena.

A mesma dificuldade que o cão apresentou em não conseguir indicar a grande quantidade de entorpecente por nunca ter tido contato com ela, seria a mesma teoria dele não indicar pequenas quantidades, pois não foi treinado para isso. Trabalhar com esse empirismo foi à única maneira de se chegar a uma conclusão, a qual vem apresentando bons resultados.

Um grande problema observado durante a confecção desse trabalho e também durante os estudos para se conseguir chegar a uma conclusão sobre o treino ou não dos cães para detecção de cigarros é a dificuldade de encontrar materiais, trabalhos técnicos, escritos sobre a detecção seja qual for, de entorpecentes de maneira geral.

Pouquíssimos são os estudos existentes no Brasil sobre o faro e trabalho dos cães nas forças policiais, isso acaba sendo um mais um dos desafios dos entusiastas desse trabalho, trabalhar com cães no Brasil é um desafio em vários sentidos, e de certa maneira ainda um pouco compreensível, pois apenas da década de 1950 eles começaram a ser usados na segurança pública, são poucos anos comparados a países que já usam os cães desde a primeira guerra mundial. Porém não me parece justificativa para ficarmos para trás, buscar conhecimento, aplicar novos métodos, criar teorias e avançar cada vez mais para que a cinotecnia no Brasil seja cada vez mais respeitada e que traga bons frutos para é um desafio de quem está nessa luta diária.

E por fim, a região Oeste do Paraná, além de já ter uma junção das forças da segurança que vem trazendo imensos prejuízos aos grupos criminosos que por muito tempo tiveram quase que livre acesso a região fronteira do lago de Itaipu, pode contar também com mais esse auxílio dos cães de faro que otimiza e melhora ainda mais a fiscalização, sejam nas áreas de mata ou das rodovias.

REFERÊNCIAS

NETO. Marcilio Diniz Pimenta. **Faixa de Fronteira e domínio público**. Disponível em <https://marciliooberserk.jusbrasil.com.br/artigos/169553071/faixa-de-fronteira-e-o-dominio-publico>. Acesso em mar. de 2022.

ALVES. Gabriel Cunha e LOUREIRO. José Antonio Cacheado **Direito fronteiriço: a questão da segurança pública nas fronteiras do Brasil**. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/72888/direito-fronteirico-a-questao-da-seguranca-publica-nas-fronteiras-do-brasil>. Acesso em 13 de mar. de 2022.

Andersen. Singrid. **A Fronteira na Concepção da Geopolítica Brasileira: Entendendo a Origem dos Conflitos**. Disponível em http://www.augm-cadr.org.ar/archivos/7mo-coloquio/mesa_6/20080239.pdf. Acesso em 13 de mar. de 2022.

FERRARI. Maristela. **As noções de fronteira em geografia**. Disponível em <https://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/10161/0>. Acesso em 13 de mar. de 2022.

SCHONS. Alan. D. e FERRARI. Maristela. **O comércio ilegal de cigarros no segmento da fronteira Brasil-paraguai situado entre os departamentos de alto Paraná e Canindeyú com o oeste do Paraná**. Uma atividade organizada em redes?

O PRIMEIRO *FUSION CENTER* BRASILEIRO: DESAFIOS E CONQUISTAS NA SEGURANÇA PÚBLICA DA TRÍPLICE FRONTEIRA

Adriano Krul Bini¹⁰

José Carlos dos Santos¹¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar o contexto histórico que culminou no Projeto-Piloto do Centro Integrado de Operações de Fronteira (CIOF), destacando os fatores que influenciaram a escolha da cidade-sede. A análise tem como marco temporal o período a partir da implementação do projeto, além de considerar elementos relevantes anteriores. A pesquisa baseou-se em obras, artigos, matérias publicadas e uma entrevista semiestruturada com o idealizador do Centro. O artigo explora os problemas de segurança dos Estados Unidos que contribuíram para a falta de prevenção ou mitigação do maior ataque terrorista da história, ocorrido em 11 de setembro de 2001, e como a solução encontrada foi a criação dos *Fusion Centers*. Guardadas as devidas proporções, o Brasil enfrenta desafios semelhantes, especialmente devido à sua vasta extensão territorial, que apresenta graves problemas de segurança pública. Inspirado nos princípios dos *Fusion Centers* americanos, o CIOF surge como uma importante iniciativa para promover a interoperabilidade de bases de dados e a integração entre os Órgãos de Segurança Pública (OSP) e as agências de aplicação da lei. A pesquisa se baseia em fontes obtidas através da aplicação de questionário com agente diretamente ligado ao processo de consolidação do CIOF em Foz do Iguaçu, referências documentais da rede de computadores e de consulta historiográfica. A partir destas fontes, com uma

¹⁰ Doutorando pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestrado em Ciências Policiais pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI/Lisboa-Portugal). Especialização em direito aplicado pela Escola da Magistratura do Paraná. Especialização em Investigação, Constituição e Direito de Defesa pela Universidade Anhanguera/Uniderp. Especialização em Direito Administrativo e em Direitos Humanos pela Faculdade FOCUS. Graduação em Direito pela Faculdades Unificadas de Foz do Iguaçu (UNIFOZ). Integrante do Núcleo de Pesquisa e Inteligência em Gestão Organizacional pela ACADEPOL-SC. E-mail: adriano16bini@gmail.com.

¹¹ Doutorado em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Especialização em Educação Popular pela Faculdade de Ciências Humanas de Cascavel (FECIVEL). Graduação em Filosofia pela Faculdade de Ciências Humanas Arnaldo Busato (FACITOL). Líder do Grupo de Pesquisa Hermenêutica da Ciência e Soberania Nacional. E-mail: professor-jose-carlos@hotmail.com.

triangulação de dados, demonstra-se o contexto da articulação política, e da natureza cultural da Tríplice Fronteira como espaço preferível para pensar a segurança nacional, através do apontamento de questões convergentes e divergentes em relação à decisão de implementar o modelo *Fusion Center*.

Palavras-chave: CIOF; *Fusion Center* brasileiro; ambiente interagência; interoperabilidade; integração.

ABSCTRACT

This article analyzes the historical context that led to the Pilot Project of the Integrated Border Operations Center (CIOF), highlighting the key factors that influenced the choice of its host city. The analysis covers the period beginning with the implementation of the project while also considering relevant preceding elements. The research was based on scholarly works, articles, published reports, and a semi-structured interview with the Center's founder. The article examines the security failures in the United States that contributed to the lack of prevention or mitigation of the September 11, 2001 terrorist attacks—the deadliest in history—and how the creation of Fusion Centers emerged as a solution. In relative terms, Brazil faces similar challenges, particularly due to its vast territorial extension, which presents serious public security issues. Inspired by the principles of the U.S. Fusion Centers, the CIOF emerges as a significant initiative to promote database interoperability and integration among Public Security Agencies (OSP) and law enforcement bodies. The research draws on multiple sources, including questionnaires applied to agents directly involved in the consolidation of the CIOF in Foz do Iguaçu, documentary references from computer networks, and historiographic consultation. Through data triangulation, the study demonstrates the political articulation and the cultural dynamics of the Tri-Border Area as a strategic setting for national security, identifying convergences and divergences surrounding the decision to implement the Fusion Center model.

Keywords: CIOF; Brazilian Fusion Center; interagency environment; interoperability; integration.

INTRODUÇÃO

Este artigo aborda a criação e implementação do Centro Integrado de Operações de Fronteira (CIOF), o primeiro *Fusion Center* brasileiro, um marco significativo para a interoperabilidade de bases de dados e a integração entre os Órgãos de Segurança Pública (OSP) e agências de aplicação da lei no enfrentamento da criminalidade na Região Trinacional do Iguaçu. A pesquisa tem como objetivo central apresentar o contexto histórico que culminou na criação do CIOF, destacando os fatores determinantes na escolha de Foz do Iguaçu como

cidade-sede e as implicações dessa escolha no fortalecimento da segurança pública na Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina.

O CIOF, inaugurado em 16 de dezembro de 2019, nasce como resposta aos desafios de segurança na Região Trinacional, uma área marcada por sua complexidade social, cultural e geográfica. A tríplice fronteira, formada por Foz do Iguaçu (Brasil), Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina), possui uma história de convergência territorial e cultural, sendo um espaço onde fluxos migratórios, econômicos e criminais se entrelaçam de forma única. Esta região, que abriga uma diversidade étnica e cultural significativa, também se destaca pela presença de organizações criminosas transnacionais, tornando-se um ponto estratégico para o combate ao crime organizado.

O artigo se fundamenta em uma metodologia que combina a análise de documentos, entrevistas e fontes bibliográficas, buscando uma compreensão profunda dos fatores históricos e políticos que influenciaram a criação do CIOF. A abordagem histórica adotada permite situar o projeto dentro de um contexto mais amplo de evolução das políticas de segurança na América Latina, com particular atenção às influências externas, especialmente o modelo dos *Fusion Centers* americanos, implementados após os atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos.

A pesquisa se apoia em uma triangulação de dados, utilizando entrevista semiestruturada com ator diretamente envolvido no processo, análise de fontes historiográficas e revisão de literatura especializada. Este procedimento visa fornecer uma visão abrangente e fundamentada do papel do CIOF na reorganização das estratégias de segurança pública na Região Trinacional, destacando suas implicações para a cooperação interagências e a integração das bases de dados entre os diferentes órgãos de segurança.

Assim, este estudo não apenas documenta a criação do CIOF, mas também oferece uma análise sobre sua importância estratégica no enfrentamento dos desafios de segurança na Tríplice Fronteira, contribuindo para o entendimento da complexa dinâmica de poder e saber que caracteriza essa região.

Através desta investigação, pretende-se oferecer uma reflexão sobre os caminhos possíveis para o fortalecimento da segurança pública em áreas de fronteira, onde a cooperação internacional e a integração de informações são essenciais para o sucesso das operações conjuntas.

Delimitação do tema, objetivos e metodologia

Esta pesquisa tem como objetivos: (I) coletar e analisar dados sobre o contexto histórico que levou à criação e implantação do Projeto-Piloto Centro Integrado de Operações de Fronteira (CIOF), também conhecido como o primeiro *Fusion Center* do Brasil; e (II) investigar os fatores que influenciaram o processo de escolha da cidade-sede para a instalação do Centro.

O recorte temporal da pesquisa começa em 16 de dezembro de 2019, data de início da operacionalização do CIOF, e abrange fatores históricos correlatos. Para a realização da investigação, foram reunidos livros, artigos e reportagens publicadas na internet relacionados ao tema. Além disso, foi realizada uma entrevista semiestruturada com o Sr. Wagner Mesquita de Oliveira, Delegado da Polícia Federal, ex-Secretário de Segurança Pública do Paraná em duas gestões, ex-Coordenador-Geral de Combate ao Crime Organizado da Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública (CGCCO/SEOPI/MJSP) e idealizador do CIOF. A entrevista permitiu coletar informações sobre o contexto histórico da criação do Centro, os fatores que influenciaram a escolha da cidade-sede, e outras contribuições relevantes compartilhadas pelo entrevistado.

Segundo David E. Gray,

a entrevista semiestruturada possibilita uma exploração mais profunda das visões e opiniões dos entrevistados, especialmente quando é necessário que eles expandam suas respostas. Isso é fundamental ao adotar uma abordagem fenomenológica, cujo objetivo é investigar os significados subjetivos que os entrevistados atribuem a conceitos ou eventos. Essa profundidade também permite que a entrevista siga novos caminhos, que, embora não previstos inicialmente, podem contribuir para o alcance dos objetivos da pesquisa (Gray, 2012, p. 302).

A partir deste instrumento, se deseja demonstrar respostas qualitativas, e identificar padrões, temas e insights, assim como confrontá-las com fontes de outra natureza, como as obtidas através da rede mundial de computadores, legislação e fontes historiográficas.

Ao nos propormos usar informações da rede mundial de computadores, a análise de discurso, de viés foucaultiano, será o procedimento adotado para extrair sentidos narrativos sobre o tema e o modo como são discutidos e percebidos publicamente na sua territorialidade.

A bibliografia oferece o contexto teórico e histórico necessário para interpretar os dados coletados. Ela ajuda a situar os achados dentro de um quadro teórico, permitindo a comparação entre o que é observado na prática e o que é discutido na literatura.

A triangulação desses dados, entre os dados dos questionários, das redes sociais e da bibliografia apontam para conclusões, que indicam argumentos mais robustos e fundamentados sobre o tema. Creswell (2014, p. 251) destaca que a triangulação de dados fortalece a validade dos resultados, pois combina diferentes fontes de dados para confirmar as conclusões e fornecer uma visão mais completa do fenômeno estudado.

O tema em estudo, ganhou expressividade a partir de ocorrências no mundo político. O mundo assistiu aterrorizado aos múltiplos ataques às torres gêmeas World Trade Center em Nova York e ao prédio do Departamento de Defesa americano na Pensilvânia, próxima de Washington, capital federal estadunidense, promovidos pela organização terrorista Al-Qaeda, em 11 de setembro de 2001, em território americano.

A mancha triste na civilização humana é considerada o maior ataque terrorista da história mundial, resultando em aproximadamente três mil mortos e desaparecidos (RFI, 2023), cujos efeitos e desdobramentos repercutidos, ao longo dos anos, impeliram as instituições responsáveis a repensar as práticas de controle social, entre elas a policial.

Ao examinarem as causas e o papel das instituições envolvidas, as autoridades americanas constataram que cada órgão de segurança pública, inteligência e defesa detinha uma parte dos dados que, se tivessem sido devidamente integrados e compartilhados, poderiam ter mitigado ou até evitado os ataques, salvando milhares de vidas. Esse trágico episódio revelou, de forma clara, a falta de cooperação, comunicação e compartilhamento de informações, bem como a ausência de coordenação entre as diversas agências e órgãos de aplicação da lei nos Estados Unidos.

Foi a partir desse traumático episódio na história americana que se decidiu criar os chamados *Fusion Centers*. Essas unidades reúnem, em um único ambiente, representantes de agências policiais e órgãos de aplicação da lei das esferas federal, estadual e municipal, com acesso integrado a bases de dados e informações. Nesse ambiente, eles interagem, compartilham dados e têm a capacidade de mobilizar suas agências para ações coordenadas. A concentração de profissionais de diferentes áreas em um único espaço passou a direcionar os esforços no combate ao terrorismo, ao crime organizado, e a crimes complexos, entre outros. Apesar dos desafios e da necessidade de constante aprimoramento, a experiência foi considerada bem-sucedida. Como resultado, os EUA implementaram 78 unidades *Fusion Centers* em todo o país, cujo funcionamento e estrutura são regulamentados pelo Departamento de Justiça e pelo Departamento de Segurança Interna (DOJ; DHS, 2006).

Esta percepção do ataque como insight gerador de ações preventivas, repercutiu de diversas formas e em diversos meios em que a segurança é prioridade. Ela está presente na narrativa do entrevistado:

[...] O conceito *Fusion Center* foi constituído após os ataques de 11 de setembro lá nos Estados Unidos. Enfim, constatou-se que as agências responsáveis pela segurança pública lá são várias. Cada uma tinha um fragmento de informação e que juntas e analisadas em contexto, poderiam ter evitado, poderiam ter confrontado, poderiam ter emitido um alerta pelo menos acerca da atuação que acabou propiciando. Foi uma preparação muito longa. Pessoas entraram, fizeram cursos, documentos falsos, viajaram por vários estados da federação. Enfim, um grupo terrorista que cometeu um atentado que foi é preparado durante muito tempo dentro de território americano. Então os Estados Unidos, constatando essa situação, e se viram na obrigação de forçar a troca de informação entre as agências, que até hoje é uma dificuldade lá (Entrevistado).

A fragilidade que um Estado demonstra estar em função da ação criminosa coordenada e, neste caso, criadora de grande repercussão e perdas humanas foi a fonte geradora de um novo saber, de estratégias e táticas então, mais integrada em que cada agência em particular poderia atuar de forma coordenada para o enfrentamento.

[...] Então, com isso, começaram a criar esses locais de trabalho colegiado, em que oficiais de ligação designados de cada agência. Criava-se um protocolo de trabalho de troca e compartilhamento de informações entre aquelas agências participantes daquele centro. Daí batizou de *Fusion Centers*; E, enfim, os municípios estabeleceram *Fusion Centers*, assim como os estados e o governo federal principalmente para atuar basicamente contra o terrorismo. Depois, isso acabou migrando também para o conceito de crime organizado, segurança de fronteiras.

Enfim, o conceito foi se ampliando, até o momento que a gente estava fazendo o estudo sobre *Fusion Center* no Brasil no CIOF, esse conceito *Fusion Center* já tinha mais de 70 centros espalhados pelos Estados Unidos inteiro. Além de criar os “REPORTS” (relatórios) entre si, eles começaram a trocar informações entre os centros. Então virou uma grande teia, uma grande malha de informações. Além de um protocolo interno do centro, tinha entre centros. Então realmente foi uma experiência positiva lá (Entrevistado).

O enfrentamento foi apontado, portanto, a partir do contingenciamento coletivo de informações. No caso do Brasil, informa o entrevistado, dado as condições geográficas, os *Fusion Centers* foram pensados como formas de enfrentamento do crime organizado e a segurança de Fronteiras.

Guardadas as peculiaridades e especificidades de cada país, no Brasil, principalmente pelas dimensões continentais, os *Fusion Centers* poderiam reduzir a falta de integração de informações e cooperação. Podemos apontar os principais problemas: (a) Dificuldades de integração, coordenação e cooperação entre os órgãos de segurança pública (OSP) e outras agências aplicação da lei, para realização de trabalhos conjuntos; (b) Falta de interoperabilidade de rádio comunicação; (c) Falta de interoperabilidade e integração de bases de dados (não há uma base de dados unificada para que todos possam alimentar e ao mesmo tempo consumir – v.g. as agências federais (PF, PRF, RF, ABIN, PPF, etc.) e estaduais (PCs, CBMs, PMs, PPE, etc.) dos 26 estados e Distrito Federal possuem bases de dados própria e que não se comunicam entre si; (d) Ausência de capilaridade em âmbito nacional das instituições estaduais.

É importante contextualizar que as agências federais, como a PF, PRF, Abin, Senappen, Receita Federal, ICMBio, Ibama, e Mapa, têm alcance e capilaridade em todo o território nacional, devido às suas atribuições e presença em todas as regiões do país. Em contraste, as agências estaduais ou distritais, como as Polícias Cíveis, Polícias Militares e Polícias Penais, limitam suas ações ao âmbito dos respectivos estados, conforme a natureza de suas competências.

Inspirado pelos fundamentos, princípios e ideais que orientaram a criação dos *Fusion Centers* americanos, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) lançou, em 16 de dezembro de 2019, o projeto-piloto do Centro Integrado de Operações de Fronteira (CIOF). O CIOF foi instalado nas dependências do Parque Tecnológico Itaipu (PTI), em Foz do Iguaçu-PR, como resultado de uma parceria entre o MJSP, a Itaipu Binacional e o próprio PTI (Itaipu Binacional, 2019).

Essa experiência inédita, representada pelo novo mecanismo de controle social trazido pelo projeto *Fusion Center* na Tríplice Fronteira, atualmente vinculado à Diretoria de Operações Integradas e de Inteligência da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública (CIOF/SENASP/MJSP), não conta com um corpo funcional próprio.

Em vez disso, é composto por representantes de diversas agências federais, como a Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Receita Federal (RF), Agência Brasileira de Inteligência (Abin), SENASP/MJSP e Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública/MJSP. Também participam representantes estaduais, como a Polícia Militar-PR, Polícia Civil-PR e Polícia Penal-PR, além da Guarda Municipal de Foz do Iguaçu. Destaca-se a possibilidade de colaboração do Ministério da Defesa, por meio do Exército, Marinha e Aeronáutica, que podem integrar o Centro para missões específicas e determinadas (Brasil, 2019).

Trata-se de um ambiente colegiado e interagencial, funcionando como uma força-tarefa permanente e altamente diversificada, composta por profissionais de diferentes instituições, cada um com culturas e formações distintas, o que lhe confere um caráter interdisciplinar.

Nesse espaço, diversos atores, com papéis e especializações variados, têm acesso às bases de dados de suas respectivas instituições, colaborando por meio da troca de informações, análise de cenários e outras interações. Reunidos em um único local, o objetivo é subsidiar e apoiar os Órgãos de Segurança Pública (OSP), bem como as entidades de fiscalização, controle, defesa e inteligência, no combate às organizações criminosas, aos crimes transfronteiriços, nas investigações de alta complexidade e na localização de alvos estratégicos – sempre em conformidade com as atribuições previstas pela Constituição Federal.

O CIOF, por sua própria natureza, não foi concebido para ser uma unidade protagonista das ações. Seu papel não é competir por espaço ou rivalizar com as agências de aplicação da lei que possuem atribuições constitucionais bem definidas. Em vez disso, o CIOF atua como um articulador, cooperando, apoiando e ampliando a capilaridade dessas agências em todo o país. Em situações específicas, também pode auxiliar e colaborar na localização de alvos estratégicos, como a prisão de líderes de organizações criminosas ou a busca por pessoas desaparecidas, entre outras atividades de apoio.

Diante da crescente sofisticação da criminalidade, que se torna cada vez mais plurilocal e operante em rede, as ações delituosas não se limitam às fronteiras territoriais dos estados. Isso exige a interoperabilidade dos sistemas de informação e uma maior integração entre os órgãos de segurança pública, além de expandir o alcance das agências e órgãos de aplicação da lei, especialmente em nível estadual, de maneira coordenada e oficial. Nesse contexto, pode-se afirmar que um dos papéis fundamentais do CIOF é justamente facilitar essa integração e ampliar a capacidade de atuação dessas entidades.

A seguir, apresentaremos de forma cronológica os principais acontecimentos históricos que inspiraram a criação e implantação do Projeto-Piloto Centro Integrado de Operações de Fronteira (CIOF), também conhecido como o primeiro *Fusion Center* brasileiro.

Contexto histórico da criação e implantação do Projeto-Piloto Centro Integrado de Operações de Fronteira (CIOF):

O caso que inspirou a criação do Centro Integrado de Operações de Fronteira (CIOF), seguindo o modelo dos *Fusion Centers* americanos

Em 2006, durante uma investigação de tráfico internacional de drogas conduzida no âmbito da Polícia Federal, o entrevistado descobriu que Lucio Rueda Bustos, ex-coronel do Exército do México e integrante da cúpula do Cartel de Juarez – um dos maiores cartéis de drogas do mundo – estava vivendo em Curitiba sob a identidade falsa de Ernesto Plascêncio San Vicente. Segundo a DEA, a agência norte-americana responsável pelo combate às drogas, o Cartel de Juarez é a principal organização de tráfico de drogas após o Cartel de Cali. Com o auxílio do El Paso Intelligence Center (EPIC) (DEA, s. d.), um dos *Fusion Centers* dos EUA, localizado em El Paso, Texas, na divisa com a cidade de Juarez, no México, foi possível estabelecer conexões e produzir provas robustas que levaram à condenação de Bustos no Brasil (Carvalho, 2007).

[...] Em 2006 eu participava de uma equipe que tinha atribuição de tráfico Internacional e nós tínhamos um contato muito grande com a embaixada Americana. Então tive um caso aqui na polícia federal, envolvendo um traficante mexicano em que nós identificamos o indivíduo aqui, um patrimônio a descoberto enorme envolvido em atividade de tráfico de drogas e lavagem de dinheiro. Mas, ele tinha documento falso e família brasileira. E, assim, a gente precisava de muitos subsídios para mostrar e aprofundar o trabalho em cima da real identidade dele e da origem do dinheiro no exterior. E as informações preliminares da identificação facial dele e da biometria indicavam que eles teriam identificado o nome dele. Aqui no Brasil era Ernesto Plascêncio San Vicente, mas o nome em que ele já havia sido preso nos Estados Unidos como sendo indivíduo mexicano envolvido pelo tráfico era Lúcio Rueda Bustos.

Então, com essa informação inicial que a gente conseguiu com a cooperação Internacional com a agência antidrogas Americana, DEA. Nós chamamos a DEA para uma Cooperação Policial dentro da investigação. Cooperação direta, polícia entre polícia na fase de investigação, que depois ela foi confirmada através de MLAT (instrumento de cooperação jurídica em matéria penal) dentro da fase judicial, mas naquele momento, era uma Cooperação direta, polícia entre polícia e depois que a gente vai ver aonde aí encaixa a situação do CIOF. Então a DEA confirmou aquela biometria e aquela facial como sendo possivelmente do indivíduo chamado Lucio Rueda Bustos, que havia sido preso na Fronteira entre El Paso e Ciudad Juárez, local historicamente envolvido no tráfico de entorpecentes, dos cartéis mexicanos.

E, nos convidou, então, para que a gente fizesse uma série de diligências nos Estados Unidos, porque eles também interessavam abrir um caso e condenar o indivíduo pelo tráfico que ele praticou nos Estados Unidos. Então, uma delegação da polícia federal brasileira diligenciou nos Estados Unidos, ouvimos pessoas, ouvimos presos que tinham colaboração com a justiça envolvido no cartel de Juárez, que era o cartel que esse indivíduo pertence. E uma das diligências que a gente fez foi muito especial. Eu preparei um relatório com os dados que nós tínhamos no Brasil da investigação contra esse indivíduo que se identificava por Ernesto Placêncio São Vicente e que, possivelmente o nome correto seria Lucio Rueda Bustos e teria sido investigado e preso pela DEA.

Eu estive num *Fusion Center* chamado EPIC (El Paso Intelligence Center), que fica situado bem nesta cidade. Ali o ponto focal do tráfico de drogas, dos cartéis mexicanos de entrada nos Estados Unidos, entre Juárez e El Paso e é justamente ali onde esse cartel atuava. Esse *Fusion Center*, especialmente ele é administrado pela DEA. Ali estão todas as agências federais de lavagem de dinheiro, o próprio FBI (Polícia Federal americana), Homeland Security (Departamento de Segurança Interna dos EUA), ATF (agência responsável pelo combate ao Bureau de Alcool, Tabaco, Armas de Fogo e Explosivos), agência de imigração e o xerifado local. Os principais xerifados locais também participam do *Fusion Center*.

Então foi agendado uma reunião e eu estive lá com o relatório, expliquei o caso para todos em uma sala colegiada com todos os representantes das agências e pedi para que eles colhessem dentro dos seus bancos de dados informações que pudessem ajudar a nossa investigação. E fui fazer outras diligências. 10 dias depois, foi marcada uma reunião de retorno. E quando eu retornei, recebi relatório de cada agência com as suas informações. Realmente foi um resultado maravilhoso, que nem em 100 anos de investigação aqui no Brasil eu conseguiria saber, por exemplo, o cartão de passagem dos familiares com o nome Lúcio Rueda Bustos e não Ernesto Placêncio San Vicente.

A foto de cada um, os endereços de familiares envolvidos com tráfico de entorpecente que já tinham sido alvo de busca e apreensão. Enfim, uma série de informações importantíssimas que só vieram a corroborar a real identidade dele. E isso com uma visita e duas reuniões. Então, foi uma situação marcante para mim como responsável por uma investigação Internacional. [...] E este relatório conjunto com outras diligências foi essencial para a condenação desse indivíduo e a justificativa de bloqueio de milhares de dólares do patrimônio dele (Entrevistado).

O que depreende deste longo relato? Em primeira mão, fica evidente que a produção do conhecimento envolve “diversas” mãos, ou seja, diversos saberes. Michel Foucault, ao mencionar a questão do exame, afirmou:

O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e aquelas da sanção que normaliza. É um mecanismo que faz aparecer as individualidades, que as diferencia, que as julga, as mede, as compara, as hierarquiza: distribui ao redor de uma norma. No centro das técnicas do poder, desenvolve-se então todo um saber sobre o indivíduo, que é a própria experiência do sujeito em sua subordinação ao poder (Foucault, 1975, p. 189).

O que presenciamos com esta descrição que envolve diversos sujeitos, saberes, técnicas, agentes e Estados é uma forma de exame, se fazendo. Segundo este autor,

O exame, a partir do século XVIII, tornou-se uma técnica central no exercício do poder, que combina a vigilância hierárquica e a sanção normalizadora. O exame permite a minúcia do controle e a obtenção de conhecimento detalhado sobre os indivíduos. Ele torna possível medir, comparar e corrigir comportamentos, distribuindo os indivíduos em torno de uma norma (Foucault, 1975, p. 189).

O *Fusion Center*, os indivíduos envolvidos, seus conhecimentos e práticas criam um crivo por sobre uma ação ou sujeito, extraíndo conhecimentos suficientes para aplicar na correção de comportamentos.

Entrega do terreno à Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado do Paraná para a construção do Centro

Em 30 de agosto de 2017, o município de Foz do Iguaçu oficializou a cessão de um terreno de 3.430 m², localizado no Bairro Parque Presidente, ao Estado do Paraná para a construção do Centro Integrado de Comando e Controle. Mesquita, então secretário de Segurança Pública e Administração Penitenciária, destacou que a escolha da localização foi baseada na posição estratégica transfronteiriça da cidade. Ele também enfatizou que, desde os atentados de 11 de setembro de 2001, a cooperação entre forças municipais, estaduais, federais e internacionais se tornou uma tendência mundial.

Nos Estados Unidos, foram criados 70 *Fusion Centers*, além de dezenas na Europa, operando 24 horas por dia de forma integrada, com acesso a diversos bancos de dados, consolidando-se como um modelo de sucesso. Com previsão orçamentária para 2018, o Centro prometia representar um salto de qualidade, contribuindo para investigações criminais, controle de operações ostensivas e atividades de inteligência, como análise de risco, produção de conhecimento e distribuição de informações (Paraná, 2017).

O nome previsto para a unidade colegiada que reuniria as agências de aplicação da lei era Centro Integrado de Comando e Controle. No entanto, em 5 de agosto de 2018, Mesquita deixou a Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária, o que resultou na não implementação do projeto pelo governo estadual do Paraná (2018).

Também esta não ocorrência deve ser compreendida no interior da formação do campo do próprio poder, conforme apontamos na base do poder. O exame é algo que somente sujeitos e instituições hábeis, disponíveis e dispostas a intervir podem reorganizar a geografia da distribuição do poder. A disciplina só pode acontecer – ser exercida – quando determinados níveis do exame forem conhecidos e reconhecidos.

A disciplina fabrica indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que se exerce sobre os corpos, multiplicando as forças, visando ao mesmo tempo a sujeição e a utilidade. É a esta técnica que pertencem as escolas, os quartéis, as oficinas. Cada uma dessas instituições, à sua maneira, organiza, redistribui, e torna útil o saber e as forças que controla (Foucault, 1975, p. 153).

A falta de continuidade na articulação ou ausência de conhecimento suficiente, aliada à mudança de titularidade da pasta da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná, além da dependência de uma decisão político-administrativa, levou a não criação do CIOF nesta primeira investida. O sistema não estava convencido o suficiente do seu próprio saber, funções, enfim, da sua nova racionalidade.

Proposta de criação do CIOF como uma das medidas estratégicas para o combate ao crime organizado

Treze anos após o caso Lucio Rueda Bustos, o entrevistado assumiu o cargo de Coordenador-Geral de Combate ao Crime Organizado na Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública (CGCCO/SEOPI/MJSP). Em 2019, Mesquita propôs a criação do primeiro *Fusion Center* brasileiro em Foz do Iguaçu, inspirado no modelo americano, como uma das medidas para enfrentar o crime organizado. A proposta foi acolhida pelo MJSP, que a incluiu como um projeto prioritário e estratégico do Ministério, o que deu impulso decisivo à sua implementação.

[...] então, o juiz, que na época apreciou essas provas que a gente conseguiu lá no EPIC no caso do Lúcio Rueda Bustos e dos demais investigados. Ele então foi convidado pelo Presidente para ser Ministro da Justiça que aceitou. E me convidou para que eu fosse compor a primeira Coordenação-Geral de Combate ao Crime Organizado. [...] fiz um plano de trabalho para apresentar para o ministro com medidas que eu achei necessárias para combate ao crime organizado naquela época.

[...] Então, enfim, várias medidas que nós tomamos e mais dentro delas, eu apresentei para ele a oportunidade, a necessidade da gente fazer o primeiro Fusion Center brasileiro ali na região de Foz do Iguaçu e ele prontamente entendeu a minha proposta dentro do plano de trabalho da CGCCO era para que fosse um objetivo de longo prazo, né. Uma coisa a ser construída durante 4 anos, mas o ministro, então naquele momento falou não, negativo. Eu quero o quanto antes. Eu quero um projeto piloto funcionando, funcional, falou isso na reunião, já de apresentação e na frente de vários outros diretores e de instituições de segurança pública, o que foi muito importante.

[...] cada um tem a sua concepção, tem a sua cabeça, né? Então algumas polícias às vezes tem a tendência de guardar para si informações, de só reagir em último caso, de serem reativas e não proativas, enfim, isso é natural de cada um, né? Mas quando o ministro da pasta determina na frente de todos, que aquele projeto passa a ser prioridade para ele, tem que acontecer. Isso para nós foi muito bom, porque aí virou uma ordem do ministro, né? Não era mais uma sugestão da CGCCO, minha ou de qualquer pessoa, mas era uma ordem do ministro e acabou. Isso trouxe capacidade para o projeto não é. Então aí a gente conseguiu correr como estava realmente um trabalho muito além de outros projetos que a gente já tinha, tivemos que dar foco e uma prioridade muito grande nesse trabalho (Entrevistado).

E nesta narrativa, podemos perceber a necessidade da centralidade do poder. Quem deve falar? Quem tem o status do poder? Foucault disse na obra “A História da Sexualidade” que “o poder não é uma instituição e não é uma estrutura; nem é uma certa força de que alguns são dotados: é o nome que se dá a uma situação estratégica complexa em uma sociedade determinada” (Foucault, 1976, p. 89). E o *Fusion Center* é uma estrutura complexa. Disse também: “Os que detêm o poder, em qualquer sociedade, não são aqueles que possuem a ‘verdade’, mas aqueles que são capazes de estabelecer as regras do jogo segundo as quais a verdade será decidida, estabelecida, distribuída e reconhecida” (Foucault, 1974, p. 14).

Após exposição e análise do contexto histórico de criação e implantação do Centro, o jogo de poder, exame e saber criado em volta do tema, passaremos a analisar os fatores que influenciaram no processo decisório para a escolha da cidade-sede.

Fatores que influenciaram a escolha da cidade-sede para a implantação do Centro Integrado de Operações de Fronteira (CIOF):

Posição geográfica estratégica da Região Trinacional do Iguaçu, caracterizada por suas dimensões heterogêneas

A posição geográfica da Tríplice Fronteira, atualmente mais conhecida como Fronteira Trinacional ou Região Trinacional do Iguaçu, é única nas dimensões social, multicultural, étnica, histórica, territorial e econômica, envolvendo Brasil, Paraguai e Argentina, através das cidades de Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú, respectivamente. Essa configuração não tem similaridade em nenhuma outra localidade.

Segundo o professor e pesquisador Mauro José Ferreira Cury, a Tríplice Fronteira “representa uma territorialidade transfronteiriça, marcada por uma convergência geográfica, histórica, cultural, política e comercial” (Cury, 2010, p. 18).

Localizada no centro do território e historicamente habitada pelos índios Guaraní, a região era conhecida como Tekoa Guassu, que significa “grande conjunto de aldeias” ou “grande território guarani”. A área permaneceu exclusivamente sob controle indígena até 1880, apesar da presença do colonizador espanhol. Os processos de demarcação e a formação da estrutura social contemporânea começaram após a Guerra do Paraguai e a Tríplice Aliança. Foi a partir desse conflito bélico (1864-1870) que a região passou a ser reconhecida como o ponto de encontro das fronteiras dos três países (Marques, 2017).

Sobre essa configuração, o historiador José Carlos dos Santos (1999, p. 165) observa:

A fronteira parece ser, no entanto, um conceito indefinível. Embora tratados, relatos, o rio, o vazio, a produção científica e o Mercosul possam delinear as fronteiras e estratégias de demarcação, as táticas cotidianas frequentemente ultrapassam essas divisões, criando novos códigos de espacialidade. A fronteira é vivida e narrada de maneiras diversas no dia a dia. Assim, ela não existe de forma definitiva. Mitos indígenas, a vida de agricultores, a política dos municípios às margens do rio Paraná, os sacoleiros, o contrabando e os pescadores representam ações cotidianas e lugares práticos onde o corpo e a ação são moldados por interesses imediatos.

E completa: “Contudo, conforme Michel de Certeau em seus *Relatos de espaço*, a escrita também cria o lugar e constitui os mapas” (Santos, 1999, p. 165).

A designação “Tríplice Fronteira” ganhou destaque após os anos 1990, passando a ser reconhecida como uma área de segurança com vigilância constante e permanente. Isso se deve aos atentados terroristas ocorridos em Buenos Aires, Argentina, em 1992 e 1994, contra a embaixada israelense e a associação israelita, respectivamente.

Esses eventos levaram a Região da Tríplice Fronteira a ser incluída no “mapa norte-americano de potenciais áreas de atuação do terrorismo internacional” (Amaral, 2010, p. 140). Anteriormente conhecida como “Região das Três Fronteiras”, a área passou a ser referida como “Região da Tríplice Fronteira” devido às suspeitas de presença de células terroristas islâmicas na região (IPARDES, 2008). Com ampla divulgação nacional e internacional, a região foi associada a um espaço transnacional que está além do controle estatal e representa uma ameaça constante de terrorismo global (Rabossi, 2004; Béliveau, 2006 *apud* IPARDES, 2008, p. 62).

Certamente, a designação, que pode ser vista como pejorativa, da Região da Tríplice Fronteira – promovida pela divulgação de documentos norte-americanos e pela expressão “Triborder Area”, traduzida como “Tríplice Fronteira” – gerou efeitos colaterais nas esferas política e econômica, particularmente no turismo, a principal atividade econômica da região.

Após pesquisas, observou-se que a nomenclatura “Região da Fronteira Trinacional” ou “Região Trinacional do Iguaçu” – incluindo variantes como Iguazú, Yguazú, Iguassu ou Yguassu, conforme o idioma nativo – começou a ser utilizada em textos acadêmicos a partir do início deste século (Debald, 2005; Souza; Correa, 2008; Oliveira, 2005), e também em documentos do Mercosul (CMC/DEC. nº 02/2009). Essas denominações são frequentemente empregadas por instituições ligadas ao turismo, como o Instituto Polo Iguassu e o Observatório Trinacional de Turismo Iguassu. Isso evidencia um esforço claro da sociedade local, especialmente daqueles que impulsionam a economia regional, para se distanciar da nomenclatura “Tríplice Fronteira”.

Essa construção conceitual da região da Fronteira Trinacional ou Região Trinacional do Iguaçu deu-se de dentro para fora, realizada por atores que não somente integram, mas também participam da sociedade e do espaço territorial, assim como reafirmam suas identidades sobre eles. Elas são, portanto, como disse Michel de Certeau, identidades praticadas.

Para compreender as dimensões multiculturais e étnicas da região, Foz do Iguaçu se destaca por sua diversidade, com 95 nacionalidades e 29 etnias. Aproximadamente 5% da população é composta por imigrantes, totalizando 14.574 pessoas. Os sete países com maior representação são Paraguai, Venezuela, Argentina, Líbano, Colômbia, Peru e Haiti, enquanto outros 24 países têm apenas um representante cada. Foz do Iguaçu abriga a segunda maior colônia árabe do Brasil, com cerca de 15 mil pessoas. A comunidade chinesa está presente em Ciudad del Este e Foz do Iguaçu, com uma estimativa de 9 a 10 mil habitantes (ano-base: 2014). Em Ciudad del Este, a comunidade árabe conta com aproximadamente 6 mil integrantes (ano-base: 2014), e há cerca de 100 brasileiros presentes na cidade (ano-base: 2022) (Mendonça; Prezotto; Burt, 2023).

[...] Várias comunidades convivem graças a Deus em Harmonia. Então, nós temos além de paraguaios, argentinos e brasileiros. Nós temos a segunda maior comunidade árabe. Nós temos orientais, nós temos, enfim, toda a gama de fragmento mundial esteve passa ou mora aí na região da tríplice Fronteira também, o que facilitaria muito, então esses e outros motivos (Entrevistado).

Além dos atrativos turísticos e comerciais, bem como do setor de eventos na região, destacam-se: **(a) Foz do Iguaçu/BR:** Parque Nacional do Iguaçu (PARNA Iguaçu), Unidade de proteção federal, criada em 1939 e reconhecida em 1986 como Sítio do Patrimônio Mundial Natural da UNESCO. Abriga as Cataratas do Iguaçu, uma das Sete Maravilhas da Natureza, e oferece passeios como o Macuco Safari (ICMBio, s. d.); Parque das Aves: Destaca-se pela diversidade de aves e pela conservação de espécies ameaçadas; Marco das Três Fronteiras: celebra a confluência dos limites entre Brasil, Argentina e Paraguai, sendo um ponto turístico existente nos três países; Templo Budista Chen Tien: Construído em 1996 pela comunidade chinesa, é o segundo maior templo budista da América Latina e está localizado às margens do Rio Paraná (Turismo Itaipu, 2024); Itaipu Binacional:

Oferece passeios diversificados, incluindo visitas panorâmicas, noturnas e técnicas à usina; Ecomuseu de Itaipu: Preserva a memória e a história da construção da usina e as negociações diplomáticas entre Brasil e Paraguai; Rede Hoteleira e Restaurantes: Amplamente diversificados e qualificados para atender turistas e eventos nacionais e internacionais; **(b) Ciudad del Este e Municípios Próximos/PY**: Salto Monday: Uma das atrações naturais na cidade de Puerto Presidente Franco. Centro Comercial de Ciudad del Este: Conhecido por sua intensa atividade comercial, especialmente no setor de eletrônicos. Feira Agropecuária em Santa Rita: A maior do Paraguai, com mais de 400 expositores, sendo o último evento realizado em abril de 2024 (Wojciechowski, 2024); **(c) Puerto Iguazú/AR**: Cataratas do Iguaçu: A famosa atração natural, um dos principais pontos turísticos da região. Feirinha de Puerto Iguazú: Mercado voltado para brasileiros, com produtos típicos argentinos.

Ao utilizar as denominações “Região da Tríplice Fronteira”, “Fronteira Trinacional” ou “Região Trinacional do Iguaçu”, define-se um recorte espacial que abrange os municípios de Foz do Iguaçu, Ciudad del Este, Puerto Iguazú e suas áreas adjacentes. Esta região possui uma extensão significativamente maior do que aquela delimitada apenas pelas suas fronteiras políticas, devido ao intenso e constante fluxo de pessoas, mercadorias e valores. A formação desse território regional cria uma unidade com características e peculiaridades distintas, diferenciando-se claramente de outras regiões.

Em outubro de 2023, o Centro Universitário UDC conduziu uma pesquisa sobre o fluxo de pessoas e veículos nas Pontes Internacional da Amizade (PIA) e Tancredo Neves (PTN), que conectam Brasil e Paraguai, e Brasil e Argentina, respectivamente (Portal da Cidade, 2024). Durante o período da pesquisa, a PIA registrou uma média diária de 45.109 veículos e 103.859 pessoas atravessando a ponte nos dois sentidos. No mesmo período de 2022, o fluxo médio era de 40.707 veículos e 82.469 pessoas (UDC, 2023a, p. 20 e 23). A PTN, por sua vez, viu uma média de 11.395 veículos diários nos dois sentidos durante a pesquisa, em comparação com uma média de 6.992 veículos em 2022.

Além disso, foram registradas 32.147 pessoas atravessando a PTN diariamente (UDC, 2023b, p. 57 e 71). Esses números indicam uma população flutuante significativa na região Trinacional do Iguaçu, considerando que a média diária de fluxo de pessoas nas duas pontes soma 136.000, enquanto o município de Foz do Iguaçu-PR tinha uma população de 285.415 habitantes, conforme o censo do IBGE de 2022 (IBGE, s. d.).

Portanto, conforme dito por Cury (2010), Santos (1996, 2014), Rabossi, Béliveau (*apud* IPARDES, 2008), a Tríplice Fronteira é assim caracterizada não somente porque confronta três Estados Nacionais, soberanos e independentes, mas porque congrega um ir e vir de sujeitos ainda anteriormente à formação destes Estados. Indígenas, espanhóis e portugueses antecipam diversos itinerários neste território.

Nos dias atuais, as práticas econômicas, os interesses multiculturais, riquezas naturais e arqueológicas dão continuidade a este ir e vir de sujeitos. Dentre as muitas ações lícitas controladas pelos Estados, estão as ações ilícitas, combatidas igualmente por estes. Esta é em síntese, a característica multicultural albergada principalmente nos municípios de Foz do Iguaçu, Puerto Iguaçu e Ciudad del Este.

Posição estratégica da Região Trinacional do Iguaçu: aspectos relevantes para o combate à criminalidade organizada

Diversos especialistas em segurança pública destacam que o combate ao crime não pode se restringir às ações policiais apenas no âmbito regional. A raiz do problema está frequentemente nas regiões de fronteira com outros países, especialmente aqueles conhecidos por produzir drogas ilícitas. Essas áreas de fronteira são caracterizadas por fragilidade na fiscalização, controle e policiamento, o que facilita a entrada de drogas, armas, cigarros, eletrônicos e outros produtos ilegais nos grandes centros urbanos brasileiros. Esse fluxo de produtos ilícitos contribui significativamente para o aumento da criminalidade nos estados. Um exemplo disso é a frequência de apreensões de fuzis com facções criminosas e milícias em estados como São Paulo e Rio de Janeiro.

Em 2010, José Mariano Beltrame, então Secretário de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro, já havia solicitado um reforço no policiamento das regiões de fronteira, particularmente com o Paraguai e a Bolívia, para combater o tráfico de drogas e armas que entrava no Brasil (Goulart, 2011).

O Brasil na América do Sul faz fronteira com 10 países (Suriname, Guiana, Venezuela, Guiana Francesa, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai; da América do Sul, apenas Chile e Equador não fazem divisa com o Brasil) e 9 Fronteiras Trinacionais. Dentre elas, a mais importante é a Região Trinacional do Iguaçu, dada as suas dimensões heterogêneas já explicitadas anteriormente. Mas o seu protagonismo não para por aí, ao avançar para a criminalidade, especialmente tratando das organizações criminosas. Além disso, a partir dos dois ataques terroristas ocorridos na década de 1990 na cidade de Buenos Aires, capital da Argentina, a região da Tríplice Fronteira passou a ser referida pelos Estados Unidos da América como um ponto de constante preocupação e monitoramento diante da suspeita de terroristas na região.

A presença de membros de organizações criminosas na região é uma realidade, destacando-se a atuação do Primeiro Comando da Capital (PCC), originário de São Paulo, e do Comando Vermelho (CV), de origem fluminense.

O evento criminoso mais impactante na região trinacional foi o mega assalto à empresa de transporte de valores Prosegur, em Ciudad del Este, Paraguai, ocorrido em 24 de abril de 2017. A ação foi realizada por mais de 40 criminosos e resultou no roubo de mais de US\$ 11,7 milhões, equivalente a aproximadamente R\$ 40 milhões na época (Giombelli, 2023). Este assalto, que teve características de um verdadeiro “roubo cinematográfico”, inspirou a série da Netflix intitulada “DNA do Crime”.

Outro episódio significativo e de grande impacto para a segurança pública na fronteira entre o Brasil e o Paraguai foi a fuga em massa de 76 detentos da penitenciária de Pedro Juan Caballero, no Paraguai, ocorrida em 19 de janeiro de 2020. Entre os fugitivos estavam 40 brasileiros e 36 paraguaios, e a ação foi coordenada pela facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) (G1, 2020).

O Paraguai é um dos principais produtores de maconha da América Latina, com 80% de sua produção destinada ao mercado brasileiro. Em resposta a essa situação, a Polícia Federal do Brasil, em colaboração com a Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) do Paraguai, realiza a Operação Nova Aliança, voltada para combater o cultivo de maconha no território paraguaio. No dia 20 de junho de 2024, foi realizada a 45ª etapa dessa ação conjunta, a quarta do ano de 2024, resultando na erradicação de 2.800 toneladas de maconha até o momento (Polícia Federal, 2024a).

[...] é um local sensível para várias atividades criminosas, sem dúvida que é. É o local que ainda pessoas foragidas acabam buscando a região do Paraguai, porque arrumam emprego fácil. Arrumam um rápido retorno, conseguem transitar por ali sem serem identificadas, a falta de bancos de dados entre os países também facilita com que indivíduos possam transitar utilizando documentos falsos naquela região. É uma região onde o dinheiro corre muito, né? Então a gente tem ali, a mão de obra ali é muito valorizada. Então é um lugar que ainda vai por muitos anos, teremos a necessidade de ter um foco grande de atenção (Entrevistado).

Diante desse cenário, a Região Trinacional do Iguaçu possui uma posição estratégica e um ambiente propício para enfrentar crimes transfronteiriços, delitos sofisticados e, em particular, a criminalidade organizada.

Não há uma previsão legal ou definição conceitual específica para crimes transfronteiriços. Na prática, esses crimes podem ser entendidos como um fenômeno que se manifesta em determinados espaços territoriais e temporais, sendo influenciado por fatores locais, regionais, sociais, políticos, culturais e normativos, bem como por políticas institucionais (por exemplo, uma política repressiva de fiscalização pode levar criminosos a adaptar suas atividades ou migrar para outros crimes e regiões). Na Região da Tríplice Fronteira (Foz do Iguaçu-PR/Brasil, Ciudad del Este/Paraguai e Puerto Iguazú/Argentina), os crimes transfronteiriços tendem a se concentrar em categorias e espécies específicas. Em contraste, na região de Guaíra-PR, que faz fronteira com Mundo Novo-MS/Brasil e Salto del Guairá/Paraguai, os crimes podem ter naturezas e espécies diferentes, dependendo das influências e características locais mencionadas anteriormente.

Presença de Órgãos de Segurança Pública (OSP), Fiscalização, Controle, Defesa e Inteligência na Região Trinacional do Iguaçu

Estas características históricas e culturais da Tríplice Fronteira, ao longo do tempo foi alvo da criação dos sistemas de controle.

Em Foz do Iguaçu, além das instituições previstas no artigo 144 da Constituição Federal, como a Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Polícia Civil, Polícia Militar, Guarda Municipal e Polícia Penal estadual do Paraná, estão presentes vários outros órgãos com funções de fiscalização, controle, defesa e inteligência. Estes incluem os Órgãos de Fiscalização de Trânsito, ICMBIO, Ibama, Ministério da Agricultura e Pecuária, Receita Federal, Ministérios Públicos Estadual e Federal, Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), além das Forças Armadas, como Exército Brasileiro, Marinha e Aeronáutica, entre outros.

Também é importante mencionar outros organismos e exemplos que refletem a relevância da região para a segurança pública de forma abrangente: **(a) Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco)**: Uma força-tarefa do Ministério Público Estadual do Paraná dedicada ao combate ao crime organizado (MPPR, s. d.); **(b) Representação da INTERPOL junto à Polícia Federal**: A única representação da INTERPOL fora das Superintendências do órgão, situada fora das capitais estaduais; **(c) Força Integrada de Combate ao Crime Organizado do Paraná (FICCO/PR)**: Uma força-tarefa coordenada pela Polícia Federal para enfrentar o crime organizado; **(d) Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM)**: Com reuniões periódicas e a existência de grupos temáticos ou câmaras técnicas (Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, s. d.), atualmente conta com sete câmaras: (I) CT Prevenção à Violência Contra a Mulher/CMDM – Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres; (II) CT Prevenção à Violência e Criminalidade/CT Fiscalização Urbana; (III) CT Atenção Psicossocial/COMUD – Conselho Municipal sobre Drogas; (IV) CT Sobre Tráfico de Pessoas; (V) CT Trânsito/Programa Vida no Trânsito (PVT); (VI) CT Prevenção à Violência Contra Crianças e Adolescentes/Rede Proteger; (VII) CT Meio Ambiente. Destaca-se a Câmara Técnica de Combate ao Tráfico de Pessoas, que realizou seminário sobre o tema no dia 26 de julho de 2024 (IDESF, 2024); **(e) Gabinete de Gestão Integrada**

de Fronteira (GGIFron)/Sesp/PR: Com reuniões periódicas para coordenar ações e estratégias na fronteira; **(f) Comando Tripartite (CT):** instrumento de cooperação policial internacional nas áreas de inteligência e investigação criminal na Tríplice Fronteira que será objeto de análise no tópico abaixo; e **(g) Subunidade da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN):** as únicas representações fora das superintendências do órgão situadas fora das capitais estaduais estão em Foz do Iguaçu e Tabatinga-AM, regiões fronteiriças (ABIN, s. d.).

Comando Tripartite (CT): mecanismo de cooperação policial internacional

Trata-se da colaboração entre os órgãos policiais e de inteligência da Tríplice Fronteira do Brasil, Paraguai e Argentina, com o objetivo de promover a cooperação internacional. Esse esforço conjunto visa fortalecer o combate à criminalidade na região por meio da interação, comunicação e compartilhamento direto de informações.

No dia 8 de maio de 1996, Carlos Y. Cobach, ministro do Interior da República da Argentina; Juan Manuel Morales, ministro do Interior do Paraguai; e Nelson Azevedo Jobim, ministro da Justiça do Brasil, estabeleceram o Acordo Operativo com base no Tratado do Mercosul de 1991. Esse acordo formalizou a cooperação policial internacional na região da Tríplice Fronteira, criando o Comando Tripartite (CT), um marco histórico na colaboração entre as instituições policiais e de inteligência dos três países (Bordignon, s. d.).

[...] É o único lugar do Brasil que tem a vigência de um acordo do Comando Tripartite. Com a vigência deste acordo, Brasil, Paraguai e Argentina são signatários. Eles podem agir, trocar informações, polícia, entre polícia e praticar ações decorrentes dessa reunião de maneira imediata. Troca de mandados de busca e apreensão. As operações são planejadas em conjunto. Enfim, esse acordo propicia ações coordenadas entre 3 países, entre polícias. É uma necessidade desta região. Além do que, por óbvio, aí o movimento é gigantesco, ainda de mercadorias de valores e, também de drogas, de armas. Ainda, por mais que a gente melhore a qualidade da tecnologia, do efetiva e estrutura, ainda é sempre um jogo de gato (Entrevistado).

O surgimento do Comando Tripartite (CT) está profundamente ligado à crescente preocupação com o terrorismo, especialmente após os ataques em Buenos Aires, na Argentina.

O primeiro ataque, ocorrido em 17 de março de 1992, destruiu a embaixada de Israel e danificou uma igreja católica e uma escola nas proximidades, resultando na morte de 29 pessoas e ferimentos em 242. Mais de dois anos depois, em 18 de julho de 1994, um segundo ataque visou a sede da Associação Mutual Israelita Argentina (AMIA), causando a morte de 85 pessoas e ferindo mais de 300 (Palacios, 2019). Somente 30 anos depois a justiça argentina, por meio da Câmara Federal de Cassação Penal II, identificou o movimento xiita libanês Hezbollah como responsável pelos ataques e declarou o Irã como um Estado terrorista (Lusa, 2024).

O Comando Tripartite é constituído pelas seguintes instituições: (a) Brasil: Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF) e Agência Brasileira de Inteligência (ABIN); (b) Paraguai: Polícia Nacional do Paraguai; (c) Argentina: Polícia de Segurança Aeroportuária (PSA), Gendarmeria Nacional Argentina (GNA), Prefeitura Naval Argentina (PNA) e Polícia Federal Argentina (PFA) (Polícia Federal, 2023).

Para a administração e funcionamento do Comando Tripartite (CT), há uma estrutura definida de Chefias e Secretarias. As Chefias são desempenhadas por órgãos de segurança com jurisdição na região, conforme a designação de cada país. Estas Chefias têm a responsabilidade de representar o CT, coordenar suas atividades e supervisionar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos pelo Comando Tripartite (artigos 12 e 13 do Estatuto do CT). As Secretarias dos países membros têm a responsabilidade de gerenciar e coordenar as resoluções do Comando Tripartite (CT).

Suas funções incluem preparar a ordem do dia e as atas das reuniões, além de facilitar as trocas oficiais de informações relacionadas à cooperação policial internacional (conforme o artigo 15 do Estatuto do CT) (Bordignon, *s. d.*). Em essência, as Secretarias são encarregadas da organização das reuniões, formalização dos documentos, e gestão da tramitação documental dentro do âmbito do CT, desempenhando um papel crucial na formalização e eficiência das operações do Comando Tripartite.

Na prática, a Chefia e a Secretaria do Comando Tripartite (CT) são atribuídas da seguinte forma: no Brasil, a responsabilidade recai sobre a Polícia Federal; no Paraguai, é incumbida à Polícia Nacional; e na Argentina, a função é desempenhada em sistema de rodízio pelas seguintes instituições: Polícia de Segurança Aeroportuária (PSA), Gendarmeria Nacional Argentina (GNA), Prefectura Naval Argentina (PNA) e Polícia Federal Argentina (PFA).

Com o passar do tempo, o Comando Tripartite (CT) consolidou-se como um crucial mecanismo de cooperação policial internacional entre Brasil, Paraguai e Argentina. Ele desempenha um papel vital no combate à criminalidade na região da Tríplice Fronteira, especialmente devido à sua dinâmica eficaz de compartilhamento e fluxo de informações.

O caso de sucesso da cooperação policial internacional promovida pelo Comando Tripartite (CT) resultou na responsabilização dos responsáveis pelo assalto à Prosegur, ocorrido em Ciudad del Este, Paraguai, em 2017. Em 2018, a Justiça Federal de Foz do Iguaçu condenou oito criminosos a penas superiores a 20 anos de reclusão pelos crimes de latrocínio, roubo de veículo, sequestro/cárcere privado e uso de documentos falsos. Esse resultado foi possível graças ao trabalho dos peritos da Polícia Federal, que, ao coletar vestígios biológicos e realizar exames de DNA, identificaram os envolvidos. Este caso é considerado o maior realizado pela PF no que diz respeito à utilização de genética forense (JFPR, 2018).

Histórico de integração das forças de segurança e combate à criminalidade na Região Trinacional do Iguaçu

É possível compreender essa nova lógica de pensar a segurança na Tríplice Fronteira a partir do exame do saber/poder e redefinição de instituições e agentes. Nesta lógica se pode conceber uma

A colaboração entre as agências e órgãos de segurança na Região Trinacional do Iguaçu tem demonstrado uma forte vocação para o trabalho conjunto, resultando em avanços significativos no combate ao crime organizado. Essa cooperação tem levado a resultados positivos, como a notável redução dos índices de crimes violentos em Foz do Iguaçu e áreas adjacentes.

Entre 2006 e 2007, Foz do Iguaçu estava entre as cidades com as maiores taxas de homicídios entre adolescentes, com índices de 11,8 homicídios por mil habitantes em 2007 e 9,7 em 2006 (Peixoto, 2010). Em 2010, a cidade registrou 92,2 homicídios por 100 mil habitantes, tornando-se a cidade com o maior número de assassinatos de jovens entre 15 e 24 anos e ocupando a 12ª posição no Atlas da Violência (Portal da Cidade Foz do Iguaçu, 2017). No entanto, em 2022, Foz do Iguaçu destacou-se como a cidade mais segura do estado do Paraná entre os municípios com mais de 100 mil habitantes, apresentando o menor índice de homicídios, com uma taxa de 14,3 (Paraná, 2023).

[...] Eu tomei posse em 2003 na polícia federal, como delegado de polícia federal em Foz do Iguaçu. Naquela época a região era dominada pelo contrabando estruturalmente e, por óbvio, junto com o tráfico de drogas e armas. Enfim, todos os outros crimes acessórios que vem junto com a estrutura que o contrabando. Grande parte da população sobrevivia economicamente da atividade criminosa do contrabando. A lavagem de dinheiro era espalhada pela cidade inteira. É uma região com potencial gigantesco, mas ela vivia do contrabando.

Nenhuma instituição sozinha iria ter capacidade de acabar com aquela situação, porque eram milhares de ônibus que passavam, centenas de milhares de pessoas envolvidas, um valor gigantesco, tanto do lado brasileiro, quanto do lado paraguaio, poder político estabelecido com influência que tinham interesse na manutenção da estrutura do contrabando. Mas, naquela época começou um trabalho, que na verdade já existia, foi destacado o trabalho de integração entre a polícia federal, a receita federal, a polícia militar e a polícia civil em certas operações.

E, principalmente, entre a polícia federal, a receita, Ministério público federal e justiça federal, que se fecharam ali num projeto para desarticular a estrutura do contrabando. Começamos a atacar os hotéis que davam guarida para essas enormes excursões. Dar suporte de uma instituição em relação a outra. Então, as carências da receita a gente tentava cobrir dentro da nossa atribuição e o contrário também, a receita nos apoiando no que é atribuição dela e no que nós éramos carentes. Fazer um projeto em conjunto de avanço em cima do crime organizado, da lavagem de dinheiro e do contrabando. Enfim, aquilo lá deu resultado.

Hoje, 2024, Foz do Iguaçu é outra cidade. É uma cidade voltada para o turismo, para a família e para eventos. Enfim, é uma janela de oportunidades empresariais. É um local que brilha a olhos vistos. Então ela é um exemplo de que o crime organizado pode ter vencido com a integração do planejamento com as instituições trabalhando em conjunto coordenadas.

[...] É um case de sucesso. Eu Acredito que Foz Iguaçu é o maior case de sucesso de mudança de eixo do crime para o desenvolvimento lícito no Brasil. Tenho muita honra também de ter participado desse processo. Então isso trouxe com que até hoje as instituições trabalham muito próximas aí.

[...] As coisas acontecem muito rapidamente de uma forma dinâmica e com muita confiança. Então, aí já tem o que eu quero dizer, as instituições em Foz têm a natureza preparada para trabalhar interagências (Entrevistado).

Uma nova lógica do poder: “Nenhuma instituição sozinha teria capacidade de acabar com aquela situação [...]”. Parece ser este o ponto nevrálgico sob o qual um novo exame se coloca: outros saberes, outros agentes, outros resultados.

A integração na Região Trinacional do Iguaçu vai além da segurança pública. Exemplos notáveis dessa cooperação incluem a gestão compartilhada da Usina Hidrelétrica de Itaipu entre o Brasil e o Paraguai, e a administração conjunta do Parque Nacional do Iguaçu entre o Brasil e a Argentina.

Apoio e investimento financeiro da Itaipu Binacional

Além dos fatores mencionados que influenciaram a escolha da cidade-sede, o apoio e o investimento financeiro da Itaipu Binacional foram cruciais para a realização do Projeto-Piloto CIOF (Centro Integrado de Operações de Fronteira) em Foz do Iguaçu. A Itaipu disponibilizou uma estrutura física de 600 metros quadrados nas instalações do Parque Tecnológico Itaipu (PTI), além de mobiliário e equipamentos tecnológicos, com um aporte financeiro de R\$2.900.000,00. Este investimento foi ainda mais significativo porque o Ministério da Justiça e Segurança Pública, na época, incluiu a implantação do Centro como um projeto prioritário e estratégico para a pasta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto nevrálgico para constituição de operações conjuntas na Tríplice Fronteira é a percepção de que somente uma agência e até mesmo um Estado nacional é incapaz de combater a diversidade criminal que o multiculturalismo da fronteira propicia.

O despertar para a necessidade de ações conjuntas baseou-se em pelo menos quatro ocorrências de extrema gravidade: A falta de comunicação, cooperação, coordenação e integração dos órgãos de segurança pública, de defesa e de inteligência nos EUA resultou no maior atentado terrorista da história da humanidade, ocorrido no dia 11 de setembro de 2001, com mais de 3000 mortos e desaparecidos.

Foi a partir desse triste episódio americano que se implementaram os *Fusions Centers*, com reunião de agências federais, estaduais e municipais num único ambiente colegiado, interagências, uma força-tarefa permanente, para o enfrentamento do terrorismo, da criminalidade organizada e dos crimes sofisticados. Inspirados nos fundamentos, princípios e ideais que nortearam a criação e expansão dos *Fusions Centers* americanos, o Ministério da Justiça e Segurança Pública no dia 16 de dezembro de 2019, implementou o Projeto-Piloto Centro Integrado de Operações de Fronteira (CIOF) na cidade de Foz do Iguaçu, Região Trinacional do Iguaçu, posição altamente estratégica, para o enfrentamento das organizações criminosas e crimes transfronteiriços, um passo importante para a interoperabilidade de bases de dados e ainda, conexões e integração dos órgãos de segurança pública e agências de aplicada lei. Além disso, proporcionar capilaridade e alcance às agências que por sua natureza possuem limitações territoriais no campo de atuação.

Os atentados terroristas contra a Embaixada de Israel em 1992 e a Associação Mutual Israelita Argentina (AMIA) em 1994, em Buenos Aires, Argentina, resultaram na trágica perda de 114 vidas e deixaram 542 feridos. Esses ataques, atribuídos ao movimento xiita libanês Hezbollah, intensificaram as preocupações com o terrorismo na região da Tríplice Fronteira. Essa crescente ameaça foi o principal catalisador para a criação do Comando Tripartite (CT), estabelecido com o objetivo de fortalecer a cooperação entre os organismos policiais e de inteligência do Brasil, Paraguai e Argentina, visando combater eficazmente o terrorismo e outras atividades ilícitas na região.

Por último, o audacioso assalto à empresa de transporte de valores Prosegur, ocorrido em Ciudad del Este, Paraguai, em 24 de abril de 2017, chamou atenção pela sua magnitude. Com a participação de mais de 40 criminosos, a ação resultou no roubo de mais de US\$ 11,7 milhões, equivalente a cerca de R\$ 40 milhões na época.

Em 2017, foi lançada a primeira iniciativa para a criação do primeiro *Fusion Center* brasileiro, sob a liderança de Mesquita, então Secretário de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná (SSP/PR).

Como parte desse esforço, o município de Foz do Iguaçu formalizou a cessão de um terreno ao Estado do Paraná para a construção do Centro Integrado de Comando e Controle. No entanto, o projeto não chegou a se concretizar.

Dois anos depois, já no Ministério da Justiça e Segurança Pública, Mesquita propôs o Projeto-Piloto CIOF (Centro Integrado de Operações de Fronteira), inspirado no modelo americano de *Fusion Centers*, como uma das estratégias para o combate ao crime organizado. A proposta foi acolhida pelo MJSP e classificada como um projeto prioritário e estratégico. A implementação do CIOF recebeu um impulso decisivo com o apoio da Itaipu Binacional, que contribuiu com estrutura física, mobiliário e equipamentos tecnológicos, totalizando um investimento de R\$ 2.900.000,00.

Após investigar fontes abertas na internet, encontramos vários exemplos de como a integração e a cooperação entre as forças de segurança pública, com o apoio do Centro Integrado de Operações de Fronteira (CIOF), têm sido fundamentais para localizar e prender autores de crimes graves e líderes de organizações criminosas, tanto no exterior quanto no Brasil. Esses casos destacam a importância de um ambiente coletivo e interagência para o sucesso dessas operações (Catve, 2020; G1 MS, 2020; MJSP, 2020, 2024; Nossa FM, 2023; Polícia Civil do Estado de Goiás, 2024; Polícia Federal, 2024b).

Por fim, as fontes obtidas através de entrevista semiestruturada, acesso a fontes por meio eletrônico e fontes bibliográficas, no exercício de uma triangulação de dados, permite dar visibilidade a uma reorganização política, de saber e de poder na gestão da segurança pública dos três municípios de fronteiras: Brasil, Paraguai e Argentina. Além dos resultados práticos já alcançados pelo CIOF, é essencial destacar que a implementação deste centro reflete uma materialização dos conceitos teóricos discutidos ao longo do estudo, especialmente no que se refere à teoria foucaultiana sobre poder e saber.

O estudo indica que o CIOF, ao centralizar e integrar informações de diversas agências, opera como um exame no sentido foucaultiano, onde o controle e a vigilância são exercidos de forma coordenada, permitindo a criação de um novo saber sobre as dinâmicas criminais na tríplice fronteira.

Essa reconfiguração das práticas de segurança pública não apenas ilustra a aplicabilidade das teorias de Foucault, mas também sugere novas possibilidades para o fortalecimento da governança nas regiões de fronteira, onde a interseção entre o poder estatal e as dinâmicas locais se torna mais complexa e desafiadora.

REFERÊNCIAS

- ABIN – Agência Brasileira de Inteligência. Institucional. Estrutura. [Online, s. d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/abin/pt-br/institucional/estrutura>. Acesso em: 22 ago. 2024.
- AMARAL, Arthur Bernardes do. **A Tríplice Fronteira e a guerra ao terror**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.
- BORDIGNON, Fabiano. **1996-2021: os 25 anos do Comando Tripartite: exemplo de cooperação policial local em Fronteiras**. [Online]: [S. n., s. d.]. Disponível em: <https://www.idesf.org.br/wp-content/uploads/2021/05/25-anos-do-Comando-Tripartite-Prof.-Fabiano-Bordignon.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2024.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portaria nº 264, de 25 de março de 2019**. Institui Grupo de Trabalho, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com a finalidade de examinar e formular plano de trabalho detalhado contendo a concepção, o orçamento e o cronograma para efetivação da proposta de criação e implantação do Centro Integrado de Operações de Fronteira no Município de Foz do Iguaçu - PR. Brasília: Gabinete do Ministro, 2019. Disponível em: <http://dspace.mj.gov.br/handle/1/2159>. Acesso em: 10 ago. 2024.
- CARVALHO, Mario Cesar. Traficante mexicano é condenado no Brasil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 mar. 2007. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2303200716.htm>. Acesso em: 8 ago. 2024.
- CATVE. Foragido do Paraguai, procurado pela Interpol é preso em Balneário Camboriú. **Catve**, [Online], 23 set. 2020. Policial. Disponível em: <https://catve.com/noticia/9/303569/>. Acesso em: 20 ago. 2024.
- CRESWELL, John W. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. 4. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2014.
- CURY, Mauro José Ferreira. **Territorialidades transfronteiriças do Iguassu (TTI): interconexões, interdependências e interpenetrações nas cidades da tríplice fronteira - Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (AR)**. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós- Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/24222>. Acesso em: 23 ago. 2024.
- DEA – Drug Enforcement Administration. El Paso Intelligence Center. About EPIC. [Online, s. d.]. Disponível em: <https://www.dea.gov/what-we-do/law-enforcement/epic>. Acesso em: 10 ago. 2024.

DEBALD, Blasius Silvano. A formação continuada dos docentes nas IES privadas da fronteira trinacional. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: <https://eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/anpuhnacional/S.23/ANPUH.S23.1128.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2024.

DOJ – US Department of Justice; DHS – US Department of Homeland Security. **Fusion center guidelines**: developing and sharing information and intelligence in a new era. [Online]: DOJ/DHS, ago. 2006. Disponível em: https://bja.ojp.gov/sites/g/files/xyckuh186/files/media/document/fusion_center_guidelines.pdf. Acesso em: 17 ago. 2024.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 10. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1974.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1976.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalheite. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

G1 MS. Preso ligado a facção criminosa é expulso do Paraguai e entregue à autoridades brasileiras. **G1 MS**, Mato Grosso do Sul, 6 fev. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2020/02/06/preso-ligado-a-facciao-criminosa-e-expulso-do-paraguai-e-entregue-a-autoridades-brasileiras.ghtml>. Acesso em: 20 ago. 2024.

G1. 76 integrantes de facção criminosa brasileira fogem de presídio no Paraguai. **G1**, [Online], 19 jan. 2020. Mundo. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/01/19/dezenas-de-integrantes-de-facciao-criminosa-fogem-de-presidio-no-paraguai.ghtml>. Acesso em: 7 ago. 2024.

GIOMBELLI, Gilvana. Relembre mega-assalto à transportadora Prosegur no Paraguai que inspirou série DNA do Crime da Netflix. **g1 PR**, Foz do Iguaçu, 22 nov. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2023/11/22/relembre-mega-assalto-a-transportadora-prosegur-no-paraguai-que-inspirou-serie-dna-do-crime-da-netflix.ghtml>. Acesso em: 7 ago. 2024.

GOULART, Gustavo. Beltrame pede a internautas que cobrem policiamento nas fronteiras. **O Globo**, Rio de Janeiro, 4 nov. 2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/beltrame-pede-internautas-que-cobrem-policiamento-nas-fronteiras-2917858>. Acesso em: 7 ago. 2024.

GRAY, David E. **Pesquisa no mundo real**. Tradução de Roberto Cataldo Costa. 2. ed. Porto Alegre: Penso Editora, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados. Foz do Iguaçu. [Online, s. d.]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/foz-do-iguacu.html>. Acesso em: 17 ago. 2024.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Parque Nacional do Iguaçu. [Online, s. d.]. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/parnaiguacu/>. Acesso em: 6 ago. 2024.

IDESF – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras. Representantes do Brasil, Paraguai e Argentina debatem formas de combate ao tráfico de pessoas. **Comunicação IDESF**, [Online], 26 jul. 2024. Disponível em: <https://www.idesf.org.br/2024/07/26/representantes-do-brasil-paraguai-e-argentina-debat-em-formas-de-combate-ao-trafico-de-pessoas/>. Acesso em: 9 ago. 2024.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Oeste paranaense**: o 3º espaço relevante. Curitiba: IPARDES, 2008.

ITAIPU BINACIONAL. Com apoio de Itaipu, Ministério da Justiça inaugura primeiro Centro Integrado de Operações de Fronteira do País. **Itaipu Binacional**, [Online], 16 dez. 2019. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/com-apoio-de-itaipu-ministerio-da-justica-inaugura-primeiro-centro-integrad>. Acesso em: 17 ago. 2024.

JFPR – Justiça Federal do Paraná. Justiça Federal condena oito brasileiros pelo assalto no Paraguai. **Portal de Notícias 4R**, [Online], 15 out. 2018. Disponível em: https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia_visualizar&id_noticia=19067. Acesso em: 8 ago. 2024.

LUSA. Justiça argentina acusa Irão de atentados contra Israel em 1992 e 94. **RPT Notícias**, [Online], 12 abr. 2024. Mundo. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/justica-argentina-acusa-irao-de-atentados-contr-israel-em-1992-e-94_n1563759. Acesso em: 6 ago. 2024.

MARQUES, Josiel Alan Leite Fernandes. **Integração e cooperação territorial da Tríplice Fronteira de Foz do Iguaçu (Brasil), Puerto Iguazú (Argentina) e Ciudad Del Este (Paraguai)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2017. Disponível em: https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/2928/5/Josiel_Marques_2017.pdf. Acesso em: 17 ago. 2024.

MENDONÇA, Otto (coord.); PREZOTTO, Fernando; BURT, Luisa. **1º Relatório Yglota de Nacionalidades e Etnias da Região Trinacional do Iguaçu**. Foz do Iguaçu: Instituto Yglota, 2023. Disponível em: <https://www.codefoz.org.br/wp-content/uploads/2024/07/Relatório-de-Nacionalidades-e-Etnias-da-Região-Trinacional.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2024.

MJSP – Ministério da Justiça e Segurança Pública. Atuação do Centro Integrado de Operações de Fronteira resulta na prisão de um homem nos Estados Unidos. **Notícias do Portal do MJSP**, Brasília, 21 fev. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/atuacao-do-centro-integrado-de-operacoes-de-fronteira-resulta-na-prisao-de-um-homem-nos-estados-unidos>. Acesso em: 20 ago. 2024.

MJSP – Ministério da Justiça e Segurança Pública. Centro Integrado de Operações de Fronteira completa três anos no combate aos crimes nacionais e transnacionais. **Notícias do Portal do MJSP**, Brasília, 3 jun. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/centro-integrado-de-operacoes-de-fronteira-completa-tres-anos-no-combate-aos-crimes-nacionais-e-transnacionais>. Acesso em: 20 ago. 2024.

MPPR – Ministério Público do Paraná. GAECO, Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado. Atribuições. [Online, s. d.]. Disponível em: <https://site.mppr.mp.br/gaeco/Pagina/Atribuicoes>. Acesso em: 12 ago. 2024.

NOSSA FM. Líder de organização criminosa envolvido no latrocínio ocorrido no interior de Realeza é preso no Paraguai. **Nossa FM**, [Online], 22 abr. 2023. Disponível em: <https://nossafm102.com.br/noticia/22853/l-der-de-organiza-o-criminosa-envolvido-no-latroc-nio-ocorrido-no-interior-de-realeza-preso-no-paraguai>. Acesso em: 20 ago. 2024.

PALACIOS, Ariel. Ataque a bomba na Argentina: 25 anos de impunidade. **Época**, [Online], 16 set. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/mundo/ataque-bomba-na-argentina-25-anos-de-impunidade-23816412>. Acesso em: 6 ago. 2024..

PARANÁ. Agência Estadual de Notícias. Segurança recebe terreno para Centro Integrado em Foz. **Portal da AEN**, [Online], 30 ago. 2017. Segurança. Disponível em: <https://arquivo2011.aen.pr.gov.br/Noticia/Seguranca-recebe-terreno-para-Centro-Integrado-em-Foz>. Acesso em: 13 ago. 2024.

PARANÁ. **Decreto nº 8.734, de 5 de fevereiro de 2018**. Exonera WAGNER MESQUITA DE OLIVEIRA, do cargo, em comissão, de Secretário de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária. Curitiba: Gabinete do Governador, 2018. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/decreto-n-8734-2018-parana-exonera-wagner-mesquita-d-e-oliveira-do-cargo-em-comissao-de-secretario-de-estado-da-seguranca-publica-e-administracao-penitenciaria>. Acesso em: 13 ago. 2024.

PARANÁ. Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. Foz do Iguaçu tem menor índice de homicídios do Paraná. **Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu**, [Online], 11 ago. 2023. Notícias. Disponível em: <https://www5.pmfi.pr.gov.br/noticia.php?id=52444>. Acesso em: 16 set. 2023.

OLIVEIRA, Monica Resende de. **Mídia impressa na Tríplice Fronteira**: estudo do jornal local A gazeta do Iguaçu. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2005. Disponível em: [tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/737/1/Monica Resende de Oliveira.pdf](tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/737/1/Monica%20Resende%20de%20Oliveira.pdf). Acesso em: 27 set. 2023.

PEIXOTO, Fabricia. Foz do Iguaçu é cidade mais violenta para jovens pelo segundo ano. **BBC Brasil**, [Online], 8 dez. 2010. Disponível em: <https://www.bbc.co.uk/blogs/portuguese/br/2010/12/foz-do-iguacu-e-cidade-mais-vi.html>. Acesso em: 17 ago. 2024.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS. ‘Precatório Fantasma’: PCGO, em investigação com apoio do CIOF, cumpre no Ceará mais de 50 medidas judiciais por fraude eletrônica e associação criminosa. **Notícias da Polícia Civil**, [Online], 31 jul. 2024. Disponível em: <https://www.policiacivil.go.gov.br/delegacias/especializadas/precatario-fantasma-pcgo-e-m-investigacao-com-apoio-do-ciof-cumpre-no-ceara-mais-de-50-medidas-judiciais-por-fraude-eletronica-e-associacao-criminosa/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

POLÍCIA FEDERAL. PF e SENAD iniciam a 45ª Fase da Operação Nova Aliança. **Imprensa PF**, Brasília, 20 jun. 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2024/06/pf-e-senad-iniciam-a-45a-fase-da-operacao-nova-alianca>. Acesso em: 7 ago. 2024.

POLÍCIA FEDERAL. PF sedia encontro do Comando Tripartite em Foz do Iguaçu/PR. **Comunicação Social da Polícia Federal em Foz do Iguaçu**, [Online], 31 out. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/pf-sedia-encontro-do-comando-tripartite-em-foz-do-iguacu-pr>. Acesso em: 8 ago. 2024.

POLÍCIA FEDERAL. PF, em cooperação com a Polícia Nacional do Paraguai, combate tráfico Internacional de Drogas na fronteira do MS. **Comunicação Social da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul**, Ponta Porã, 26 jul. 2024b. Operação PF. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2024/07/pf-em-cooperacao-com-a-policia-nacional-do-paraguai-combate-traffic-internacional-de-drogas-na-fronteira-do-ms>. Acesso em: 20 ago. 2024.

PORTAL DA CIDADE FOZ DO IGUAÇU. Foz está entre as 110 cidades mais violentas do Brasil. **Portal da Cidade Foz do Iguaçu**, [Online], 6 jun. 2017. Notícias. Policial. Disponível em: <https://foz.portaldacidade.com/noticias/policial/foz-esta-entre-as-110-cidades-mais-violentas-do-brasil>. Acesso em: 23 ago. 2024.

PORTAL DA CIDADE FOZ DO IGUAÇU. UDC entrega estudo com dados das pesquisas nas pontes Internacionais. **Portal da Cidade – Foz do Iguaçu**, [Online], 6 ago. 2024. Fronteira. Disponível em: <https://foz.portaldacidade.com/noticias/cidade/udc-entrega-estudo-com-dados-das-pesquisas-nas-pontes-internacionais-0303>. Acesso em: 13 ago. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. Gabinete Gestão Integrada Municipal. Sobre. [Online, s. d.]. Disponível em: <https://www5.pmfi.pr.gov.br/orgao-166>. Acesso em: 12 ago. 2024.

RFI. EUA relembra mortos dos atentados de 11 de setembro, 22 anos depois da tragédia. **RFI**, [Online], 11 set. 2023. Américas. Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/americas/20230911-eua-relembra-mortos-dos-atentados-de-11-de-setembro-22-anos-depois-da-tragédia>. Acesso em: 17 ago. 2024.

SANTOS, José Carlos dos. **Construir fronteiras**: nacionalismo e territorialismo no Paraná nos séculos XIX e XX. Campo Mourão: Editora da FECILCAM, 2014.

SANTOS, José Carlos dos. Corpo e narrativa na definição da fronteira. **Fronteiras**, Florianópolis, v. 1, p. 153-166, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufrs.edu.br/index.php/FRCH/issue/download/61/7.ed>. Acesso em: 17 jul. 2024.

SOUZA, Marlei Fátima de. CORREA, João Jorge. Formação continuada de professores: breves considerações sobre a formação continuada na fronteira trinacional. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1., nov. 2008, Cascavel. **Anais [...]**. Cascavel: Unioeste, 2008.

TURISMO ITAIPU. Templo Budista Foz do Iguaçu: uma viagem de paz e meditação. **Turismo Itaipu**, Foz do Iguaçu, 14 jun. 2024. Disponível em: <https://turismoitaipu.com.br/blog/templo-budista-foz-do-iguacu/>. Acesso em: 6 ago. 2024.

UDC – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas. **Pesquisa sobre o tráfego de veículos e pessoas que atravessaram a Ponte Internacional da Amizade**. Foz do Iguaçu: UDC, out. 2023a. Não publicado na Internet.

UDC – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas. **Pesquisa sobre o tráfego de veículos e pessoas que atravessaram a Ponte Internacional da Fraternidade**. Foz do Iguaçu: UDC, out. 2023b. Não publicado na Internet.

WOJCIECHOWSKI, Guilherme. Expo Santa Rita 2024 começa no próximo sábado (27) no Paraguai. **H2FOZ**, Foz do Iguaçu, 20 abr. 2024. Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/fronteira/expo-santa-rita-2024-paraguai/>. Acesso em: 4 ago. 2024.

ENTREVISTA COM LIA OSÓRIO MACHADO

Camilo Pereira Carneiro¹²

Eloiza Dal Pozzo¹³

Laura Beatriz Silva Leal¹⁴

Luciano Stremel Barros¹⁵

Link da entrevista no YouTube: https://www.youtube.com/watch?v=xplZ_LNmWn4

Geógrafa, pesquisadora, autora de diversos livros, estudos e publicações sobre as fronteiras. Ao longo de sua carreira, já realizou diagnósticos socioeconômicos, demográficos e de segurança pública da faixa de fronteira do Brasil, já escreveu sobre os espaços geopolíticos transnacionais, cadeias produtivas, integração sul-americana, desenvolvimento da Faixa de Fronteira e uma série de outras temáticas. Na entrevista, aborda temas diversos sobre as fronteiras, cidades gêmeas e questões da geopolítica atual.

Na entrevista, realizada em 20 de março de 2025, Lia explica como iniciou os estudos sobre as fronteiras, provocada, principalmente, pela falta de pesquisas e registros quando ela foi realizar uma pesquisa sobre temas ligados à região Amazônica e as fronteiras do Peru, Colômbia e Bolívia, na década de 1990. Segundo ela, no governo de Fernando Henrique Cardoso já havia um interesse nos estudos sobre as fronteiras como região a ser estudada e, efetivamente, na primeira gestão do governo de Luís Inácio Lula da Silva é que elas passaram a ser vistas e estudadas como áreas de potencial desenvolvimento.

¹² Professor da UFG e coordenador do Limes, grupo de pesquisa na área de geopolítica e fronteiras da Universidade Federal de Goiás (UFG). Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8277725980658558>.

¹³ Jornalista e pesquisadora do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF). Pós-doutora em Políticas Públicas e desenvolvimento. Currículo lattes: <https://lattes.cnpq.br/8740519013866659>

¹⁴ Pesquisadora do Limes (UFG). Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/7795566776823842>

¹⁵ Doutor em Relações Internacionais pela Universidade Autónoma de Lisboa (UAL) e Presidente do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF). Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/1358800603374086>

Lia destaca que a geopolítica atual é a relação da China com o Brasil, com os demais países da América do Sul e a interligação Atlântico-Pacífico. Também reflete sobre a necessidade de enxergar o Amazonas nesse contexto Atlântico-Pacífico e mudanças de circulação na América do Sul. Além disso, conta como criou o termo cidades gêmeas.

IDESF/Limes (UFG): Hoje nós temos a satisfação de conversar com Lia Osório Machado, que é geógrafa, pesquisadora, autora de diversos livros, publicações e estudos sobre as fronteiras. A Lia já realizou diagnósticos socioeconômicos, demográficos e de segurança pública da faixa de fronteira do Brasil, já escreveu sobre os espaços geopolíticos transnacionais, cadeias produtivas, integração Sul-Americana, desenvolvimento da faixa de fronteira e uma série de outras temáticas.

Eu, Eloiza Dal Pozzo, o presidente do IDESF, Luciano Stremel Barros, o professor da Universidade Federal de Goiás, Camilo Pereira Carneiro, e a pesquisadora da UFG Laura Beatriz Silva Leal, vamos conduzir essa conversa com a Lia, para que ela possa compartilhar algumas vivências e reflexões sobre as fronteiras do Brasil.

Lia, então, mais uma vez, muito obrigada por ter aceitado essa conversa conosco, e a gente começa, então, te perguntando sobre a sua trajetória como estudiosa das fronteiras, como é que a senhora começou a estudar as fronteiras?

Lia Osório: Bom, primeiro, obrigada pelo convite de vocês, para mim, é sempre um prazer falar das fronteiras, porque é uma área geográfica dinâmica hoje em dia no mundo inteiro, então, eu fico contente de começar, lá no final da década de 90, esse tema. Estranhamente, na nossa história, os portugueses tinham uma noção muito forte de patrimônio de terras, o que não deixa de ser interessante, considerando o tamanho de Portugal. Mas eles tinham muito interesse em dominar áreas, digamos assim, né? Não fizeram isso na Índia, mas aqui eles viram uma outra condição, e nos séculos seguintes desde que chegaram aqui, houve esse interesse pelo território como patrimônio de terras, e isso é muito importante, porque o patrimônio de terras no entendimento deles era o controle dos limites, mas não um limite descrito no mapa, leis e etc.

Um limite da forma como ele apareceu até em áreas dos árabes, Oriente Próximo que se chamava na época. Então, no caso do Brasil, o português logo cedo teve esse interesse em fazer esse perímetro. Ele não estava muito preocupado em ocupar. Na nossa costa enorme, em direção ao interior.

O fato é que essa questão da fronteira já aparece de uma forma no Brasil, na nossa história, de uma forma muito vaga. E desde a época, eu diria do início, o século 20, mas talvez mais com a ditadura do Getúlio, no final da década de 30, eles ficavam mais preocupados com o perímetro, não com conteúdo do território, propriamente dito, lá no interior, em direção ao Pacífico. Para encurtar a história, o que hoje é diferente, eu diria, desde 1990, com o Governo de Fernando Henrique, o que surgiu de novo foi esse interesse das relações com os países vizinhos, ainda não em direção ao Pacífico, isso não era muito claro para o pessoal, era mais no sentido de conectar os países da América do Sul. Então, esse foi o contexto na década de 1990, em que começou-se a ter esse interesse a ver esse plano de estrutura rodoviária e possivelmente ferroviária, de criar uma rede no interior do Brasil e vagamente nessa relação com os países vizinhos dado o nosso isolamento e o deles também.

E o que mudou em relação a essa época? No final da década de 90 eu comecei a me interessar pela fronteira. Foi mais um interesse de ver a entrada de redes ilegais, porque eu estava interessada na Amazônia, essa foi minha área de estudo anteriormente. E queria saber o que estava sustentando a economia da Amazônica e ficou claro que além da lavagem de dinheiro, havia também o tráfico de cocaína, de coca, porque vinha dos nossos países vizinhos, Bolívia, Colômbia e Peru. Então, isso foi um fluxo de informação e de interesse meu, e eu fiquei surpresa porque eu fui procurar coisas sobre a fronteira, justamente por causa da entrada de drogas e, considerando o tamanho da nossa fronteira, me perguntei porque não havia nenhum trabalho sobre a fronteira. A fronteira era algo super presente, desde o primário, praticamente, se fazia mapas na minha época, eu sou idosa. Nós fazíamos mapas, à mão, para saber sobre o Brasil, mas nunca as pessoas falavam dessa fronteira, era algo distante.

Os estados nossos, o Paraná, o estado do Rio Grande do Sul, do Amazonas, Mato Grosso, os governos estaduais, nenhum deles dava muita bola para a fronteira como área de estudo, veja bem, não para usar a fronteira. Vocês estão em Foz do Iguaçu, que foi um dos lugares que cresceu por interesse da população civil, apesar de ter começado como uma base militar, muito simples, mas, na verdade, o desenvolvimento de Foz do Iguaçu, que até hoje é a maior cidade da nossa fronteira internacional, é um lugar que desenvolveu-se em termos da iniciativa local, não tanto do governo. Havia intervenções, por exemplo, na nossa relação com Paraguai, para nós isso sempre foi importante, por motivo de geopolítico, então, havia esse interesse, mas o conjunto da fronteira internacional do Brasil, o que é uma das mais longas, não havia.

Então, para minha surpresa, não havia trabalhos, pesquisas, interesse do Ministério das Relações Exteriores, que eu considero, exceto em alguns momentos, muito fraco em termos de divulgação. Eles são muito fechados, e, na verdade, durante grande parte da minha vida, meu julgamento foi que eles pouco trabalhavam em termos de estimular pesquisa sobre a fronteira internacional, apesar de em princípio a mudança que foi acontecendo no mundo, como a fronteira também é lugar de conflito, não é só de passagem. Então, por causa da questão da droga, eu comecei o estudo na década de 90, eu comecei a fazer esse estudo. Inclusive meus alunos, meus orientandos, havia vários deles lá na UFRJ, onde eu passei minha vida profissional, havia vários, o Camilo foi meu aluno de mestrado e fez a dissertação lá na UFRJ, e assim por diante, então, cada um deles foi escolhendo uma área para fazer da fronteira, e tudo isso é importante que a gente diga que um dos estímulos para pesquisa é o financiamento. Eu, por motivo da pesquisa sobre a droga, que deu muita celeuma na imprensa, eu tive acesso a financiamento como pesquisadora do CNPQ, ao dinheiro do CNPQ, e pedi também para CAPES, então, inicialmente eu tinha um recurso para fazer o trabalho de campo.

No meu entendimento de método, como não havia trabalhos sobre a fronteira, eu tinha que ir lá, e é óbvio, que com essa imensa fronteira poderia escolher pontos, mas não conhecer a fronteira, mas concomitantemente a internet ampliou o acesso a fontes no mundo inteiro também ampliou, isso também foi um elemento que eu quero chamar atenção, porque hoje a pesquisa não é só você: 'ah, isso é um tema

interessante, vou estudar', é também o fato de você ter as condições para fazer esse estudo. E assim foi, eu fiz uma pesquisa pelo CNPQ e mandei para CNPQ.

No primeiro governo Lula, o então Ministro da Integração Nacional, o Ciro Gomes, ele e o José Dirceu, que era o Chefe da Casa Civil, estou falando de uma história que eu só soube depois, eles se reuniram com outras pessoas também, e foram fazer o plano do primeiro governo Lula, e eles pegaram um tema que no final do governo Fernando Henrique, já começava pelo interesse de conexão com o outros países da América do Sul, o Fernando Henrique já tinha esse projeto, e eles eram muito mais integrados e resolveram considerar a fronteira como uma possível zona de desenvolvimento, então nós fomos contratados pelo Ministério da Integração Nacional, e assim foi, nós fizemos essa pesquisa. Essa foi a publicação que eles fizeram, e essa publicação, na verdade, o que ela tem descrito, é sobre duas áreas - que não fomos nós que escolhemos, foi o próprio Ministério - que foi o Mato Grosso do Sul e a Amazônia, principalmente na área em que o tráfico de drogas era mais forte, principalmente na fronteira com Peru e Colômbia, que era uma das principais áreas de entrada da droga, e além disso naquela época eles tinham medo das guerrilhas, e então, o que eu quero chamar a atenção, é que o interesse pela fronteira surgiu, forte ou fraco, irregular, mas por vários motivos, então, não foi um só.

O que deu sorte, foi que aqui no Brasil, eu comecei a fazer pesquisa, e é bom que seja assim, foi com dinheiro público para fazer a pesquisa, eu estava na universidade pública, então foi uma coincidência também poder fazer essa pesquisa, nós fizemos, sem nenhuma relação direta com governo, fizemos eu conseguir um financiamento para imprimir e mandei para o CNPQ, o pessoal lá do Planalto viu, achou bom como um projeto do governo Lula, como um dos vários projetos do governo Lula, e como eu disse, o Fernando Henrique já tinha feito, mais timidamente e mais pelo interesse nas estradas, que ele queria estimular para o futuro, então, houve todo esse movimento né? Então, a pesquisa que saiu disso foi extremamente interessante porque o elemento principal não foi de desenvolvimento regional, de desenvolvimento econômico, o que mais estimulou imediatamente foi o interesse, no Congresso, e de vários grupos dentro do governo, e eu acho que houve uma relação também com os estados, alguns estados, não todos, porque os estados brasileiros,

todos têm relações ilegais com os nossos vizinhos, e é óbvio, deles conosco, então, esse tema das relações propriamente ditas, concretas, materiais, não é um assunto que se estimula muito no estudos não é? Por exemplo, eu levantei com os alunos, uma das pequenas pesquisas que fizemos, sobre os caminhões que entravam através de Uruguaiana, porque era uma grande entrada para o Cone Sul, e então havia alguns dados dispersos aí, mas eu notei que não havia interesse dos governos estaduais naquela época, dos anos 1990 para a década de 2000, não havia esse interesse dos estados.

No Brasil, em geral, os estados só se interessam quando eles veem - os estados que eu digo locais - eles só se interessam quando eles veem que há uma chance de obter grana, recursos para alguma coisa que eles queiram, e às vezes não tem nada a ver com a fronteira. Então, eu nem entendo o porquê disso, com essa imensa área de fronteira, não há muito interesse, nem nós ficamos emocionados em falar em fronteira, né, e mesmo as pessoas que vivem na fronteira, preferem ser esquecidas naquela época. Portanto isso indica que a consciência dos políticos, e também dos pesquisadores, era diferente da que nós vemos hoje, então, na minha trajetória, eu estava até conversando isso com meu filho, outro dia, é a nossa trajetória, e isso é algo extremamente curioso, mas parece que em outros lugares isso também aconteceu, não somos os únicos, apesar do tamanho da fronteira, as pessoas não se interessam, acham que é fundo de quintal. Vocês mesmo em Foz do Iguaçu, sempre apareceram por causa das cachoeiras, sem dúvida nenhuma, por causa das conexões internacionais, inclusive, que inclui relações internacionais legais e ilegais, mas o resto da fronteira nada, praticamente nada, muito pouco, talvez, lá no Rio Grande do Sul, com Uruguai, Rivera, então, isso tudo começou a ser estudado.

Agora, por que é que de repente as pessoas começaram a se interessar pela fronteira, nada forte, nada único, veio de várias fontes, várias origens e a do Estado central, Brasília, então, isso foi o que deu substância, e nós fizemos, os alunos começaram a fazer, e para minha surpresa, e minha alegria, porque eu fui de uma época, - estou com 84 anos - que em grande parte da história eu fui vivendo, por causa da revolução, houve passos largos no sentido de rapidez, de difusão da informação.

E Foz do Iguaçu, hoje é a cidade mais desenvolvida da fronteira, a maior cidade da fronteira internacional, mas vai aparecer, seguramente, e vocês já devem estar percebendo, outros lugares ao longo da linha de fronteira, porque o contexto agora não só de informação é diferente, mas porque a geopolítica do mundo e do Cone Sul mudou, e nesse aspecto, o que tem que chamar atenção dos pesquisadores, é essa relação com a China, e isso eu acho fantástico, porque durante décadas, a China já estava em Porto Iguaçu, e na cidade vizinha do Paraguai, em Ciudad del Este, e também da Argentina muito menos, Argentina sempre fechou muito a entrada, não que ela fechasse o contrabando, mas fechou a entrada formal.

Então, isso é muito interessante, porque agora vão se multiplicar os pontos de contato, porque a nossa relação com o mundo, e com a China, que se desenvolveu, deslanchou um sonho, que havia desde o século 19, por poucas pessoas, mas havia essa imaginação, de que o Brasil tinha que voltar a ter linhas de comunicação, linhas de relação comercial com nossos vizinhos, do Pacífico, ou seja, a relação Atlântico-Pacífico que nunca conseguiu deslanchar, mas que agora já começa o processo, e esse Brasil que vocês vão viver, dada a juventude de vocês, já vai ser um outro Brasil, porque será um Brasil que mesmo com todas as relações e riscos que podem acontecer, nós estamos numa situação geopolítica delicada, por causa dos Estados Unidos, nós estamos nos beneficiando com isso, porque os Estados Unidos nunca deu muita bola, mas por causa da entrada da China, agora os Estados Unidos estão dando muita bola, sim.

Então vocês vão provavelmente, a médio prazo, se é que já estão, tendo essas pressões externas, por causa dessa conexão, que o Pacífico e porque o padrinho dessa relação foi o capital chinês, e os planos da China, que faz parte da América do Sul, tudo isso mostra que hoje, o interesse de vocês, Foz do Iguaçu estar na situação em que vocês vão, provavelmente, competir a longo prazo com outros, mas principalmente, vocês têm que entender quais são os fluxos que estão perpassando agora na conexão do Brasil com o pacífico. Esse é o ponto.

IDESF/Limes (UFG): Naturalmente, a geografia política tem a sua obra como uma referência, o seu trabalho é fundamental, aqui na Universidade Federal de Goiás e no Grupo Limes. Então, primeiramente, eu gostaria de saber como você vê a geografia política no Brasil, quais são os principais grupos dedicados a esse estudo de campo da geografia e da fronteira.

Lia Osório: As universidades próximas à fronteira, como fui do CNPQ, eu me lembro que eu notava, comentava com os colegas, que praticamente todo o dinheiro de pesquisa ia para o urbano, seja de que lugar no Brasil fosse, na área da geografia, ia para o urbano. Eu não posso dar uma resposta muito clara a respeito disso, o fato é que as universidades que foram surgindo ao longo de todos os estados brasileiros, que foi uma política começada pelo Fernando Henrique, depois continuou nos governos Lula, de você multiplicar as universidades federais, o que aumentou no número de pessoas fazendo pesquisa e com a ajuda do governo federal. Então, eu acho que esse pessoal, por esses motivos e outros, curiosidade, chance de crescer.

Tem muita gente no interior do Brasil que vê a Universidade como uma forma de você produzir e criar um nome para si, e isso deve ser estimulado. Eu acho que isso levou as universidades à disponibilidade de recursos. Essa disponibilidade é muito diferenciada porque há estados locais que também ajudam a pesquisa, mas a maior parte, na minha época, era o governo federal. Hoje eu não sei como está essa distribuição de recursos. O fato é que, sem ninguém ter tido um papel de direção, houve um interesse de muitos pesquisadores por esse novo tema que não fosse o urbano em si. E essa questão da fronteira provavelmente no futuro outras pessoas vão se interessar e descobrir outros elementos que levaram as pessoas na geografia e outras áreas também a se interessar pelas fronteiras. Surgiu essa porta e eles entraram.

IDESF/Limes (UFG): Quais os principais desafios que a Senhora enfrentou quando coordenou o projeto de proposta de estruturação da PDFF?

Lia Osório: Um eu já falei, grana. Você precisa de dinheiro para fazer trabalho de campo. E para mim, geografia sem trabalho de campo, é zero. Se você não for ao lugar, ainda mais em um país desse tamanho, altamente complexo.

Em resumo, deu sorte, para mim, do ponto de vista da minha profissão, que eu fui uma pioneira, mas isso já está mais do que espalhado no Brasil inteiro. Hoje é outra situação. Não é? E houve essa coincidência com o interesse do governo brasileiro. E foram vários fluxos de interesse, como a dinâmica interna do governo brasileiro, a pressão externa dos eventos no exterior e uma certa sensibilidade da nossa direção federal que levaram a essa ampliação do interesse pela fronteira. Nós estamos falando das universidades, dos pesquisadores. Quem não gostou, aliás, uma curiosidade, foram os militares inicialmente. Porque os militares tinham o monopólio, praticamente, do conhecimento sobre a fronteira. Coisa, que acho que eles devem ter tudo em arquivo. Porque há anos são responsáveis e eles faziam trabalhos sobre a fronteira, levantamento de informação. Tudo isso é um tesouro de informação, mas quando eu comecei a estudar fronteira -quando eu falo 'eu' estou falando porque é mais simples, mas na verdade, não haveria eu, se não tivesse a universidade por trás, e o CNPQ e a CAPES dando as bolsas para os alunos vir estudar-. Então, eu tenho que fazer essa observação, caso vocês pensem diferente. Então, o fato é que hoje, a situação é diferente, então, há uma dinâmica já, de pessoal. Agora, Goiás é interessante, porque Goiás foi à frente de uma, nós começamos na década de 60, nós passamos o mercado interno brasileiro, fruto da política do Juscelino Kubitschek, dos 50 anos em 5, toda essa área teve aquela expansão com a Belém-Brasília.

IDESF/Limes (UFG): Professora, eu queria pegar um gancho aqui, naquela ideia, que eu achei muito interessante, quando a Senhora disse que parece que olhar para a fronteira veio só a partir do problema, porque não se pensou através do desenvolvimento e isso começa a pensar a partir do Fernando Henrique, realmente com as obras da IRSA, aquelas obras de integração, as infraestruturas, né?

Lia Osório: O interesse, Luciano, o interesse. As obras, na verdade, foram poucas em relação aos sonhos.

IDESF/Limes (UFG): Aos sonhos é verdade, hoje estão saindo algumas outras, com outros financiamentos de outras fontes. Mas, então, eu vejo que nós compartilhamos cinco biomas, além dessas infraestruturas, com dez países. E os problemas persistem, o tráfico de drogas, o contrabando...

Lia Osorio: Nunca que vai acabar. Pode tirar o cavalinho da chuva. Isso vai estar na fronteira.

IDESF/Limes (UFG): O que me chama atenção Lia, é que o estado brasileiro tem sido tão letárgico, que para poder securitizar determinadas áreas de infraestrutura, e também trabalhar o desenvolvimento que quem sabe pode ser o grande antídoto para tudo isso. Nós vimos aqui nas pesquisas do IDESF, que os meninos, com 15 anos, tem uma evasão escolar muito maior, sendo que quando ele entra no ensino médio ele sai da escola, porque tem um grande atrativo. Se ele está em Belo Horizonte, ele está em Goiânia, ele quem sabe, pode ser engraxate, pode ser outra coisa, mas aqui não, aqui ele vai para a barranca do rio, e ganha muito dinheiro, ganha mais do que qualquer outra profissão de início. Como é que isso acomoda ao longo do tempo, que políticas, e naquele trabalho do grupo, o Retis, aquele trabalho que a senhora entregou, no final do governo Dilma, início do governo Temer, foi publicado. E segurança, o que isso conversa com desenvolvimento, e quanto nós já andamos, quanto isso é possível fazer, e se aquilo é um processo metodológico, que podemos replicar e atualizar ao longo do tempo?

Lia Osório: Sim podemos, já vou responder pelo final, claro que é possível, só que vocês, é que tem que desenhar a pesquisa, veja, nós levamos uma vantagem, porque o Ministério da Integração Nacional, quando nos contratou, ele ampliou o escopo da minha pesquisa, que era de um grupo de pesquisa da UFRJ, então ele ampliou isso dando a força do governo federal, também, do Ministério da Integração, e o Ministério era forte, e uma série de outros apoios, como do Gabinete Civil, e tudo isso. Agora você usou o termo 'letárgico'. Deixa eu só te dizer, em termos de comparação, com nossos vizinhos, nenhum país da América do Sul, da América Central, e mais curiosamente, nem dos Estados Unidos. Estados Unidos, tem pouca pesquisa de conjunto sobre suas fronteiras, porque eles estão interessados em outra economia, outra sociedade, com o conteúdo do território, na época em que eles se interessavam, depois eles passaram a se interessar só pela financeira, isso acabou pro Estados Unidos, mas isso talvez em algum momento no futuro, isso volte lá. Então nós não fomos letárgicos, nós talvez não tenhamos sido dinâmicos continuamente, isso é verdade. Então você tem um grupo que se interessa, uma pesquisa que vai, mas não há continuidade.

Aí, uma outra questão, talvez sociológica, psicológica, porque eu acho que, no Brasil, há ainda um país que tem novos recursos, mas acha que tem pouco, porque, na verdade, outros elementos entram, e a gente sempre acha que a gente é mais atrasado que os outros, mas quando eu fui apresentar para os nossos vizinhos, a inveja deles, não pense que o Brasil é muito popular com o nosso vizinho, porque eles não esquecem o que aprenderam na escola, nos livros, de que o Brasil foi tirando a terra dos outros, e na verdade, não é certo, vocês devem saber o Acre, mas não é justo. Então, a gente não é letárgico, Luciano, o que nós não temos, é continuidade, algo que regimes 'democráticos' não tem, porque muda o governo, e também, é importante prestar atenção nas fontes de financiamento, você vai dedicar algum dinheiro, depende o ministro, se ele tiver força política, ele consegue. No caso, por exemplo, do Ciro Gomes, ele tinha isso por causa da conexão dele com o José Dirceu, que era uma, extremamente inteligente, que conhecia muito essa parte da política de desenvolvimento, porque foi de outra geração também. Então, em resumo, não acho justo você falar que a gente é letárgico.

IDESF/Limes (UFG): Quem sabe pouco cooperativo com os vizinhos, a cooperação internacional nossa ainda é muito morosa,

Lia Osório: Isso não faz mal, porque, por exemplo, foi muito interessante. Agora, a Europa está em franca decadência, e quando ela renascer, não será mais a mesma Europa. Mas, quando, nós fizemos esse projeto. E na década de 2000, 2010, imediatamente baixaram aqui os europeus, um pouco da França, um pouco da Inglaterra, interesse que a gente publicasse no exterior, em alguns lugares. E, o que é que eles queriam estabelecer? Que esse interesse pela fronteira que eles já tinham tido, mas tinham abandonado, por motivos históricos deles, inclusive, até alguns justificados, outros não. Eles não queriam que a gente achasse que poderíamos desenvolver isso sem eles. E a gente manda o pessoal estudar no exterior. Então, isso pra eles é dinheiro. Para nós é uma chance de desenvolver. Para eles, é que cada aluno que eles recebem, para fazer bolsa no exterior, eu sei porque eu fui uma bolsista no exterior paga pelo governo brasileiro, eles tem o maior interesse. Agora, com a criação de vários programas de pós-graduação, isso diminuiu muito, é mais fácil você ir para fazer o pós-doutorado do que propriamente o doutorado.

IDESF/Limes (UFG): O grupo Retis, ele foi durante muito tempo, a referência dos estudos de fronteira no Brasil. Ele foi fundamental, e ainda hoje ele tem a sua marca, né? O meu grupo aqui em Goiás se chama Limes, muito inspirado pelo nome Retis. Vem do latim, né? E a gente tem então uma referência até hoje, o grupo e o trabalho do grupo, então queria que você comentasse como está o funcionamento do grupo Retis hoje? E no seu entendimento, quais são os principais grupos de pesquisa que estudam a fronteira do Brasil, atualmente?

Lia Osório: Bom, então, primeiro a parte. O Retis, é que eu dava um curso no Fundão de redes e território. E falando com uma aluna de doutorado, que depois fez concurso e passou e virou colega, Rebecca Steinman e a outra, ex-doutoranda, e que depois passou a ser professora também da Universidade, a Letícia. Quando eu fui em direção à aposentadoria, eu decidi que o Retis, como um centro de pesquisas, um núcleozinho de pesquisa, ele deveria acabar e começar uma nova fase com outro nome, outra direção, outra feição. Por que? Eu me lembro, nós tínhamos um professor chamado Hilgard Sternberg, uma grande figura, um homem que criou muita coisa, na época da Universidade do Brasil, isso no final da década de 30 e início da década de 40.

E isso foi útil, porque se dava um nome a um grupo. Mas, na verdade, não é possível. O Brasil muda, o mundo muda, e as pessoas ficam no mesmo, então, tem que fazer ajustes. Só se fosse uma pesquisa hard research, uma pesquisa pesada. Então, eu achei que, com a minha aposentadoria, o ideal fosse cada um fazer seu caminho. Não havia motivo, nem eu estimulei que se fizesse uma herança. E o Brasil tem muita coisa para fazer, para você congelar um grupo. Tem um grupo excelente na USP, sobre tráfico de drogas. Era excelente. Mas também lá, eles resolveram, porque não dá. Você precisaria virar uma instituição, em si. E isso não é, não é o caso dessa pesquisa. E, principalmente, eu me senti super a vontade de fazer isso, porque se multiplicaram os núcleos de pesquisa sobre fronteira. Hoje, se vocês quiserem fazer um encontro do pessoal investigador de fronteira, vocês vão encontrar muita gente, e de vários estados brasileiros.

IDESF/Limes (UFG): Lia, sabemos que as regiões de fronteira são imensas... várias cidades com diversos perfis. Mas na opinião da senhora, os desafios que essas cidades de fronteira tinham há 30 anos atrás são parecidos, ou são os mesmos da atualidade? Na percepção da Senhora, o que é que mudou. Se mudou alguma coisa, o que esses municípios enfrentam em termos de desafios?

Lia Osório: Não. Eles refletem exatamente o que você já sabe e nós todos de orelhada que é totalmente diversificada a situação nas cidades de fronteiras como a geografia mostra, né? Não há nenhum padrão. Mesmo a fronteira, por exemplo, entre Colômbia e Venezuela, em que você tem dois núcleos muito interessantes que membros do Retis, no passado, fizeram uma ótima pesquisa. Cada lugar tem elementos em comum, no caso da fronteira, o contrabando. Todos têm. Distância do centro no caso do Brasil, todos tem praticamente, embora o sul, mas principalmente por causa da rede viária. Foz do Iguaçu cresceu em função de São Paulo, do apoio do governo federal, das relações com o Paraguai e das redes internacionais ilegais e algumas legais. Por exemplo, a rede que se estabeleceu desde a década de 60 entre o Paraguai e a China - não era a China de hoje, era uma China em desenvolvimento. Por motivos de uma história própria, se interessaram em fazer o Paraguai como um ponto de venda para o Cone Sul, e em princípio, seria para a América do Sul, mas não foi, foi mais para o Cone Sul. Leste do Paraguai e Oeste do Paraná foi importante por causa de São Paulo, basicamente. Foz do Iguaçu não seria o que é sem São Paulo. O próprio estado do Paraná. Eu fui convidada pela câmara lá em Brasília para falar para um grupo muito pequeno - porque quase ninguém estava interessado, mas tinha um grupo lá que estava - e estado do Paraná, quando houve a crise da economia da América Latina e do Brasil na década de 80, final da década de 70, estava acabando os regimes militares, nenhum um dinheiro praticamente, uma crise generalizada. Nós conseguimos segurar do ponto de vista político, mas houve uma crise econômica muito grande que inclusive incluiu o México e outros países também, chamava crise da dívida.

IDESF/Limes (UFG): E os desafios dos municípios de fronteira de hoje são parecidos com os de 30 anos atrás, por exemplo, em termos de investimentos em infraestrutura, comunicações, na área de energia, segurança, etc.

Lia Osório: Há muito dinheiro, interno e externo para fazer conexão com Pacífico. Esse é o ponto de hoje. Desde a Amazônia, Acre, Peru, até Foz do Iguaçu, o fato é esse. Houve um período em que essas cidades de fronteira cresceram. Agora é diferente. Por quê? Porque elas não precisam mais ser só de fronteira. Foz agora está enfrentando um contexto geográfico, político e econômico distinto dos últimos anos porque como ela tem relações com o exterior antigas e fortes, tem altos e baixos, mas permanece. Como isso vai se desenvolver, vai depender de outros, que não só a dinâmica da própria cidade. Talvez lá em Mato Grosso. Eu imagino que com o término da estrada do porto lá do Peru, não se faça mais pelo Atlântico, até porque o futuro, o Atlântico enfrenta guerras e tensões dos países interessados no Atlântico, já levando o Brasil a pensar cada vez mais na saída pelo pacífico.

O fato é que tudo está mudando, tudo é possível agora. Vai ser diferente. Os meios de comunicação estão mudando, a geopolítica está mudando. Como é que apareceu isso? Eu estou desconfiada na teoria da conspiração que tem um dedinho de São Paulo nisso. Porque São Paulo é o nosso motor, né? Ainda é. Eles têm interesses espalhados em todo lugar. E nós falamos pelo interesse da China, mas na verdade é todo o Sudeste da Ásia. E agora outros países do continente asiático. O mundo está ficando mais conflituoso, mas muito mais 'interessante' do ponto de vista comercial. O Canal do Panamá teve importante conexão com Foz do Iguaçu porque era de onde entravam as coisas, não somente pelo aeroporto do Paraguai. Imagino que o aeroporto internacional ficava do lado do Paraguai, né? Imagino que hoje já tenha um aeroporto internacional em Foz.

IDESF/Limes (UFG): Essas mercadorias que vem para o Paraguai, muitas delas desembarcam pelo Paraguai mesmo. Mas tem conexão Paranaguá, Santos, muitas mercadorias vem de navio. O Paraguai tem um entreposto tanto em Paranaguá quanto em Santos.

Lia Osório: Você acha ruim? Me parece que você não fez uma cara muito boa.

IDESF/Limes (UFG): Não, não. Tem que ter saída para o mar. É

Lia Osório: Agora vocês também estão tendo relações com o Pacífico já, eu imagino.

IDESF/Limes (UFG): É, tem o porto de Iquique. O Paraguai recebe muitas coisas pelo porto de Iquique e Antofagasta. Também usando os portos de Buenos Aires e Montevideu e usando hidrovias para escoamento da soja, do grão paraguaio. Hoje quem sabe o Paraguai seja aqui da América do Sul o país com o maior número de barcas que operam no Rio Paraguai

Lia Osório: Vocês vivem uma época em um lugar fantástico, mas vocês têm que prestar atenção no Pacífico e à geopolítica internacional, vocês tem que saber isso, porque às vezes quem mora, lá, não tem ideia dos fluxos maiores que estão influenciando a dinâmica local. Vocês são obrigados a fazer esse exercício.

IDESF/Limes (UFG): É verdade. Grande dinâmica, essas evoluções.

Lia Osório: Fora as relações regionais. Vocês têm relações locais, regionais e internacionais. Foz do Iguaçu é um caso didático, até, sobre a complexidade das redes. Um núcleo de fronteira que deu certo. Mas não foi por causa do Paraná. Eu comecei a falar para vocês, que durante a década de 1980, que teve a crise, o Estado do Paraná foi único que teve o PIB que cresceu. Por quê? Porque o estado do Paraná durante a época da crise, se dedicou a introduzir o dinheiro do contrabando na economia paranaense. Veja bem. Isso não é só do Brasil, não é só do Paraná, então ninguém precisa ficar arrepiado por causa disso.

IDESF/Limes (UFG): Colocou até um entreposto do Banestado em Ciudad del Este.

Lia Osório: Exato. Eu acho isso extremamente importante e de certa forma positivo. [risos] Porque com uma andorinha não se faz verão. Você às vezes tem que mudar o sócio para sobreviver.

IDESF/Limes (UFG): O Professor Ricardo Nogueira, lá de Manaus, pediu para eu fazer esta pergunta. Ele queria saber de você, na sua opinião, qual seria a medida do Estado Brasileiro mais conveniente para diminuir a tensão da sociedade naquela região do Arco Norte, em que a sociedade têm convivido com a crise da Venezuela, o tráfico de drogas, a presença do PCC, do Comando Vermelho.

Lia Osório: Mudou o gerenciamento, né? O tráfico sempre esteve aí, há décadas nessas áreas. Só que agora se sofisticou porque se relacionou com o externo, em relação ao tráfico, que é internacional. A única coisa que eu acho que o Amazonas está, a meu ver, não desperto, é que eles não estão vendo o Amazonas nesse contexto Atlântico-Pacífico e mudanças de circulação na América do Sul. Então isso é importante, a Venezuela, por exemplo, que você falou, que é muito importante para Roraima, mas o que mudou em si não foi o mecanismo, foram as relações. As relações dentro de outro grupo de relações, são sistemas, um dentro do outro, o que torna complexo o sistema. O Amazonas, como ele é muito grande e um estado pouco povoado, eu acho que ele não está acostumado a ver o Amazonas em relação à América do Sul. Um pouco sim, em relação à Amazônia Sul-americana, mas não à América do Sul, à América Central. O Amazonas, do final do século 18, o pessoal que morava em Belém do Pará, na Amazônia, eu estou falando agora, não o estado do Amazonas, eles diziam 'o futuro é a relação com o Caribe'. Agora, o Amazonas, ele é um estado imenso, mas ele tem que olhar o contexto da América do Sul, da América Central - o contexto da América Central vai mudar também, está mudando aliás. Não sei se vocês acompanharam a briga entre China e Estados Unidos com o governo panamenho, principalmente EUA com o governo panamenho, por causa da questão do Canal do Panamá, o que é ridículo, tudo isso meio teatro, porque estão construindo outra no México, que vai praticamente substituir em movimento comercial o Canal do Panamá. Então é um exemplo de como hoje as condições são muito maiores de você fazer grandes obras, que mexem com o território todo, às vezes, territórios distantes, e isso, para o geógrafo, embora fundamental, é difícil de estudar. Mas existe muita estatística que nós não exploramos. Eu lembro uma época que encontrei estatística para saber de portos livres.

IDESF/Limes (UFG): Uma pergunta sobre terminologia. Você falou sobre o termo cidades gêmeas, mas a Lei brasileira também utiliza localidades fronteiriças vinculadas. E alguns acordos e as listas, às vezes, não incluem as cidades consideradas gêmeas, incluem outras. Por exemplo, na fronteira do Brasil com a Argentina o acordo coloca Capanema, como localidade fronteiriça vinculada, e a portaria do Ministério da Integração não considera Capanema.

Você acha que os Ministérios não dialogam e não utilizam as terminologias? Eu me lembro que o Exército divide a faixa de fronteira em quatro áreas, são quatro Comandos militares, e a proposta do PDFF divide em três: Arco Sul, Central e Norte. O Exército ainda conta com o Arco Amazônico, além desses três.

Lia Osório: Que se sobrepõe. O Arco Amazônico se sobrepõe ao Arco Norte e uma parte do centro-oeste, porque de fato entre Acre e Rondônia, estão nas duas, né? Mas a gente teve que tomar uma decisão. A divisão em regiões é um instrumento de entendimento. Ele não está escrito em pedra para sempre, não. Você pode mudar, não é? Agora, o termo cidade gêmea o que aconteceu foi o seguinte. Eu dei esse nome porque onde eu estudei, um local próximo de uma cidade dos Estados Unidos, de Minneapolis e St. Paul. E lá eles chamam de Twin cities. Foi por isso que eu tive a ideia. Porque às vezes a gente coloca um nome. Não é *stricto sensu*, científico. É mais para você atrair a atenção das pessoas, esse nome, cidade gêmea é fácil de falar, de passar para as pessoas. É óbvio que elas não são gêmeas, elas têm várias condições geográficas, algumas mais próximas, outras mais distantes. Então foi o nome que eu dei e batizei. Mas na época, veja, isso era algo sobre essa evolução de estudos sobre a fronteira, ninguém dava bola. Então, elas têm essas características distintas, mas têm um contato forte entre elas. Essa era a ideia inicial da cidade gêmea, e era para ser transfronteiriça - não que não possa ter cidade gêmea entre estados brasileiros. Até pode e tem, mas ninguém usa esse nome. O IBGE adotou a cidade gêmea No momento que ele fez isso, e as pessoas começaram a reconhecer seus municípios, foi muito na questão da esperança de obter algum dinheiro, recurso federal, e por essa via conceitual, digamos assim, você conseguia de forma mais facilitada, fazendo essa caracterização. Do ponto de vista geográfico e político, só na política econômica, mas é uma cidade gêmea por causa da intensidade de relações. Mas isso não tem a menor importância do ponto de vista histórico, do ponto de vista atual - dinheiro -, toda vez que você vê briga entre lugares por nomes, por isso tudo, tem a ver com dinheiro. Não é nada geográfico ou político.

IDESF/Limes (UFG): É interessante que hoje a denominação cidade gêmea, faz parte de legislações. Um exemplo são as lojas francas que podem ser implantadas em cidades gêmeas.

Lia Osório: De fato, é uma denominação que passou a ser importante. E eu diria mais, por causa disso que é algo novo, discutível, mas novo, outros países, na fronteira do Canadá com os Estados Unidos, a gente até vê algo similar.

IDESF/Limes (UFG): A professora é mãe das cidades gêmeas, que maravilha.

Lia Osório: Agora, o importante é que vocês vão ter que sobreviver às mudanças geopolíticas no mundo para vermos as nossas possibilidades no futuro de crescimento, de desenvolvimento, tanto do ponto de vista econômico, estratégico e social. Enfim, e também ficamos de falar sobre a Política Nacional de Fronteira, né? Não tem nada de novo na PNF, na verdade é requentar, ampliar algumas coisas, digamos assim, em homenagem ao governo Lula, inseriram mais questões sociais. Mas o que não mudou foi a aceitação do Estado local em relação às fronteiras. Porque o Paraná, como comentei antes, durante a crise ele permaneceu com as relações ilegais e informais em que Foz do Iguaçu foi um ponto. E com isso ele se sustentou durante a crise. Quando a crise acabou, normalizou mas já ampliado isso. A dinâmica das relações muda tudo.

IDESF/Limes (UFG): Nós, pesquisadores, estamos nessa mobilidade e compromisso de estudar as fronteiras, por isso te agradecemos mais uma vez por esse espaço de conversa.

Lia Osório: Somos todos brasileiros, menino. Temos que colaborar.

GABINETES DE GESTÃO INTEGRADA DE FRONTEIRAS (GGIF): INTEGRAÇÃO E GOVERNANÇA NA FAIXA DE FRONTEIRA

Antônio César Bochenek¹⁶

Eloiza Dal Pozzo¹⁷

Luciano Stremel Barros¹⁸

RESUMO

O artigo objetiva conhecer, analisar e avaliar os Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIF), como estratégia de governança e integração no desenvolvimento de políticas públicas de segurança. Por meio de entrevistas semiestruturadas com os representantes dos GGIFs foram estudados quatro eixos: histórico dos GGIFs nos Estados da federação, o funcionamento, as ações de cooperação/integração e as sugestões de melhorias. Entre os resultados colhidos na pesquisa empírica foi verificado que a integração dos órgãos, por meio dos GGIFs, em sua maioria, ocorre sob demanda, ou seja, ainda não houve o desenvolvimento suficiente dos órgãos para criar uma dinâmica própria de atividades. Entretanto, a partir da análise das percepções dos entrevistados e da pesquisa foram apontadas várias pistas e diretrizes de contribuições e também sugestões para que os GGIFs, gradativamente, sejam instrumento de integração e cooperação estratégica para o desenvolvimento das fronteiras do país.

Palavras-chave: Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras. Cooperação institucional. Governança regional.

INTRODUÇÃO

As regiões de fronteira apresentam peculiaridades marcantes que merecem destaque e atenção especial da sociedade brasileira e dos representantes de governo. Em termos de área geográfica, são extensas, e isto dificulta ainda mais o cuidado, principalmente aos habitantes destas regiões.

¹⁶ Doutor pela Universidade de Coimbra. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Juiz Federal. Professor do Programa do Mestrado Profissional em Direito da Enfam. Professor da UEPG.

¹⁷ Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Jornalista. Pós-doutora em Políticas Públicas e Desenvolvimento (UNILA).

¹⁸ Doutor em Relações Internacionais (UAL). Presidente do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF).

Entre as ações possíveis de serem implementadas, sem o dispêndio de recursos elevados, está a melhoria da governança, organização e articulação dos mais diversos recursos e forças já existentes.

No universo de práticas e experiências brasileiras, despontam os Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras, como uma ferramenta que integra os objetivos acima descritos. O estudo e a pesquisa empírica, por meio de entrevistas semiestruturadas aos representantes destes órgãos, com a posterior análise e a apresentação de proposições transformadoras, consistem e integram o objeto do presente texto. O objetivo da pesquisa é identificar como está o funcionamento dos GGIFs, suas potencialidades e limites, bem como propor medidas e ações que contribuam para o desenvolvimento e integração das regiões de fronteiras.

A pretensão não é esgotar o tema, mas lançar novas pistas para ações concretas de efetivação de políticas públicas de segurança que sejam revertidas para estas regiões, demonstrar as possibilidades de desenvolvimento socioeconômico por meio da cooperação interinstitucional e de uma governança bem estabelecida e suscitar novos estudos para avançar ainda mais nesta relevante temática.

O GGIF: ARCABOUÇO LEGAL E HISTÓRICO

A criação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) objetivou a construção de um sistema de segurança pública por meio de um papel alargado de coparticipação. A Lei que institui o SUSP (Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018), destaca que "A segurança pública é dever do Estado e responsabilidade de todos".

No processo de institucionalização do SUSP instituíram-se os Gabinetes de Gestão Integrada. Consoante a publicação do Fórum Nacional de Segurança Pública (2013), foram criados no bojo do II Plano Nacional de Segurança Pública - PNSP (2003-2006), com proposta de reunião mensal das instâncias ligadas à segurança pública para a discussão dos principais problemas de ordem pública dos municípios, bem como para o delineamento de ações de prevenção e repressão ao crime e monitoramento e avaliação dos resultados alcançados com as ações desenvolvidas.

[...] este arranjo organizacional seria uma das engenharias institucionais que viabilizaria a maior articulação entre as distintas instituições do sistema de segurança pública e justiça criminal que atuam em âmbito municipal. Logo, o GGI viabilizaria a reunião mensal das seguintes instituições: Guarda Municipal e Conselho Comunitário de Segurança Pública (quando esses existirem), polícias (Militar e Civil); Defensoria Pública; Ministério Público; Judiciário; Sistema Prisional e Sistema destinado à execução de Medidas Socioeducativas. (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2013, p. 4)

A publicação também traz dados de instituição dos GGIs: "Entre os anos de 2008 e 2010, 104 Gabinetes de Gestão Integrada Municipal foram instituídos a partir desta linha de financiamento, sendo 53 em 2008, 23 em 2009 e 28 em 2010". Além disso, ainda com vias de contextualizar a criação dos GGIs, "[...] em 2008 a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) instituiu uma linha de financiamento específica para que os estados e os municípios pudessem viabilizar a criação de instâncias de gestão dessa natureza no âmbito local".

No cenário brasileiro, há diferentes perfis de Gabinetes de Gestão Integrada: Estadual, Municipal, Intermunicipal e de Fronteira. O Decreto nº 7.496/11 instituiu o Plano Estratégico de Fronteiras, posteriormente revogado pelo Decreto nº 8.903, de 2016, no artigo 5º, indicava a criação do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGI-Fron) para a articulação e integração das ações da União, estados e municípios com o objetivo de fortalecer a prevenção, o controle, a fiscalização e a repressão dos delitos transfronteiriços e dos delitos praticados na faixa de fronteira (Lei 6.634/79). Além disso, segundo o artigo 8º do Decreto nº 11.273, de 5 de dezembro de 2022:

Os Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras terão como objetivo a proposição de ações conjuntas com vistas à integração e à articulação das ações de competência da União, previstas no art. 1º, com as ações de Estados e Municípios.

Ainda com relação ao histórico de criação e instituição dos GGIFs, segundo a publicação Cartilha GGI (2016), em 2011, a Estratégia Nacional de Fronteiras possibilitou a articulação para o funcionamento dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira.

Em sua composição, os GGIFs reúnem órgãos relacionados à segurança transfronteiriça e funcionam por meio de gabinetes próprios ou como câmaras técnicas dos GGI estaduais e prezam pelo diálogo, integração e cooperação entre os participantes. De acordo com a Cartilha GGI (2016, p.29), cada GGIF tem um regimento interno, "que deverá estar em consonância com as leis e normas vigentes e as diretrizes nacionais da SENASP/MJ, em especial à portaria nº 001/2014". O documento cita ainda que uma das ações de constituição do GGI deve ser a elaboração de um Plano de Ação para o Gabinete.

Neste passo, ainda que lento e gradual, observou-se o avanço de medidas de organização dos Gabinetes de Gestão Integrada. A análise destas iniciativas ou da ausência delas é objeto do estudo da presente pesquisa.

INTERAÇÃO, INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO

Na busca por referenciais teóricos que contribuam com a maturidade dos debates sobre os processos de interação, integração e cooperação, principalmente no âmbito dos GGIFs, objeto deste estudo, cita-se Moravcsik (1998, p.18), ao referir-se às perspectivas de integração na Europa. O autor não aborda "novidades" etimológicas, mas coloca a questão fundamental que norteia a governança nas fronteiras: Como atuar sozinhos se os terrenos e problemas são compartilhados? Ademais, como transpor as linhas imaginárias das soberanias estatais, por meio da integração efetiva e necessária. As comunicações, a circulação do dinheiro, o crime organizado, assim como tantas outras experiências, revelam que as linhas fronteiriças perderam a função de isolamento, paulatinamente captadas pela fundamental integração e cooperação.

Assim, o conceito de integração - seja ela nacional ou internacional - presente neste artigo, refere-se à capacidade de os atores que fazem parte dos GGIFs atuarem de forma cooperativa e interdependente, ao compartilharem dados, informações, infraestruturas, equipamentos, entre outras e, a partir de seus contributos operativos, promover uma governança compartilhada de diversos temas relevantes para todas as instituições.

Na mesma linha, Bochenek, *et. al.* (2018) defendem que no ambiente institucional, a cooperação traz mecanismos para equalizar diferenças, viabilizar ações e, assim, organizar e agilizar os processos e os procedimentos. Entre as organizações que participam dos GGIFs, pode-se citar as forças policiais federais e estaduais, guardas municipais, batalhões de fronteira, Ministério Público Estadual e Federal, Corpo de Bombeiros, Forças Armadas, Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Receita Federal, Justiça Federal e Estadual, Procuradorias, e outros atores, a depender do estado - em Unidades da Federação que realizam operações ambientais, por exemplo, há a participação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e outros.

Lindberg (1970, p. 649), cita que a Teoria Neofuncionalista reconhece a importância da dimensão política no processo de integração e afirma que o caminho para a integração política deve ser apoiado pela cooperação institucional. Com isso, o estabelecimento de instituições formais desempenha um papel vital na sustentação e garantia de acordos. Aplicável a este exemplo, os GGIFs tornam-se um ambiente institucional e democrático favorável para promover todos os atributos necessários à proposição e à articulação de políticas públicas e de investimentos para as fronteiras, necessárias para as transformações de todas as áreas.

Sobre os instrumentos institucionais de governança e cooperação em segurança pública, Naves e Magalhães (2016, p. 66) colocam em debate convênios, contratos e termos de cooperação e fazem uma crítica de que o artigo 144 da Constituição Federal deixou com os Estados as atribuições de segurança pública e é necessária a inserção dos municípios na formulação de políticas públicas nesta área.

A literatura coloca as ações locais como decisivas para a questão da segurança, e os municípios passaram a se engajar, criando secretarias de segurança urbana, guardas municipais, planos de segurança e criação de conselhos comunitários de segurança (...). Os estados quase sempre estão voltados para o pagamento de pessoal, especialmente em decorrência da manutenção das polícias civis e militares.

No artigo, os autores também abordam que os convênios eram a principal ferramenta de cooperação intergovernamental na área da segurança pública, citam a complexidade e os requisitos necessários ao estabelecimento de convênios, "(...) uma vez que os recursos do FNSP podem ser repassados aos estados e municípios apenas mediante o estabelecimento de convênios com o Governo Federal". Entretanto, também discutem que, mesmo em um ambiente institucional complexo, a partir dos convênios o Governo Federal pode direcionar esforços conjuntos, eleger prioridades de investimentos e "(...) realizar o planejamento estratégico de ações, o que se concretiza por meio da exigência de contrapartidas pelos estados e municípios que efetivam a cooperação desejada".

Por outro lado, Figueiredo e Mattos (2023), no texto "Avanços nos arranjos institucionais do Sistema Único de Segurança Pública" (2023), abordam a tentativa de integração por meio da implementação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)¹⁹.

A tríade conselho-plano-fundo foi trazida para a lógica da segurança pública como uma alternativa à disfuncionalidade de articulação e integração entre as ações de segurança pública nos diferentes níveis de governo. Como sabemos, tirar o SUSP do papel não se resume a emular outros sistemas. Há especificidades em suas modelagens e limitações constitucionais que caracterizam e condicionam essas áreas.

Os mesmos autores destacam que, "(...) os resquícios da lógica de convênio foram retirados" e a partir de portarias publicadas em março de 2023, recursos do FNSP serão repassados aos estados via gestão por resultados.

Os três atos, resumidamente, tratam a) da divulgação dos valores que cada Estado e o Distrito Federal receberão dos 1,009 bilhão disponíveis neste ano de 2023 para a transferência obrigatória na modalidade FAF; b) dos procedimentos, requisitos e prazos que devem ser seguidos para se ter acesso a esses recursos; e c) das áreas temáticas, ações e itens que podem ser financiados com esse dinheiro.

¹⁹ O SUSP foi instituído pela Lei nº 13.675/2018 e tem como objetivo integrar os órgãos de segurança e inteligência e padronizar informações, estatísticas e procedimentos, dentre outros.

A portaria MJSP nº 439, de 4 de agosto de 2023, trata das áreas temáticas e itens financiáveis por meio dos recursos. Dentre eles, a redução de mortes violentas intencionais, o enfrentamento da violência contra a mulher e a melhoria da qualidade de vida dos profissionais da segurança pública. Outro aspecto interessante para o debate aqui proposto é o Artigo 4º, item II, ou seja, como as ações devem ser estruturadas, conforme segue: "II - mecanismos de governança e acompanhamento do resultado das ações".

Com isso, a partir dos resultados deste estudo e em vias de debate e encaminhamentos sobre o tema, é relevante fazer a reflexão sobre as possibilidades de os GGIFs serem um braço para atendimento ao SUSP. As demandas também são propostas pelo grupo de governança, em movimento indutivo de investimentos, para as necessidades de segurança pública das áreas de fronteira, com o enfoque voltado para a cooperação e a integração.

Bochenek (2017, p. 127), ao abordar o tema da criminalidade transnacional, cita que os meios tradicionais de combate são insuficientes. "O Poder Judiciário é limitado pelas fronteiras, devendo recorrer aos instrumentos de cooperação e colaboração em suas formas tradicionais". Esta e outras instituições voltadas à segurança pública necessitam de artimanhas de cooperação para preencher as lacunas ligadas à legislação e/ou processos burocráticos de atuação. Sem elas, as forças públicas de segurança estarão atrasadas em relação ao combate e enfrentamento das organizações criminosas.

O estudo "Operações de Segurança nas áreas de fronteira", realizado pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF, 2016), destaca a integração dos Ministérios e demais órgãos, em ações contínuas e cooperadas como uma ação assertiva para a otimização dos recursos e a excelência dos resultados. Ainda destaca Fabiana Irala (2020, p. 412-413) que na região de tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai desde o ano de 1996, funciona o Comando Tripartite de cooperação policial internacional, nas mesmas linhas aqui estudadas para os gabinetes de gestão integradas de fronteiras. Aponta a autora as vantagens e conquistas das ações do Comando Tripartite em termos de integração e cooperação com resultados efetivos a toda sociedade.

Conforme será visto no próximo capítulo, em relação à atuação dos GGIFs, estes têm-se pautado pela cooperação/integração passiva. Os resultados das entrevistas revelam que o planejamento conjunto relacionado à segurança pública nas áreas de fronteira ainda é incipiente e com alta potencialidade de ações e principalmente para a obtenção de resultados positivos. O comportamento mais típico, ao tratar-se da interação entre os entes de segurança, é o reativo, sob demanda, especialmente nas operações citadas, como Hórus, Paz, Ágata e Programa VIGIA. A governança incentivada, com ações ativas, será a propulsora de novos horizontes para a região de fronteira.

ANÁLISE DA PESQUISA QUALITATIVA REALIZADA COM REPRESENTANTES DOS GGIFs

Além da pesquisa documental e bibliográfica apresentada no presente artigo, no ano de 2023, com o objetivo de conhecer a situação dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras, foi realizada pesquisa qualitativa por meio de entrevistas semi-estruturadas com representantes dos GGIFs de cada estado, cuja amostra foi indicada pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI) - órgão do governo federal que, dentre as funções, assessora a Presidência da República em questões militares e de segurança.

O roteiro da entrevista foi elaborado com o objetivo de analisar a situação atual dos GGIFs a partir de quatro pontos principais: o histórico do GGIF, a rotina de funcionamento, as ações de cooperação/integração com outros órgãos e, para promover possíveis encaminhamentos em relação à temática, a pergunta sobre o que poderia ser aprimorado em relação aos GGIFs. As entrevistas foram realizadas de forma virtual nos meses de setembro e outubro de 2023.

A análise das entrevistas foi realizada por meio do método de análise de conteúdo, que, segundo Chizzotti (2006), tem o objetivo de compreender criticamente o sentido das comunicações e as significações explícitas ou aquelas nas entrelinhas. Dentre as técnicas de análise de conteúdo, foi utilizada a análise categorial, em que na análise das respostas dos entrevistados as informações de destaque são agrupadas em categorias.

Bardin (1977) esclarece que a interpretação proposta pelo método de análise de conteúdo consiste em descobrir por detrás do discurso aparente, geralmente simbólico e polissêmico, um sentido não explícito. E isso exige grande esforço de interpretação do analista. Gomes (2007, p. 79) destaca que a interpretação na pesquisa qualitativa tem como finalidade explorar o conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que está sendo investigado.

Esse estudo do material não precisa abranger a totalidade das falas e expressões dos interlocutores porque, em geral, a dimensão sociocultural das opiniões e representações de um grupo que tem as mesmas características costuma ter muitos pontos em comum ao mesmo tempo que apresentam singularidades próprias.

Segundo documentos enviados pelo GSI, há 11 GGIFs no Brasil. Os pesquisadores fizeram contato com representantes de todos os gabinetes. Entretanto, após seguidas tentativas, foi possível entrevistar representantes de nove estados fronteiriços: Rondônia, Santa Catarina, Acre, Pará, Paraná, Mato Grosso do Sul, Amapá, Mato Grosso e Roraima. Não participaram da entrevista os representantes do Rio Grande do Sul e do Amazonas.

Abaixo serão apresentadas as questões, as categorias identificadas e as respostas representativas dos entrevistados. O número após a categorização representa a quantidade de respostas - e não de entrevistados - já que a mesma pessoa pode indicar diversas informações. Para apresentar exemplos relacionados a cada categoria identificada, foram selecionadas respostas representativas dos entrevistados e estes foram nominados com códigos "E", de "entrevistado" seguido do número correspondente à ordem de realização das entrevistas e decupagens, que são arquivos internos dos pesquisadores.

A primeira pergunta realizada foi em relação ao funcionamento do GGIF e seu histórico. Consoante os representantes dos oito GGIFs participantes da pesquisa, quatro estão ativos, um funciona parcialmente, com baixa demanda de reuniões/ações, e três estão desativados.

1. O GGIF está ativo?

Categorização (n)	Respostas representativas (entrevistados)
Ativo (5)	“Está ativo desde o seu marco legal, que se deu pelo Plano Estratégico de Fronteiras, em 2011”. (E4)
Funciona parcialmente (1)	“GGIF está mais parado. Última reunião foi em 2022”. (E1)
Desativado (3)	“Ainda não foi efetivado o GGIF, apesar de já termos conseguido a assinatura do governador em 2021”. (E6)

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Por meio da pergunta relacionada à periodicidade das reuniões, dos GGIFs ativos, quatro deles reúnem seus participantes pelo menos a cada dois meses e ainda em situações de crise. Dois entrevistados também comentaram que há reuniões entre os órgãos participantes do GGIF quando há demanda relacionada a operações conjuntas. Um dos representantes entrevistados disse que o grupo se encontra apenas em situações de crise e que não há regularidade nas reuniões. As respostas desta questão já mostram indícios de oportunidades desperdiçadas em termos de articulação e de proposição de ações para as fronteiras.

2. São realizadas reuniões? Qual a periodicidade?

Categorização (n)	Respostas representativas (entrevistados)
Sim (4)	“A cada dois meses e também em situações de crise”. (E4)
Sob demanda (2)	“Somente em situações específicas, de crise”. (E3)
Não (3)	

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A questão três teve como objetivo conhecer as percepções dos entrevistados sobre cooperação e integração. Todos eles citaram operações demandadas pelo entre federal e que, historicamente, são exitosas do ponto de vista de resultados: Operação Hórus, Programa VIGIA, Operação Paz e Ágata. Importante refletir sobre os legados de tais operações além da repressão aos ilícitos e resultados operacionais: sobre a aproximação institucional promovida e trocas de experiência. A partir destas respostas também é válido refletir sobre o grau ou nível de integração entre os atores, e, a partir das respostas, mais uma vez percebe-se que ocorre sob demanda.

3. Você identifica ações de cooperação/integração no seu estado?	
Categorização (n)	Respostas representativas (entrevistados)
Operação Hórus (4)	"A Hórus não é originária do GGIF, mas está no contexto do GGIF. Hoje, há a integração das forças estaduais na Hórus". (E1)
Programa VIGIA (1)	"O que ocorre na região é mais vinculado ao Programa VIGIA. Brasília faz o contato com o ponto focal, e depois oficializa para a capital. Mas muitas vezes fica represado porque não se sabe para onde encaminhar. Por isso o GGI seria interessante". (E2)
Operação Paz (1)	Não temos trabalhado muito de forma integrada. Temos trabalhado nessa integração por meio da Operação Hórus e a Paz". (E6)
Operação Ágata (1)	"A Operação Ágata. Operação integrada, coordenada pelas Forças Armadas mas que também utiliza forças policiais estaduais e federais, além do Ibama". (E1)
Conselho Estadual de Segurança Pública (1)	"O Conesp funciona. Nos reunimos de 3 em 3 meses. Fazem parte o MP, pessoal do estado, município, quase todos os do GGIF". (E6)

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A última pergunta apresentada da pesquisa teve como objetivo acolher sugestões e/ou encaminhamentos dos entrevistados sobre como os mecanismos de cooperação/integração poderiam ser aprimorados, já que estes participam diretamente nos GGIFs e também das operações conjuntas. Responderam a pergunta todos os entrevistados, mesmo aqueles em cujo estado não há GGIF constituído ou que não está ativo. Alguns entrevistados deram mais do que uma sugestão de melhoria. As categorias e respostas representativas estão descritas abaixo.

4. Em termos de cooperação/integração, o que poderia ser aprimorado?		
Categorização (n)		Respostas representativas (entrevistados)
Investimento em capacitações integradas (1)	em	"O MJ capacita policiais civis e militares, bombeiros, policiais federais, PRFs, com curso de Unidade especializada de fronteira. Mas, precisamos de mais capacitações integradas". (E1)
Aprimoramento de legislações (3)	de	"A integração hoje é muito pessoal. Um policial que é amigo do outro, trocam informações e obtêm resultados positivos. Precisa haver mais legislação para o funcionamento do GGIF". (E1)
Criação de um "Centro de GGIF" em Brasília (1)		"Deveria ser criado um Centro de GGIF, em Brasília, que possa ter representantes que conhecem as fronteiras, que atuam em terreno". (E3)
Os estados terem uma coordenadoria de operações integradas e os GGIF livres para operar nos polos de fronteira (1)	de	"Aprimoramento por meio de uma coordenadoria de operações integradas e de cooperação interagências que desafogasse o GGIF, para que pudéssemos operar com mais frequência nas fronteiras. De uns tempos pra cá, mesmo elaborando o cronograma, nem sempre a gente conseguia atender por conta de demandas do governo federal, para os estados participarem a nível nacional. Nessa nova estrutura que a nossa secretaria está se reorganizando criou-se essa coordenadoria de operações integradas, deixando a secretaria executiva do GGIF livre para operar nos polos de fronteira com mais liberdade". (E4)
Maior		"Não temos muita integração a nível federal. Mais em

4. Em termos de cooperação/integração, o que poderia ser aprimorado?

Categorização (n)	Respostas representativas (entrevistados)
integração/participação dos órgãos federais	ações pontuais. Os representantes do estado se entendem bem". (E5)
Destinação de recursos (1)	"Uma das sugestões é melhorar a distribuição de recursos do Fundo de Segurança Pública para que uma parte específica seja aplicada na fronteira. Hoje o recurso vem para o estado e a gente prioriza onde tem uma população mais concentrada. A fronteira ela sempre vai ser deixada de lado, porque aqui a gente não tem tanto problema de fronteira como acontece por exemplo no MT, MS, muita gente atravessando de lá para o Brasil". (E6)
Ajustar normativos relativos a GGIF (1)	"O governo federal tem que colocar na norma deles que esses entes federais têm que dar apoio e participar. Aqui a gente colocou a indicação de entes do governo federal, como da RF por exemplo. Você coloca os entes estaduais na coordenação, mas não há obrigatoriedade dos governos federais participarem. A gente colocou, mas a gente não pode obrigar entes federais a participarem. O Exército trabalha com inteligência, a ABIN trabalha com inteligência, o ICMBIO e o IBAMA têm informações. Acaba não criando a governança institucional. Assim, fica dependendo da governança "pessoal", da amizade entre os atores e não uma governança institucional. Também vai depender da boa vontade do secretário". (E6)

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Sobre a categoria de "Aprimoramento de legislações", observa-se que, em geral, os arranjos informais - como visto pela resposta representativa do Entrevistado 1: "A integração hoje é muito pessoal. Um policial que é amigo do outro, trocam informações (...)" -, são gerados quando o espaço institucional apropriado não está disponível, mas os atores envolvidos viabilizam tais arranjos.

Em relação à categoria "Destinação de recursos", uma das questões que se coloca em debate é a própria aplicação do Fundo Nacional de Segurança Pública,

que, segundo relato do entrevistado, é aplicado nas áreas mais populosas. Isto gera, no mínimo, dois problemas: um é o desestímulo às proposições, por parte dos entes de segurança pública, em movimento ativo, específico para as áreas de fronteira. O outro é a equivocada divisão de recursos para áreas populosas, sem pensar no contexto geral do estado em questão/país.

Por fim, uma das respostas representativas cita a necessidade de criação de um centro de GGIF em Brasília para que haja encaminhamentos e estratégias de atuação e fortalecimento dos processos de cooperação e integração entre os entes que compõem os Gabinetes. Dado o cenário de que as fronteiras são ambientes complexos, cuja rotina contempla diversidades culturais, geográficas, geopolíticas e econômicas, ações articuladas são importantes para atuar nestas complexidades e tais trabalhos poderiam ser realizados ou por meio deste centro ou via próprio GSI.

CONCLUSÃO

A análise dos dados e informações coletadas na pesquisa revela que as ações integradas de fronteira avançam, mas em passos lentos. As iniciativas, ainda isoladas, necessitam de integração, bem como da cooperação entre os agentes envolvidos, no sentido de produzir sinergias, evitar retrabalho e desperdícios, e principalmente para organizar a gestão e a interação com o objetivo de apresentar resultados significativos dos serviços prestados para toda a população, especialmente a fronteiriça.

Sob o ponto de vista teórico, a integração é uma inovação institucional que vai viabilizar a melhor governança. Entretanto, é fundamental a constante articulação e organização dos atores que a compõem, juntamente com as institucionalidades representativas. Também é interessante refletir como estaria a segurança pública se não houvesse cooperação/integração entre as organizações, haja vista a otimização de resultados, o aprendizado mútuo e o aprimoramento das instituições.

A partir do estudo e das entrevistas realizadas, percebe-se que a integração e a cooperação por meio dos GGIFs não se desenvolveu o suficiente para criar uma dinâmica própria e ações contínuas. Em geral, observa-se a dependência do representante de um dos órgãos envolvidos para promover a aproximação/interação

entre os entes e a fluidez tem sido pontual, especialmente para os momentos de crise ou dificuldade. Também é válido citar que a integração entre os atores ocorre, mesmo que apenas sob demanda, na maioria dos casos. A evolução das manifestações indica que é possível evoluir para um avanço de forma gradual, à medida que os mecanismos de governança são aprimorados e as ferramentas são aperfeiçoadas.

Além disso, observa-se que é um tema em aberto, a ser desenvolvido, de que modo o processo de integração poderia ser liderado e se haveria essa necessidade de liderança, bem como das suas formas. De todo modo, a pesquisa revelou que a cooperação mostrou ser frágil e não duradoura.

Para constituir a continuidade de ações e aprimorar os processos de governança e cooperação, é necessário o planejamento e a organização de reuniões periódicas, como ocorre em alguns estados, para gerar a agenda propositiva e não sob demanda. Atualmente, na maioria dos estados, tem ocorrido com mais frequência uma governança "pessoal" e não institucional. Os representantes que têm perfil e facilidade de contato com as organizações que constituem os GGIFs promovem ações conjuntas. Os demais, em regra, não. Com isso, o ambiente institucional dos GGIFs mostra algumas fragilidades. Importante reforçar os conceitos de cooperação, integração e governança entre os participantes.

Outro ponto de destaque é a diversidade de organizações que integram os GGIFs, já que estes, em sua concepção, incentivam e facilitam os processos de mobilização do capital social das regiões de fronteira. São órgãos inter-relacionados e transversais, mas diferentes, sinal de que a diversidade almejada já se constituiu como a base para a integração. Assim, houve ganho exponencial com o fato de os GGIFs induzirem o relacionamento entre os diversos atores. Cabe, agora, fomentar este relacionamento para desenvolver novas ações conjuntas e integradas com o objetivo de obter melhores resultados. A governança mostra-se como necessidade estratégica e operacional.

Desta forma, como apontamento relevante da análise da pesquisa, os GGIFs podem aproveitar-se de sua autonomia e legitimidade para propor projetos e ações

para as fronteiras, como um *bureau* de projetos, via Secretarias de Segurança Pública dos estados, utilizando-se recursos do FNSP²⁰. Assim, os GGIFs poderiam ser um braço para atendimento ao SUSP, visto que seus participantes têm contato próximo com as demandas e suas complexidades relacionadas ao cotidiano em que atuam.

Por fim, destaca-se que os programas de governança têm um grau de maturidade que são alcançados com o tempo. É fundamental que os representantes dos órgãos públicos dos municípios, estados e governo federal, juntamente com a sociedade civil, concretizem as oportunidades que o ambiente institucional dos GGIFs oferecem para estabelecer melhores ações, articulações, operações que impliquem diretamente na melhor governança, com o objetivo de promover as transformações necessárias para as (re)definições do desenvolvimento das áreas de fronteira.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOCHENEK, Antônio César. A fronteira no cenário do delito. *In*: LUDWIG, Fernando José; BARROS, Luciano Stremel. (org). **(RE) Definições das fronteiras - Visões interdisciplinares**. Curitiba, Juruá Editora, 2017. p. 117 a 130.

BOCHENEK, Antônio César; FREITAS, Valdimir Passos; COELHO, Nuno.; LOPEZ, J. Mouraz.; MATOS, J. Igreja.; MENDES, L. A.. **Manual Luso-Brasileiro de Gestão Judicial**. 1. ed. São Paulo: Almedina, 2018. v. 1. p. 406.

BRASIL. Cartilha Gabinete de Gestão Integrada. Brasília (2016). Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/2675/1/19cartilha_ggi-corrigida.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 11.273**, de 5 de dezembro de 2022. Altera o Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016, que institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D11273.htm#art1. Acesso em: 15 dez. 2023.

²⁰ Segundo dados fornecidos pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e publicados pela Revista Metrôpoles, os estados e o Distrito Federal, entre 2019 e 2022, deixaram de destinar R\$ 2,47 bilhões do recurso disponibilizado pela União para segurança pública e a verba foi devolvida.

BRASIL. Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018. **Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm. Acesso em 4 jan. 2024.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 165 p.

FIGUEIREDO, Isabel; MATTOS, Márcio Júlio da Silva. **Arranjos Institucionais do Sistema Único de Segurança Pública** (2023). Disponível em: <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/avancos-nos-arranjos-institucionais-do-sistema-unico-de-seguranca-publica/>. Acesso em: 5 jan. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Gabinetes de Gestão Integrada no Brasil: à guisa de institucionalização?** Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/03/FBSP_Gabinetes_gestao_integrada_institucionalizacao_2013.pdf. Acesso em: 4. jan. 2024

GOMES, R. Análise e interpretação de dados em pesquisa qualitativa. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Revista e atualizada. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 79-108.

IDESF - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras. **Operações de segurança nas áreas de fronteira.** 2016. 15p. Disponível em: <https://www.idesf.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Opera%C3%A7%C3%B5es-de-seguran%C3%A7a-nas-%C3%A1reas-de-fronteira.pdf>. Acesso em 28 dez. 2023.

IRALA, Fabiana. O Centro Integrado de Operações de Fronteira (CIOF) na Tríplice Fronteira brasileira: o controle social e o combate à cifra dourada. In: LUDWIG, Fernando José; BARROS, Luciano Stremel. (orgs). **(Re)Definições das Fronteiras: desenvolvimento, segurança e integração.** Foz do Iguaçu, IDESF, 2020. p. 403 a 416.

LINDBERG, Leon N. **Political Integration as a Multidimensional Phenomenon Requiring Multivariate Measurement.** Cambridge University Press, 1970, p. 648-731.

MORAVCSIK, Andrew. **The Choice for Europe: Social Purpose and State Power from Messina to Maastricht.** Ithaca: Cornell University Press, 1998.

NAVES, Luís Emílio Pinheiro; MAGALHÃES, Gustavo Alexandre. **Da legalidade de convênios, contratos e termos de cooperação para atividades relativas à segurança pública.** Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, v. 34, n. 00, 2016. p. 65-68.